

João Nuno da Cunha Martins Nogueira

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS: DINÂMICAS DOS ALUNOS NA CIDADE DE COIMBRA

JOÃO NUNO NOGUEIRA

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS: DINÂMICAS DOS ALUNOS NA CIDADE DE COIMBRA



Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional
Especialização em Organização e Gestão da Formação

2011

João Nuno da Cunha Martins Nogueira

**ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS:
DINÂMICAS DOS ALUNOS NA CIDADE DE COIMBRA**

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dissertação de Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional, especialidade em Organização e Gestão da Formação, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Ana Maria Magalhães Teixeira de Seixas e do Professor Doutor António Manuel Rochette Cordeiro.

Outubro de 2011

A realização deste trabalho foi fruto de um conjunto vasto de contributos de professores, de colegas e de amigos que me ensinaram, ajudaram e incentivaram a concluí-lo. Sem essa contribuição e apoio, certamente não teria chegado ao fim, e por isso quero agradecer a todos, mas, em particular, à minha esposa, Jacinta Teixeira, pelas constantes palavras de força e motivação que me fortaleceram para finalizar este trabalho.

O meu agradecimento vai para a Doutora Ana Maria Seixas, pela sua orientação e dedicação, durante todo este processo de aprendizagem e investigação e para com o Doutor António Rochette, pelos dados fornecidos e coordenação científica.

A todos aqueles que eu não referi, mas sabem que estão no meu pensamento, um muito obrigado pelas horas que vos passei a chatear com os meus “enigmas”, interrogações e obstáculos durante a produção deste trabalho.

Um obrigado a todos...

Palavras-chave: Território educativo, fluxos escolares, competitividade, mobilidade.

Resumo: Este trabalho de investigação apresenta uma reflexão sobre a existência de assimetrias no território educativo da cidade de Coimbra, que tem vindo a sustentar uma distinção algo negativa entre os colégios privados e as escolas públicas.

A par destas assimetrias, as transformações na mobilidade e da rede de acessibilidades, alteram por completo a relação espaço-tempo, encurtando as distâncias e provocando importantes alterações dos padrões de mobilidade dos alunos, nas transformações demográficas e muitas das vezes na capacidade sócio-económica das famílias.

Com estas dinâmicas constantes da população, surgem novas formas de competitividade entre as escolas, nos seus espaços de actuação e mesmo de algumas práticas de fidelização, originando implicações nos padrões de mobilidade dos alunos e a uma transformação dos fluxos laborais dos pais como dos fluxos escolares dos alunos, provocando desta forma alterações drásticas das áreas de influência e dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino. Por tudo isto impõe-se, naturalmente, um processo de reorganização do parque escolar nacional, no sentido de o tornar consentâneo, não só com a realidade actual, mas fundamentalmente com a prevista para as próximas décadas no nosso país.

Key-Words: Educational territory, school flows, competitiveness, mobility.

Abstract: This paper reflects on the differences within Coimbra's educational territory, between private and public schools, that has been associated with a negative connotation.

Along with these asymmetries, the relationship between space-time, due to changes in mobility and network access, changed completely, shortening distances and causing significant changes in patterns of student mobility, demographic changes and often, in families socio-economic capacity. These population dynamics, promotes new forms of competition between schools either in their performance or even by some students loyalty practices, making some changes in students mobility patterns and also their parents work flows, determining drastic changes within each school prompt area or flow. For all this, the national school system requires reorganization, in order to make it consistent, not only with its present reality, but mainly, for the coming decades in our country.

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

ÍNDICES	7
NOTAS INTRODUTÓRIAS	15
A. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO	21
1. Âmbito, Natureza e Objectivos.....	23
2. Metodologias e Estrutura da Linha de Investigação	26
B. ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	31
C. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E TERRITÓRIO.....	37
D. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE COIMBRA	45
1. Enquadramento Territorial do Município	47
1.1. Enquadramento e Características Físicas Gerais.....	47
1.2. Caracterização da Rede de Acessibilidades	53
1.3. Caracterização Demográfica	55
1.3.1. Espacialidade e evolução da população residente	55
1.3.2. Dinâmicas no crescimento natural e saldo migratório.....	62
1.3.3. Estrutura da População	66
2. Sistema Educativo Municipal	69
2.1. Análise dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	71
E. IMPLICAÇÕES NAS DINÂMICAS ESPACIAIS	75
1. Dinâmicas Espaciais dos Alunos	80
2. Competitividades Escolar	82
2.1. Escola Secundária Infanta Dona Maria.....	83
2.2. Colégio da Rainha Santa Isabel.....	85
2.3. Colégio de São Martinho.....	91
2.4. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro	92
F. ESPAÇOS VIVIDOS PELOS ALUNOS	97
1. Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel.....	102
2. Colégio de São Martinho Vs Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro	105
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de um software SIG e aplicabilidade geoespacial dos dados.....	28
Figura 2 – Enquadramento da Área em Estudo.....	48
Figura 3 - Freguesias do Concelho de Coimbra.....	49
Figura 4 – Hipsometria do Concelho de Coimbra.....	52
Figura 5 - Rede Viária Principal do Concelho de Coimbra.....	54
Figura 6 - População Residente do Concelho de Coimbra.....	56
Figura 7 - Densidade Populacional do Concelho de Coimbra.....	57
Figura 8 - Variação Populacional do Concelho de Coimbra (91/01).....	61
Figura 9 - Oferta Escolar (2º, 3º Ciclo e Secundário) do Concelho de Coimbra.....	72
Figura 10 - Localização das Escolas em Estudo.....	78
Figura 11 - Espacialização dos Alunos das Escolas em Estudo.....	81
Figura 12 - Espacialidade dos Alunos da Escola Secundária D. Maria.....	86
Figura 13 - Espacialidade dos Alunos do Colégio Rainha Santa Isabel.....	89
Figura 14 - Espacialidade da Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel.....	90
Figura 15 - Espacialidade dos Alunos do Colégio de São Martinho.....	93
Figura 16 - Espacialidade dos Alunos da Escola dos 2º e 3º Ciclo de Taveiro.....	95
Figura 17 - Espacialidade do Colégio de São Martinho Vs Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro.....	96
Figura 18 - Zonamentos (locais com mais de 6 alunos) e Rede de Acessibilidades....	100
Figura 19 - Estudo do IMI - Escola Secundária Dona Maria Vs Colégio Rainha Santa Isabel.....	103
Figura 20 - Zonamento dos Alunos da Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel.....	104
Figura 21 - Estudo do IMI - Colégio de São Martinho Vs Escola Básica dos 2º e 3º ciclo de Taveiro.....	106
Figura 22 - Zonamento dos Alunos do Colégio de São Martinho Vs Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro.....	107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População Residente no Concelho de Coimbra de 1981 a 2001	55
Gráfico 2 - População Residente por Freguesia do Concelho de Coimbra de 1991 a 2001	58
Gráfico 3 - Variação da População Residente por Freguesia do Concelho de Coimbra, de 1991 a 2001.....	60
Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2007	64
Gráfico 5 - População Residente no Concelho de Coimbra, segundo os Grandes Grupos Etários de 1991 e 2001	66
Gráfico 6 - Pirâmide Etária da população Residente no Concelho de Coimbra de 1991 e 2001	68

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente e Variação Populacional no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2001	58
Tabela 2 - População Residente nas Freguesias do Concelho de Coimbra de 1991 a 2001	60
Tabela 3 - Natalidade por Freguesia no Concelho de Coimbra de 1991 a 2007	62
Tabela 4 - Óbitos por Freguesia no Concelho de Coimbra de 1991 a 2007.....	63
Tabela 5 - Dinâmica Natural no Concelho de Coimbra entre 1991 a 2007	64
Tabela 6 - Dinâmica Natural por Freguesia no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2001	65
Tabela 7 - Grandes Grupos Etários no Concelho de Coimbra de 1991 e 2001	66
Tabela 8 - Síntese da oferta e da procura educativa no Município de Coimbra no ano lectivo 2008/2009.	69
Tabela 9 - Síntese da oferta e da procura educativa dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra no ano lectivo 2008/2009.	71
Tabela 10 - Síntese da oferta e da procura educativa dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra, no ano lectivo 2008/2009.	73

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1- Fotos Alusivas à Escola Secundária Infanta Dona Maria.....	84
Foto 2 - Fotos Alusivas ao Colégio Rainha Santa Isabel	87
Foto 3 - Foto alusiva ao Colégio de São Martinho.....	91
Foto 4 - Foto alusiva à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro	92

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A educação é vista como uma “porta para a vida”, que procura fornecer aos seres humanos, através de instrumentos e programas educativos apropriados, os meios de que estes necessitam para desenvolver as suas capacidades, viver, trabalhar com dignidade e responsabilidade, adquirir uma visão crítica e liberal, decidir e agir de forma esclarecida, e por fim, participar no desenvolvimento e na edificação de um Mundo comum, melhorando a qualidade da sua existência como pessoa e ser social.

Através dos meios necessários, com a colaboração dos diferentes agentes educativos e da própria sociedade, a educação, deve ser desafiada a formar cidadãos conscientes, interventivos e inovadores. Não se deve fechar em si própria, mas sim procurar viver em harmonia com uma comunidade aberta e desenvolvida, que compreende e respeita a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos. Mais importante ainda, deve ser vista como um factor de coesão, contribuindo para a eliminação de todas as formas de exclusão social, que leve os jovens a conhecer os seus direitos e deveres e a desenvolver atitudes de cooperação, tolerância e cidadania, devendo a escola criar as condições necessárias para a sua prática quotidiana.

Deste modo, é relevante lembrar um marco importante na viragem da história da educação, originada pela expulsão dos Jesuítas do nosso país, no reinado de José I de Portugal, em 1759, que levou a uma reformulação de todo o ensino, sendo criadas inúmeras escolas para apoiar as diferentes áreas do saber. Foi então elaborado o primeiro plano de organização da rede escolar, onde foram distribuídos os lugares de professores pelas escolas e infra-estruturas de apoio para essas mesmas áreas.

A nível pedagógico, foram surgindo diferentes métodos de aprendizagem. Algumas metodologias foram melhor aceites que outras, mas o sucesso da Cartilha foi a mais favorecida. Na ideologia do estado, e com a criação de novos liceus, a luta seria de combater o analfabetismo e promover a causa republicana. Com as novas exigências do espírito burguês, a necessidade de preparar pessoas para desempenhar cargos administrativos e técnicos para uma industrialização que iria aparecendo, tornou-se o objectivo principal da educação. Todavia a sua consolidação era dificultada pelos constantes problemas políticos, económicos e ideologias-culturais do nosso poder, principalmente na escolha do peso entre as disciplinas de carácter humanístico e científico.

Com esta reformulação da educação, seria certa a necessidade de expandir o ensino em Portugal e acompanhar os restantes países europeus, mas esse desenvolvimento do sistema educativo era travado constantemente, muito devido a problemas financeiros por parte do governo, o que deu origem à proliferação de instituições privadas que contribuíram para a continuidade do ensino em Portugal.

Com o passar do tempo começa a observar-se a escolha de escolas por factores económicos e educativos, as famílias aristocráticas e burguesas não desejavam colocar os seus filhos no ensino oficial. Com a posterior queda da monarquia, e a série de transformações ocorridas no Estado Novo, a educação sofre o efeito da ditadura, a disciplina e a metodologia impostas nas escolas eram efeito de uma tirania de inculcação de valores, o que originou a extinção do ensino infantil e a diminuição da escolaridade obrigatória. Todavia a obrigatoriedade ao ensino era imposta e a sua fuga era quase inadmissível.

Pouco se passou, mas os anos seguidos ao 25 de Abril fizeram-se sentir nas profundas transformações e instabilidades que ocorriam na sociedade portuguesa. Mais tarde, em 1986, o sistema educativo sofre novamente transformações importantes com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, na perspectiva de uma educação permanente, visando a continuidade da acção educativa e organizando-se segundo um plano curricular unificado integrando diversas áreas. Mesmo depois de todas estas transformações, a generalização escolar não estava no bom caminho, os modelos dominantes de direcção e gestão das escolas não favoreciam o desenvolvimento do contexto cultural. As escolas não desenvolviam iniciativas orientadas para a participação da comunidade, desta forma, houve a necessidade de aprovar a autonomia das escolas.

Com estas novas premissas, as escolas procuram uma maior abertura à comunidade e à participação dos pais e agentes externos, permitindo assim a integração de elementos não docentes aos seus órgãos e a espaços de intervenção. É prioritário deitar abaixo os “muros” das instituições educativas, colocar os seus ensinamentos às necessidades da população, para assim se conseguir conjugar os diferentes actores sociais à tomada de decisões, com o objectivo de um contínuo aperfeiçoamento dos sistemas educativos. A educação tem de prover na sociedade o desenvolvimento de uma personalidade voltada para o respeito dos direitos humanos, independentemente de

princípios religiosos e étnicos. Toda a pessoa tem direito à educação e por sua vez, gratuita.

Foi a partir destes pressupostos que nasceu o equacionar deste trabalho de investigação, com o objectivo principal de analisar a cidade de Coimbra, e tentar entender e explicar a existência de assimetrias no seu território educativo, que têm vindo a sustentar uma distinção, algo negativa, entre os colégios privados e escolas públicas, podendo contribuir assim, para a criação de condições de igualdade de acesso a uma educação de qualidade.

A estrutura do trabalho compreende desta forma três momentos centrais. Inicialmente com uma análise geral, sobre as características do território da cidade de Coimbra e posteriormente das escolas em estudo, necessárias para enquadrar a natureza e objectivos da linha de investigação. Nesta fase, o estudo da organização escolar e do território são fundamentais para uma base metodologia que sustente todo este trabalho.

Num segundo momento, com a análise dos dados recolhidos e da caracterização do sistema educativo municipal, foram analisadas as relações de competitividade entre as escolas, nos seus espaços de actuação e de algumas práticas de fidelização utilizadas, verificando a possibilidade da existência de implicações na mobilidade dos alunos.

Por último, pretendeu-se interpretar os cenários de proveniência dos alunos, de forma a entender a concepção dos resultados observados nos mapas com a utilização de indicadores quantitativos e qualitativos para os espaços vividos pelos alunos.

Como será expectável, todas as alterações à volta do sistema educativo municipal e mesmo nacional, irá provocar alteração dos padrões de mobilidade dos alunos o que pode levar a uma transformação tanto dos fluxos laborais dos pais como dos fluxos escolares, provocando desta forma alterações drástica das áreas de influência e dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino.

A. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO

Todo o processo de consolidação que a educação em Portugal, e mesmo por todo o Mundo, tem vindo a sofrer século após século, está quase sempre associado aos diferentes espaços e territórios, na economia e nas ciências, na consolidação de valores e na sua aplicabilidade à sociedade, os quais se fundem e articulam com o aparecimento e estruturação da educação e formação do ser humano.

Olhando para a moldura do nosso país, facilmente nós deparamos com inúmeras assimetrias no desenvolvimento regional. Damos conta do constante envelhecimento da população, da dicotomia entre o litoral e o interior e, por outro lado, de importantes transformações ao nível da rede de acessibilidades, que transformou por completo a relação espaço-tempo, encurtando distâncias, tornando locais anteriormente longínquos, hoje bastante mais próximos, o que provoca importantes alterações dos padrões de mobilidade, transformações demográficas e sócio-económicas, assim como na construção de novos equipamentos e de infra-estruturas de apoio à rede de acessibilidades.

A par destas transformações, observam-se outras de igual importância, como a integração da mulher no mercado de trabalho, o fenómeno de terciarização da sociedade e a evolução significativa ao nível do processo de ensino e de aprendizagem, quer do ponto de vista dos conteúdos educativos, quer do ponto de vista das necessidades em termos de espaço físico e de instrumentos e materiais pedagógicos. Torna-se assim necessário encontrar soluções para garantir e assegurar a equidade e igualdade do ensino.

1. Âmbito, Natureza e Objectivos

Longe vão os tempos em que o conceito de “escola” passava pela sua identificação enquanto edifício isolado. As actuais concepções privilegiam uma perspectiva de escola enquanto parte integrante de uma rede de espaços diferenciados de educação, formação e, mais recentemente, sociais, cuja integração deve ser assumida numa clara interligação entre a comunidade escolar e as populações.

Destaca-se assim uma nova concepção de escola-organização, a qual se articula com as diversas estruturas de educação e formação. Esta complementaridade possibilita uma melhor programação de objectivos estratégicos, que melhoram a qualidade do ensino, a diversidade, flexibilidade, versatilidade de soluções e na utilização e gestão

dos recursos e apoios educativos. Verifica-se desta forma uma nova transição, de uma noção de vida escolar para uma amplitude diferente, mais virada para a sociedade e aberta ao seu meio envolvente.

Perante este cenário, e durante os últimos cinco anos, as mais de três centenas de autarquias nacionais desenvolveram esforços para a elaboração de um documento orientador das suas políticas educativas. Nasce assim o conceito de Carta Educativa, um documento de diagnóstico que se assumia como um diploma essencial para o planeamento das necessidades educativas futuras, na medida em que perspectivava a evolução demográfica da população estudantil do município, apontando problemas e soluções para os próximos anos. Contudo, o resultado final foi a realização de documentos bastante díspares, onde a reorganização da rede educativa equacionada, foi, muitas vezes, não numa lógica puramente técnica, mas acima de tudo política, pouco consentânea com os seus principais objectivos.

A procura de um salto qualitativo para a educação no nosso país, com a participação activa do poder local, saiu assim desvirtuada. Quando se analisam as diferentes Cartas Educativas Municipais constata-se, de imediato, que se poderá vir a assistir ao desenvolvimento das novas políticas educativas a velocidades diferentes, já que as propostas de reorganização da rede educativa apresentadas, reflectem lógicas muito distintas, levando à criação de novas desigualdades no acesso à educação.

Por tudo isto que foi dito, impõe-se, naturalmente, um processo de reorganização do parque escolar nacional e mais importante ainda, a nível municipal, no sentido de o tornar consentâneo, não só com a realidade actual, mas fundamentalmente com a prevista para as próximas décadas no nosso país.

A reorganização do parque escolar a nível municipal não pode obedecer, na totalidade do país, às mesmas linhas estratégicas, uma vez que a delimitação dos novos Territórios Educativos não pode e não deve ignorar as diferentes características físicas e humanas observadas nos diversos Municípios que integram o território nacional, obrigando, assim, à sua adaptação aos modelos dinâmicos observados.

Do mesmo modo, também não pode ser feita à margem das alterações perspectivadas para o sistema educativo português, como a obrigatoriedade de frequência da Educação Pré-escolar das crianças com cinco anos, a integração do 2º CEB à Educação Pré-escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico e a obrigatoriedade do

Ensino Secundário (em 2010, para os alunos que frequentam o 7º ano). Entre outras, a existência de condicionantes naturais tão diversas e de contextos demográficos e sócio-económicos distintos e a necessidade de prever as transformações a efectuar no sistema educativo português, o que se prevê num processo de extrema complexidade.

Considerando este sistema, como uma realidade passível de inúmeras leituras simultâneas, por parte dos actores territoriais, viu-se necessária a realização de um estudo de caso e a execução de leituras da população escolar afectas a um nível de ensino que se pretende estudar. Resultante da observação das matrículas dos alunos e da sua mobilidade, cuja análise assenta na interpretação das áreas de influência, dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino e cruzamento com as características morfológicas e humanas que os territórios apresentam.

Foi perante este quadro que nasceu o objectivo principal deste trabalho, o de analisar o município educativo, tendo como princípio base, a análise das assimetrias existentes no território, as quais têm vindo a sustentar uma diferenciação negativa entre os colégios privados e escolas públicas, contribuindo, deste modo, para a criação de condições de desigualdade de acesso a uma educação de qualidade para a totalidade dos alunos dos 2º e 3º ciclo escolares e para o ano lectivo de 2008/2009.

A escolha deste ciclo de estudo ocorre principalmente na obrigatoriedade do 2º e 3º CEB, efectuando assim uma análise mais fidedigna do número de alunos no território e pensando na progressão de trabalho num novo estudo comparativo com o ciclo de estudo seguinte. Neste seguimento, foram seleccionadas quatro escolas, com algumas particularidades, que permitissem responder à questão primordial deste trabalho. Deste modo, foram escolhidas escolas integradas em diferentes áreas do território municipal, que embora se encontrem dentro do limite urbano, duas estão localizadas no “casco urbano” e outras duas mais próximas do limite urbano da cidade. Por outro lado, foi tido em consideração as relações de proximidade e as distintas características de natureza jurídica. Assim, foram escolhidas, a Escola Secundária Infanta Dona Maria e Colégio Rainha Santa Isabel, com uma localização central e onde o estudo vai enquadrar o quadro dos alunos pertencentes ao 3º Ciclo, visto que para se fazer uma comparação a Escola Infanta Dona Maria só tem esse nível de ensino. O Colégio de São Martinho e a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclo de Taveiro, mais afastadas da cidade, no “Mundo” peri-urbano, em que vamos estudar a estrutura completa dos alunos do 2º e 3º ciclo.

Ainda relativamente a esta matéria existe a necessidade de uma análise geral, sobre as escolas em estudo, que possa complementar a objectividade desta observação, enquanto que num segundo momento, com a análise dos dados recolhidos, vamos procurar identificar a relação de competitividade entre as escolas, nos seus espaços de actuação, e ao mesmo tempo interpretar os cenários de proveniência dos alunos, de forma a entender a concepção dos resultados observados nos mapas.

A escolha da Cidade de Coimbra deve-se, para além de uma melhor possibilidade de mobilidade pessoal e de facilidade na recolha de dados, às importantes transformações físicas e populacionais que têm vindo a dividir o Município de Coimbra em diferentes sectores, o que origina bastantes preocupações, tanto em termos demográficos, como em termos urbanísticos.

Estas condicionantes obrigam a uma lógica de reorganização bastante particular, nunca podendo ser esquecida, ao longo de todo este processo, a centralidade e a polarização urbana exercida por este território municipal, o que tem vindo a originar, alteração dos padrões de mobilidade, que se reflectem numa transformação dos fluxos laborais, em geral, e dos fluxos escolares, em particular, facto que tem contribuído, por um lado, para uma alteração drástica das áreas de influência e dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino.

2. Metodologias e Estrutura da Linha de Investigação

O planeamento educacional, com a participação de várias áreas disciplinares, é uma das causas para o sucesso da análise do comportamento e dos novos moldes de mobilidade estudantil. Com esta filosofia, este trabalho de análise pretende contribuir para um conhecimento real da concepção e planeamento dos territórios educativos, com vista à optimização da gestão territorial, pois só com base num projecto com estas características se torna possível analisar e compreender as dinâmicas dos alunos e a competitividade que as escolas promovem na sua área de intervenção, sempre com base no princípio da optimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, adequando a oferta à procura educativa ao seu meio envolvente.

É para isso fundamental a definição das temáticas a abordar, tendo-se revelado determinante a recolha de tipos de informação, relacionadas com a escola, educação, território e planeamento, fundamental para a percepção da realidade de um determinado

território educativo e social, e a relação directamente com as escolas em estudo. Deste modo, o trabalho de inventariação da informação abarca dois tipos de acção, uma onde é elaborada uma vasta pesquisa bibliográfica e uma outra dependente da entrega da informação necessária pelos estabelecimentos de ensino ou Agrupamentos de Escolas.

Após a recolha da totalidade da informação, torna-se possível a realização das duas primeiras fases de desenvolvimento deste projecto, a realização do enquadramento territorial, que integra um enquadramento e caracterização geral, e a elaboração do diagnóstico do sistema educativo, que inclui a observação do momento presente e uma análise prospectiva.

Pretendemos assim integrar um vasto conjunto de variáveis físicas, como a morfologia, hidrologia e a rede de acessibilidades, que assumem um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes no território municipal e a dinâmica humana ou demográfica, na determinação dos seus quantitativos e as suas características, com o objectivo de definir cenários para as áreas em estudo.

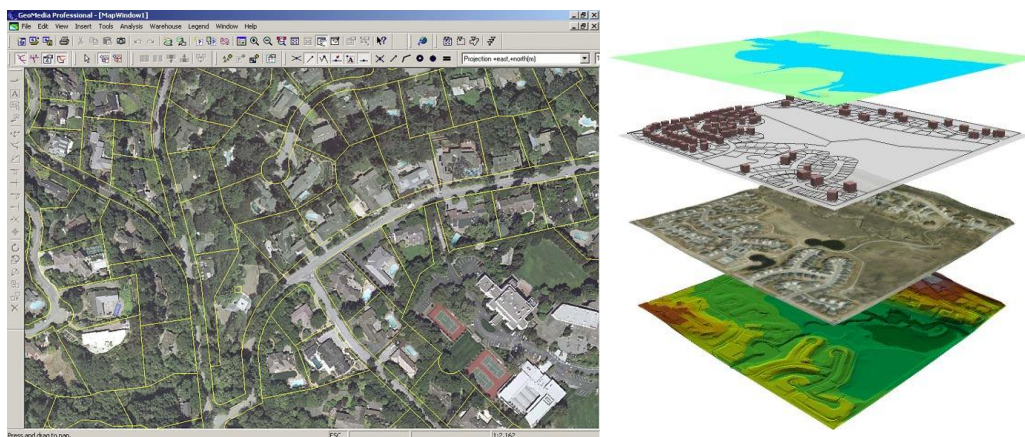
A leitura das alterações demográficas registadas nas últimas décadas deve ser assim integrada no contexto alargado da evolução dos respectivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos. Para a recolha e posterior tratamento e análise estatística desta informação mostra-se indispensável a utilização do software Microsoft Office Excel, no sentido de sistematizar e tratar a elevada quantidade de informação alfanumérica envolvida. Importa referir que os valores de população residente de 1991 e 2001 são provenientes dos recenseamentos populacionais e retirados do CD-ROM “*O País em Números*”: Uma mais-valia para a análise das dinâmicas territoriais em Portugal – Instituto Nacional de Estatística.

Desta forma, só depois da conclusão destas duas primeiras etapas é que se torna possível a concretização da terceira fase de desenvolvimento deste projecto e do seu principal objectivo, a análise e compreensão das dinâmicas dos alunos e da competitividade das escolas em estudo. A realização desta fase resulta da observação do número de alunos matriculados, no período correspondente, e da sua mobilidade, cuja análise assenta na interpretação das áreas de influência e dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino. Em termos metodológicos, esta estratégia de investigação valorizou o comportamento espacial das variáveis de mobilidade da população escolar,

apresentando de forma comparativa as tendências que traduzem as alterações registadas nos seus padrões de comportamento no quadro das mudanças sociais, culturais, económicas e políticas ocorridas em Portugal.

Para o estudo e cruzamento de todas as análises que se pretendem, foi fundamental a utilização dos Sistema de Informação Geográfica, à frente designados por SIG, pois permitem ver, compreender, questionar, interpretar e visualizar dados de diferentes formatos (Figura 1). O objectivo principal da utilização desta aplicação é o de integrar mapas e bancos de dados, mas fundamentalmente, permitir o geoprocessamento de imagens. Permitindo ao utilizador o cálculo de distâncias, localizar entidades no mapa e identificar que características correspondem a certos objectos no mapa.

Os sistemas geográficos, para além das potencialidades atrás descritas, possuem como particularidade o armazenamento de dados geográficos que contêm informações descritivas que são depois traduzidas em informação cartográfica. Para além disso, a partir destes dados, podemos iniciar variadas análises e manipulação espacial, possibilitando assim um cruzamento de informações, de dados analógicos em forma de dados digitais.



Fonte: <http://las.depaul.edu>

Figura 1 - Exemplo de um software SIG e aplicabilidade geoespacial dos dados.

Esta interacção permite combinar dados de uma diversidade de fontes e tipos, por isso, os SIG têm aplicações numa enorme variedade de meios, como: desporto, geologia, agricultura, militar, segurança, ambiente e recursos naturais e muitos outros, Estes dados, permitem ao utilizador, compatibilizar a informação proveniente de

diversas fontes, através de informação de sensores variados, satélites, telemóveis, sistemas de posicionamento global, topografia, entre outros.

Em geral, estes sistemas de informação, surgem como um elemento de apoio que começa a ser imprescindível para as organizações. Nas instituições a utilização do SIG tende a aperfeiçoar todas as variáveis, estando presente no planeamento das actividades e na gestão de dados, tornando-se necessário no processo de tomada de decisões de todos os níveis da organização, mesmo as escolares.

Para uma melhor análise das variáveis encontradas para este estudo, foi escolhido, entre os mais variados softwares existentes no mercado, o *ArcGIS 9.2*. Este programa inclui um desenvolvimento de geoprocessamento que permite a execução das tradicionais ferramentas de processamento SIG de um modo bastante interactivo com o utilizador. Nos últimos anos, as aplicabilidades na área dos SIG tem vindo a aumentar exponencialmente, reflexo de uma maior divulgação nas áreas das ciências sociais e económicas e de uma maior consciência das suas potencialidades.

Para este trabalho de georreferenciação foi necessário construir um banco de dados, para armazenar e gerir os dados alfanuméricos e os dados geográficos. Estes dados armazenados estão estruturados de forma a facilitar o acesso a todo um conjunto de informações que descrevem as características das escolas que se quer analisar.

Noutra fase, houve a necessidade de identificar e posicionar a informação num lugar definido no espaço, como uma consulta do tipo “qual a distância entre as propriedades x e y, ambas com um sistema de projecção específico. Para definir no espaço as variáveis e posteriormente analisar esses mesmos dados, o que permitiu gerar consultas, relatórios e mapas temáticos para assim obter informações que possam contribuir nas tomadas de decisões sobre os objectivos a que se prende este trabalho.

Segundo o autor (Dollfus, 1991, p.38), “um dado geográfico apresenta uma natureza dual: a) Possui uma localização geográfica, expressa como coordenadas em um espaço geográfico e, b) atributos descritivos, que podem ser representados num banco de dados convencional. Assim, pode-se definir o termo espaço geográfico como uma coleção de localizações na superfície da Terra, sobre a qual ocorrem os fenómenos geográficos. O espaço geográfico define-se,

portanto, em função de suas coordenadas, sua altitude e sua posição relativa. Assim, sendo um espaço localizável, o espaço geográfico é possível de ser cartografado”.

Os SIG utilizam arquiteturas que proporcionam modelos de dados adequados a visualizar a realidade e sobre o qual se pode gerir diferentes dados geográficos. Esse modelo de dados permite estratificar a informação geográfica em vários conjunto de sub-níveis denominados por camada ou layer, que representam a mesma área, mas com informações geográficas diferentes, que correspondem a perspectivas diferentes da realidade geográfica. Por exemplos, as rede viária, hidrografia, morfologia do território, limites municipais, quantitativos populacionais, entre outros, tal como se pode verificar na figura.

B. ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Um território torna-se competitivo sempre que este consiga fazer frente à concorrência de um determinado mercado, assegurando ao mesmo tempo uma sustentabilidade económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação entre territórios. Por outras palavras, é um processo que pretende atribuir, aos agentes e às instituições, uma capacidade permanente de valorização, do seu produto/mercado, agindo em conjunto, criando elos de ligação entre sectores e mantendo assim relações com outros territórios. Todavia, estas capacidades podem e devem relacionar-se entre si e combinarem-se de forma específica para cada território.

À semelhança do que foi dito, também as aglomerações se envolvem nestas mudanças. As cidades desenvolvem-se como âncoras no planeamento e na estruturação do território, garantindo equidade e coesão e constituindo assim “nós” de ligação nas dinâmicas com o sistema territorial. Infelizmente, no equilíbrio do sistema urbano nacional, o esforço efectuado, ainda não é suficiente para se consolidar uma rede urbana e as dinâmicas espaciais que se estabelecem, tornando-se assim inevitável, a ocorrência de alterações significativas nos sistemas sociais, económicos e espaciais das regiões.

Deste modo, a população assume um duplo papel no território, podendo ser, por um lado, um agente que planeia e transforma o espaço, com base nos seus bens materiais e imateriais e, por outro, um recurso desse mesmo espaço, que acaba por completar e dar conteúdo geográfico ao território. A sua massa crítica e o seu potencial criativo, completado com os estabelecimentos de ensino presentes, constituem assim, um complemento em qualquer estratégia de desenvolvimento territorial, desencadeando dinâmicas de desenvolvimento a diferentes níveis funcionais.

Para entender toda esta dinâmica, torna-se também importante cruzar e compreender o sistema educativo português, que compreende a educação pré-escolar, a educação escolar, que integra o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior, e a educação extra-escolar. Toda esta coordenação da política, relativa ao sistema educativo, incumbe ao Ministério da Educação a educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, e ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior o próprio ensino superior.

No nosso estudo de caso a escolha recai para o 2º e 3º ciclos, tendo o 2º ciclo, idades normais de frequência dos 10 aos 11 anos, compreendendo dois anos de escolaridade. É organizado em áreas interdisciplinares de formação básica da responsabilidade de um professor por área, tendo em vista habilitar os alunos a assimilar

e interpretar a crítica e a diversidade na formação humanística, artística, física, desportiva, científica, tecnológica, moral e cívica.

Já para o 3º ciclo, verifica-se um nível de ensino com idades normais de frequência dos 12 aos 14 anos, compreendendo três anos de escolaridade. Desenvolve o seu currículo respectivo no regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas afins e integra diversas áreas vocacionais no ano terminal do ciclo. Pretende-se neste ciclo de ensino propiciar condições para,

“...a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida, activa com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.” - Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Em relação ao posicionamento da organização escolar, a nova orgânica do Ministério da Educação pressupõe o desenvolvimento da autonomia das escolas, enquanto espaço concreto das aprendizagens individuais, através da concretização dos objectivos do sistema educativo por intermédio de projectos educativos próprios. Na escola confluem as intervenções de todas as estruturas que integram o sistema educativo e é a escola que transforma essas intervenções em serviços educativos às crianças e alunos e suas famílias. Para isso, o projecto educativo, regulamento interno e plano anual de actividades constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas. É no próprio Projecto Educativo que se consagra a orientação educativa da escola, ou do agrupamento de escolas, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola, ou o agrupamento de escolas se propõe cumprir a sua função educativa.

Em termos de organização interna, os órgãos e serviços centrais e regionais do Ministério da Educação orientam a sua actuação em coerência com o regime de autonomia, administração e gestão das escolas. Neste quadro, para além da função de gestão de recursos, devem aquelas estruturas assegurar outras funções de

enquadramento e controlo do funcionamento de todo o sistema educativo na sua concepção, planeamento, regulação, avaliação e inspecção. Na medida em que a administração educativa desempenha também funções de cariz integrador.

Neste contexto global, foram criadas estruturas de coordenação central e regional. Essas funções integradoras dizem respeito, por um lado, à articulação, de uma componente de orientação pedagógica e didáctica e de uma componente de administração do sistema educativo; por outro lado, à articulação do exercício de competências centrais e do exercício de competências desconcentradas. Nesse sentido, foi criado o Conselho Coordenador da Administração Educativa e, no seu seio, o Conselho de Directores Regionais de Educação, o Conselho de Avaliação de Recursos e o Conselho da Acção Social Escolar.

Qualquer política, dentro destas temáticas, deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, que tem por base uma linha condutora adaptada às acções de base territorial e uma estratégia de desenvolvimento estruturada em função das dinâmicas socioeconómicas do território. Em outras palavras, a temática do planeamento e ordenamento aplica-se a toda esta envolvência, e resume-se na aplicação de uma boa gestão entre a interacção homem e o espaço/território. Baseando-se no planeamento das ocupações humanas, no potenciar da utilidade das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos existentes, visando a sua valorização e tendo como principal objectivo o desenvolvimento económico, social e cultural integrado e sustentável.

Identificam-se assim diferentes áreas do conhecimento onde se pode fazer uso deste processo de planeamento, mas onde se pode observar melhor este efeito é nas áreas urbanas, mais propriamente na malha urbana, sendo um reflexo da forma de organizar o seu espaço. Todavia, para que o efeito pretendido seja atingido, é importante que as populações se envolvam no processo de planeamento das suas regiões, que compreendam as medidas e que colaborem activamente no desenrolar da acção. Para isso torna-se necessário uma maior aproximação e compreensão dos locais onde se pretende intervir. É importante conhecer as suas populações, as suas tradições, a sua cultura e suas preocupações, para que se possa usar essas informações no seu desenvolvimento e planeamento.

Paralelamente a todo este processo ocorrem problemas bastante complexos e que só podem ser convenientemente entendidos se forem estudados de forma pluridisciplinar, contribuindo assim para a definição de princípios de ordenamento coerentes e inscritos na realidade da região. Para isso, variados e diversificados factores contribuem para justificar e perceber a vivência das populações e da sua forma de ocupar e usar o território, compreendendo as suas influências na lógica do ordenamento do território.

C. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E TERRITÓRIO

Partindo de uma pequena noção de (Etzioni, 1980, p.3), “*as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídos e reconstruídos, a fim de atingir objetivos específicos*”, que tentam delimitar fronteiras para definir quem lhe pertence e quem não lhe pertence, tal como se verifica nas escolas, na definição e “fixação” da sua área de influência.

No passado, a organização escolar era centralizada nas decisões nos órgãos dos ministérios da educação, traduzido na ausência de autonomia das escolas e no desenvolvimento de cadeias administrativas hierárquicas. Caracterizava-se por um centralismo do poder e falta de autonomia das escolas na tomada de decisões. Todavia, verificou-se ao longo dos tempos uma mudança de pressupostos. Actualmente é pedido às escolas uma maior autonomia e abertura à comunidade, com a participação dos vários membros da sociedade escolar na tomada de decisões da própria escola, desta forma as decisões são partilhadas/participadas por todos.

Perspectiva-se com isto que a escola não seja só mais um edifício com quatro paredes, mas que se comporte como um território educacional, diluído no tecido urbano, mais próximo e aberto à população, que a pode utilizar como um instrumento de aprendizagem formal e informal, com várias estratégias de desenvolvimento e especificidade.

Por fim, o território de escola pode participar mais activamente do processo de socialização comunitária, em especial nas regiões mais carentes, pois existem diferentes potencialidades presentes no território escolar que podem ser utilizadas a partir de uma perspectiva mais voltada para as necessidades da população vinculada àquele território.

A própria escola, enquanto organização, tem como papel principal, formar pessoas para a vida, ou seja, para melhorar o seu desempenho na procura de melhores condições de vida, em termos colectivos e individuais, e de satisfação pessoal. Neste sentido, a sua oferta formativa deve ir ao encontro de soluções que possam contribuir para dar resposta aos novos desafios do mercado, presentes no seu meio envolvente, e às dificuldades ocorridas em determinado estágio de desenvolvimento cognitivo dos jovens, por outras palavras, a acentuada responsabilidade no seu percurso pedagógico e o reconhecimento da necessidade de mudança e adaptabilidade ao meio que se acham ser necessárias.

É deveras importante que as escolas estejam atentas e actualizadas relativamente aos variados conjuntos de dados que possibilitam a definição de estratégias adequadas para atingir os objectivos da população alvo. Dentro das suas preocupações, relativas ao funcionamento, impõe-se ter em conta o grau de eficácia das medidas adoptadas e a eficiência dos recursos utilizados para o efeito.

Será importante reconhecer a escola de hoje como uma organização social, com uma identidade bem definida e não olhar a escola como um serviço local do Estado. Trata-se de *“uma organização específica, necessariamente articulada num sistema, mas uma organização. Neste sentido, e tendo em conta os fins da organização escola, a sua responsabilidade social, não podemos deixar de assumir com seriedade a reflexão em torno dos «meios» que garantem o seu funcionamento”* (Baptista, 2003, p.6).

Num território tão complexo, e muitas vezes carente de valores, a escola tem de assumir uma estratégia de maior autonomia. Não se quer com isto renunciar o seu papel, mas procurar atingir uma lógica de preocupações a valorização do seu Projecto Educativo que, em articulação dinâmica com outros instrumentos, vai permitir e dar expressão à singularidade de cada território escolar.

É necessário, cada vez mais, que a escola se comprometa no processo permanente de construção de referências, definindo comportamentos considerados moralmente adequados. Ora esta construção passa, em grande medida, por uma tomada de posição nos diferentes espaços de educação/formação e de uma cultura organizacional democrática participativa, em que a ética profissional ganha sentido e credibilidade na adopção de objectivos educativos para os jovens.

Neste plano e ainda pela mesma autora, *“precisamos de escolas que sejam, efectivamente, «lugares de hospitalidade», (...) a aprendizagem de uma cidadania activa e responsável, reclamada pela sociedade do novo século, depende muito da qualidade relacional e emocional que conseguirmos imprimir nas dinâmicas de participação ao nível da vida escolar”* (Baptista, 2003, p.6).

De facto, em termos de organização e administração escolar, haverá a necessidade de saber equilibrar o respeito pela singularidade dos contextos e pela salvaguarda das vontades sociais comuns.

Para existir um entendimento, entre a relação do sistema educativo e o sistema urbano, é fundamental enquadrar esta problemática entre as Cidades e o Urbanismo

Escolar, para assim apurar a sua evolução e tendências nacionais ou mesmo internacionais. Desta forma, surge nesta fase, a necessidade de introduzir estes dois novos conceitos, de como se têm articulando entre si e evoluindo ao longo das últimas décadas, em Portugal e no Mundo.

Actualmente podemos afirmar com segurança que o interesse pelas cidades começa na antiguidade, com estudos muito descritivos, que se baseavam em relatos e onde o factor localização era muito privilegiado e era tido como um valor determinante. Surge por consequente a geografia urbana, que estuda a dimensão espacial do urbano, algo tido como muito complexo, mas com um suporte de grandes particularidades, o espaço. Esta disciplina interessa-se pela evolução da cidade, a nível físico e humano, usa técnicas, conceitos de outras ciências, usa diferentes metodologias de análise que provocam apreender um espaço que evolui e que apresenta novas dinâmicas.

Todavia, quando se trata de definir cidade este torna-se num trabalho bastante complexo, é na cidade que as renovações nascem, desenvolvem-se e se difundem. Ao longo do tempo o interesse por definir cidade foi diminuindo, pois o interesse passou a ser mais pelo objecto do urbano. Não existe assim uma noção de cidade universal porque a cidade é um fenómeno, cada cidade é um caso, e torna-se difícil arranjar uma definição que aborde todos os valores de todas as épocas. Durante toda a história, as cidades variam no tempo e no espaço, o seu objectivo era “emalhar” (equilibrar o território). Para tal, a sua organização espacial é compreendida por variados processos e particularmente pelos processos de urbanização, o que nos leva muito além daquilo que entendemos hoje por cidade.

Todo o processo de urbanização aumenta o número de pontos de concentração da população assim como da dimensão, formando assim uma rede. A organização do urbano, caracteriza-se por um binómio densidade e dupla diversidade, o espaço urbano é mais denso do que o espaço não urbano e esta densidade implica, dá-nos a importância, de co-presença de objectos sociais (materiais, imateriais) e ideias.

Estes sistemas urbanos organizavam-se de forma hierárquica. Existe um sistema único, hierarquizado em forma de pirâmide, em que todas as cidades que se encontrassem num mesmo nível asseguravam as mesmas funções e as de nível superior asseguravam todas as funções do nível anterior e mais algumas. Todavia a cidade continua a precisar de definir a sua área de influência, para se afirmar a nível nacional e

mesmo internacional, dando lugar às redes de cidade e às relações, formais ou informais, que se estabelecem.

Segundo (Correia, 2001, p.15-16), e em relação ao urbanismo, "a doutrina é unânime na afirmação de que esta nova ciência assume uma natureza eminentemente interdisciplinar. De facto, a multiplicidade e a profundidade dos problemas urbanos não podem ser abarcados por uma única disciplina ou por um só ramo científico", também para (Guimarães, 2004, p.264), o urbanismo é "como uma ciência compósita, que vai buscar conhecimentos a várias ciências, tais como a geografia a arquitectura e a técnica de construção, a estatística, a ciência económica, a ciência política, a ciência administrativa, a sociologia, a história, a ecologia urbana, e, inclusive, a própria medicina com objectivo de possibilitar um desenvolvimento harmonioso e racional dos aglomerados humanos".

É assim de salientar a necessidade de implementar novas formas de planeamento estratégico no sentido de um abrangente ordenamento do território, procurar e introduzir diferentes ciências no seu estudo, conduzindo a acções de revitalização, reclassificação e reconversão dos usos e da ocupação do solo, através de uma intervenção global no desenvolvimento da cidade central e periférica.

Para o nosso estudo de caso, a Cidade de Coimbra segue o exemplo do resto do País, em que uma substancial e crescente parte da população vive em médias e grandes cidades, principalmente nos seus anéis envolventes, onde os seus meios de subsistência dependem não só do emprego na cidade central, como também de algum modo, de recursos naturais, tais como áreas agrícolas para alimento e espaços urbanizáveis para residir. Por sua vez estes crescimentos trazem profundas transformações no território e após a década de 80, o Município promoveu a execução de estudos de ordenamento como o Plano Director Municipal (CMC, 1993), incidindo-se num planeamento urbanístico sistematizador face à progressiva deterioração física e ambiental do território, em consequência da falta de controlo relativamente às alterações ao uso do solo.

Uma análise e diagnóstico do Município fundamentam novas orientações quanto ao estabelecimento de “planos estratégicos de desenvolvimento”, nomeadamente através de políticas conduzindo ao desenvolvimento urbanístico e industrial fora do perímetro do centro urbano e em direcção a pólos de crescimento seleccionado. Todavia, vem-se provando que estas estratégias constituem uma opção insuficiente, senão inadequada, uma vez que o sector público se tem mostrado incapaz de ultrapassar obstáculos determinantes ao evidenciar fragilidades, como a incapacidade em gerar sinergias positivas na promoção do desenvolvimento, a notória ausência de estratégia numa coordenação, a falta de incentivos para atrair investimentos privados em áreas alvo e a derradeira ausência de uma forte vontade política.

D. ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE COIMBRA

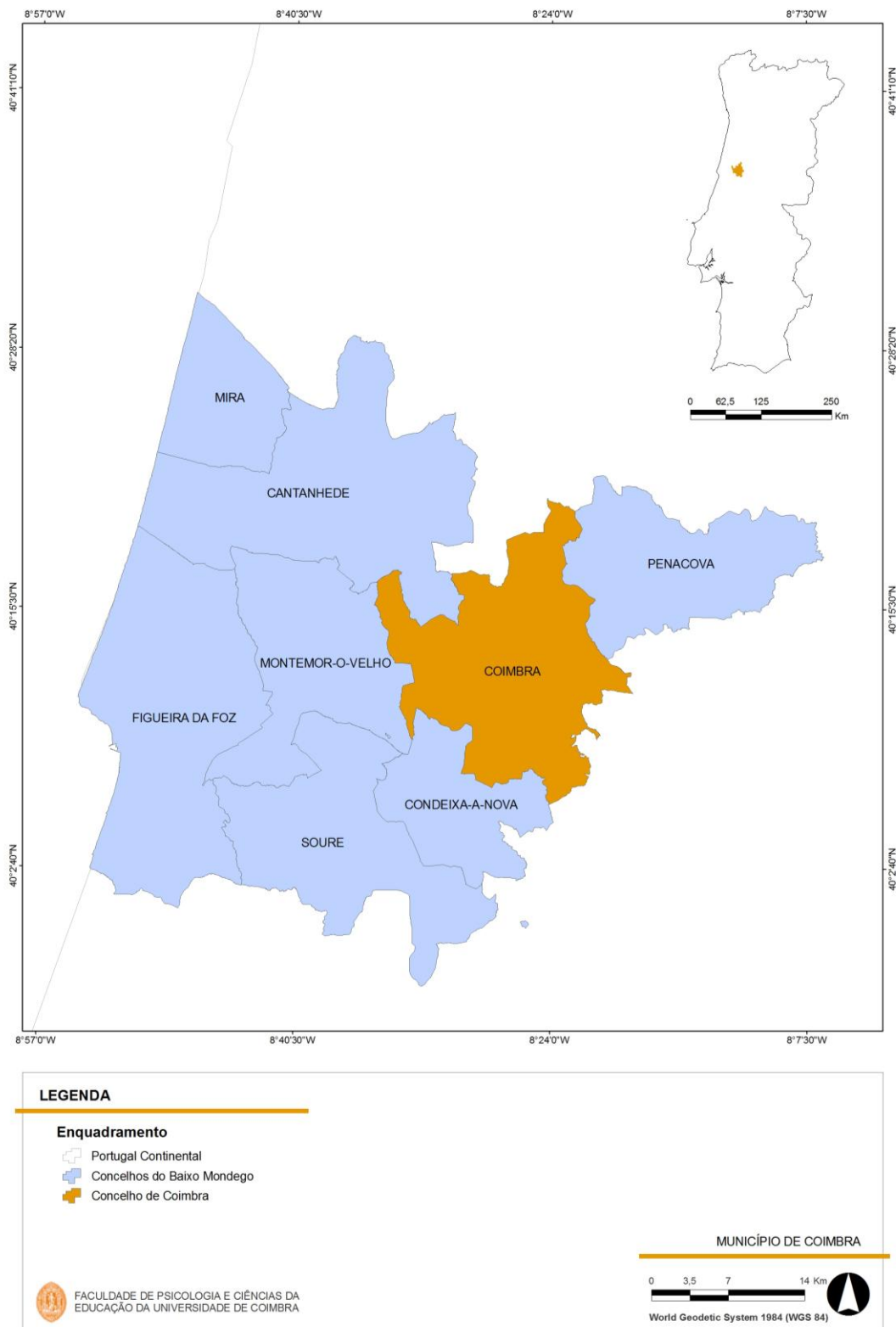
Para se entender melhor as dinâmicas em estudo, será necessário efectuarmos um enquadramento geral do território. Das suas principais características físicas estruturais e por outro, das características humanas da população. Torna-se deste modo possível explicar algumas das linhas de convergência e de divergência existentes entre os territórios coesos a este espaço e as desigualdades existentes entre as diferentes populações que o habitam, e os seus principais problemas. Convém também salientar que mesmo à escala local, muitas situações idênticas do ponto de vista estrutural se revestem de características sociais inteiramente diferentes umas das outras, quando comparada com o espaço concreto em que se inscreve, com a estrutura sócio-profissional e o seu nível de vida.

1. Enquadramento Territorial do Município

1.1. Enquadramento e Características Físicas Gerais

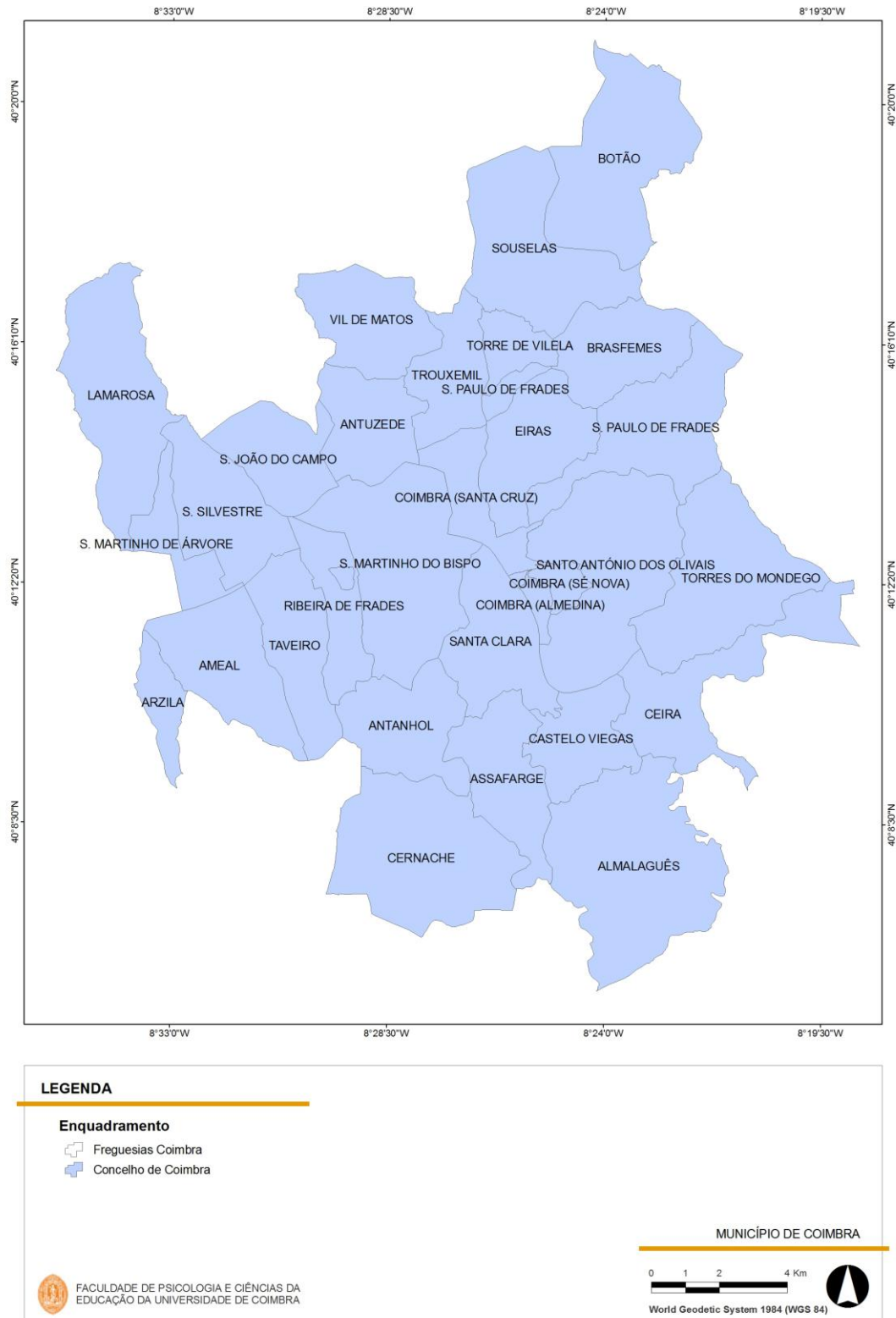
O Concelho de Coimbra, localiza-se na subregião do Baixo Mondego, sendo limitado a Norte pelo Município da Mealhada, a Sul por Condeixa-a-Nova, a Este pelos Municípios de Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a Oeste por Montemor-o-Velho e a Noroeste por Cantanhede (Figura 2).

O território municipal, com uma área de 319,41 Km² de superfície, encontra-se subdividido administrativamente por 31 freguesias (Figura 3), sendo maioritariamente de características rurais e peri-urbanas, como são exemplo as Freguesias de Almalaguês, Ameal, Antanol, Antuzede, Arzila, Assafarge, Botão, Brasfemes, Castelo Viegas, Ceira, Cernache, Eiras, Lamarosa, Ribeira de Frades, S. João do Campo, S. Martinho de Árvore, S. Martinho do Bispo, S. Paulo de Frades, S. Silvestre, Souselas, Taveiro, Torre de Vilela, Torres do Mondego, Trouxemil, Vil de Matos, “*que apresentam uma componente mais rural, mas que devido à expansão urbana da cidade aí se instalam e adquirem outras características.*” e por outro lado, as Freguesias de Almedina, St^a Clara, St^a Cruz, St^o Ant^o dos Olivais, S. Bartolomeu e Sé Nova, “*fazem parte da área urbana, onde se regista a maior densidade populacional do Município, ocupando um total de 58,7 km², cerca de 18% da área total do concelho de Coimbra, e é a área mais densamente urbanizada e populosa de todo o concelho.*” (Paiva, 2006. pp. 323-328).



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)

Figura 2 – Enquadramento da Área em Estudo



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)

Figura 3 - Freguesias do Concelho de Coimbra

Em termos de caracterização física, o Município de Coimbra explana o seu território por duas unidades morfo-estruturais bastante importantes e separadas pelo acidente tectónico Porto–Tomar, onde terão ocorrido movimentações recentes ao longo dos acidentes tectónicos *principais*.

É importante também referir que estas diferenças se têm reflectido ao longo dos tempos no desenho urbano, no desenho populacional e nas acessibilidades intra-municipais. Coimbra insere-se no contacto entre duas unidades geomorfológicas com o Maciço Antigo Ibérico e a Orla Mesocenozóica Ocidental.

O Maciço Marginal é limitado a SE, a SW e a NW, por uma superfície aplanada, ligeiramente inclinada para SW perdendo cotas de 500m a 200m sensivelmente, designando-se o fosso do Mondego, drenada pelo Mondego e seus afluentes, que transpõe o Maciço Marginal através de vales encaixados, em direcção à Orla Ocidental (Figura 4).

Resumidamente, predominam os terrenos planos, correspondentes à planície aluvial do Mondego e afluentes, assim como a manta de retalhos dos terraços fluviais desses mesmos cursos de água e sectores envolventes, que criam uma “barreira” física entre os territórios desenvolvidos nas duas margens, que só nas últimas décadas foi atenuado por um conjunto de pontes que foi alterando a deficiente mobilidade intermunicipal.

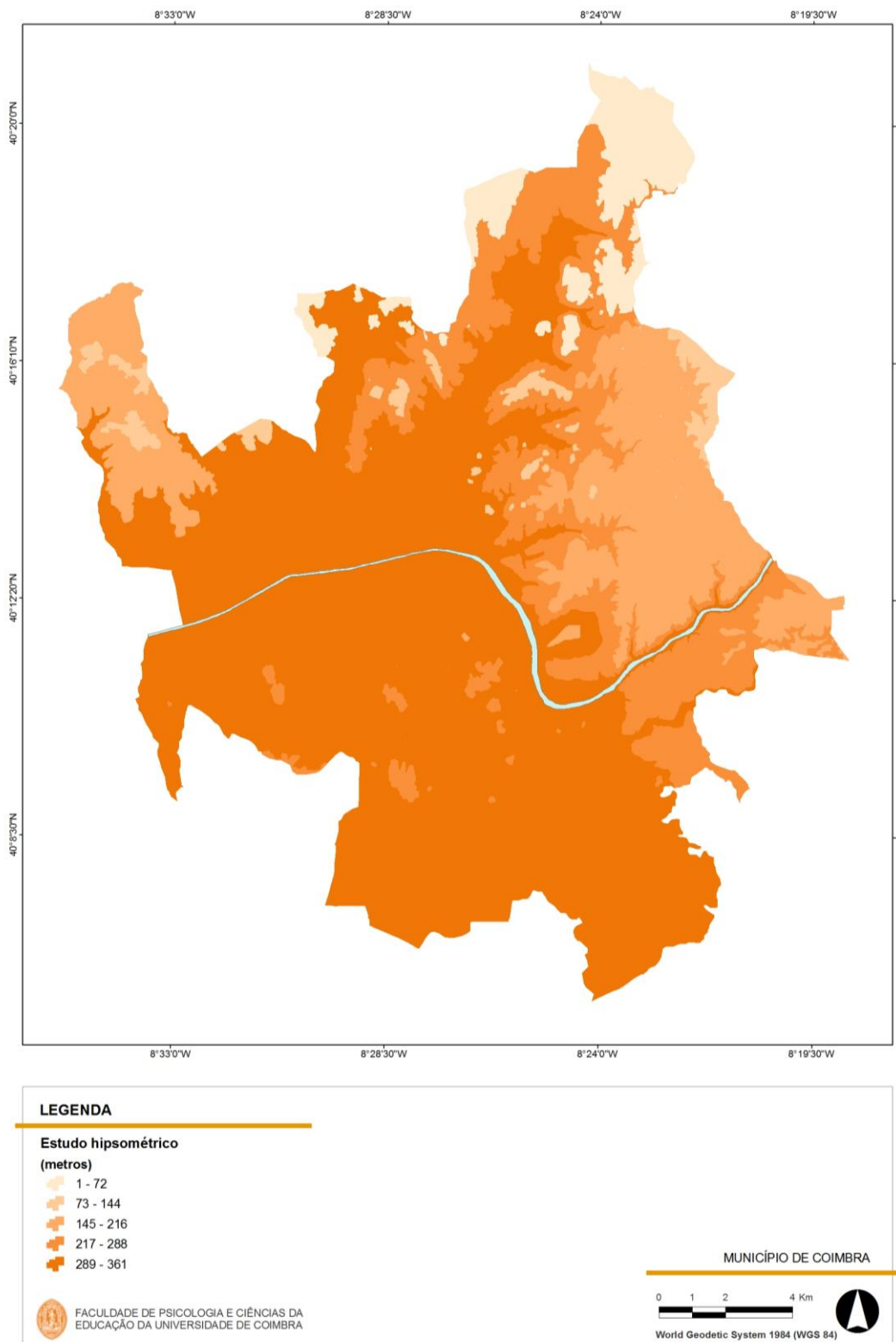
“Com uma direcção geral NE-SW, situa-se ligeiramente a sul do enfiamento do Vale do Baixo Mondego, destacando-se dos relevos orientais que constituem o chamado Maciço Marginal de Coimbra, cuja altitude máxima é de 535 metros, na Serra da Azeiteira. Para Este e Sueste estende-se numa área aplanada, desde Miranda do Corvo até Vila Nova de Poiares, fechada 20km a SE, pela Serra da Lousã que se ergue abruptamente, atingindo 1205 metros de altitude no seu ponto culminante, o Trevim. Para Ocidente, a menos de 40 km, abre-se o Oceano Atlântico (...) sem que se interponham relevos significativos.” (Lourenço, 1975-86, p.25)

Desta forma, as áreas de maior declive localizam-se, em maioria a oriente, nas vertentes do Maciço Marginal, o que origina um território com declives bastante assimétricos.

“Coimbra situa-se assim na fronteira de dois mundos: a jusante da saída do Maciço Antigo o rio espraia-se, a paisagem abra-se e humaniza-se, nas vilas e aldeias aglomeradas que bordejam o Campo e na intensa ocupação agrária a várzea, entre um rio caprichoso que por vezes, os homens intentaram corrigir” (Ribeiro, 1968 citado no PDM de Coimbra).

À semelhança do restante território continental, o Município de Coimbra corresponde em termos macroclimáticos ao domínio mediterrâneo, enquanto que numa análise à escala mesoclimática, e segundo a classificação de (Ferreira, 2005, p.338), para as regiões climáticas de Portugal continental, o território municipal integra a região climática de influência atlântica, nitidamente influenciado pela relativa proximidade do Oceano Atlântico e, modificado localmente a Este, pelo Maciço Marginal de Coimbra e no sector central pelo rio Mondego e pelo sua planície aluvial, assim como, pelas próprias características da morfologia urbana.

Desta forma, Coimbra caracterizar-se pela manifestação de verões quentes e secos (média dos valores máximos de temperatura de 21°C), de elevada luminosidade, insolação intensa e falta de chuvas e, Invernos amenos e pluviosos (média dos valores mínimos de temperatura de 10,7°C), em que a aragem marítima atlântica é amenizadora da amplitude anual, assistindo-se assim à presença de duas estações contrastantes, tanto térmica como pluviometricamente, sendo a variabilidade climática, a principal particularidade de um clima de transição, como é o clima mediterrâneo.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)

Figura 4 – Hipsometria do Concelho de Coimbra

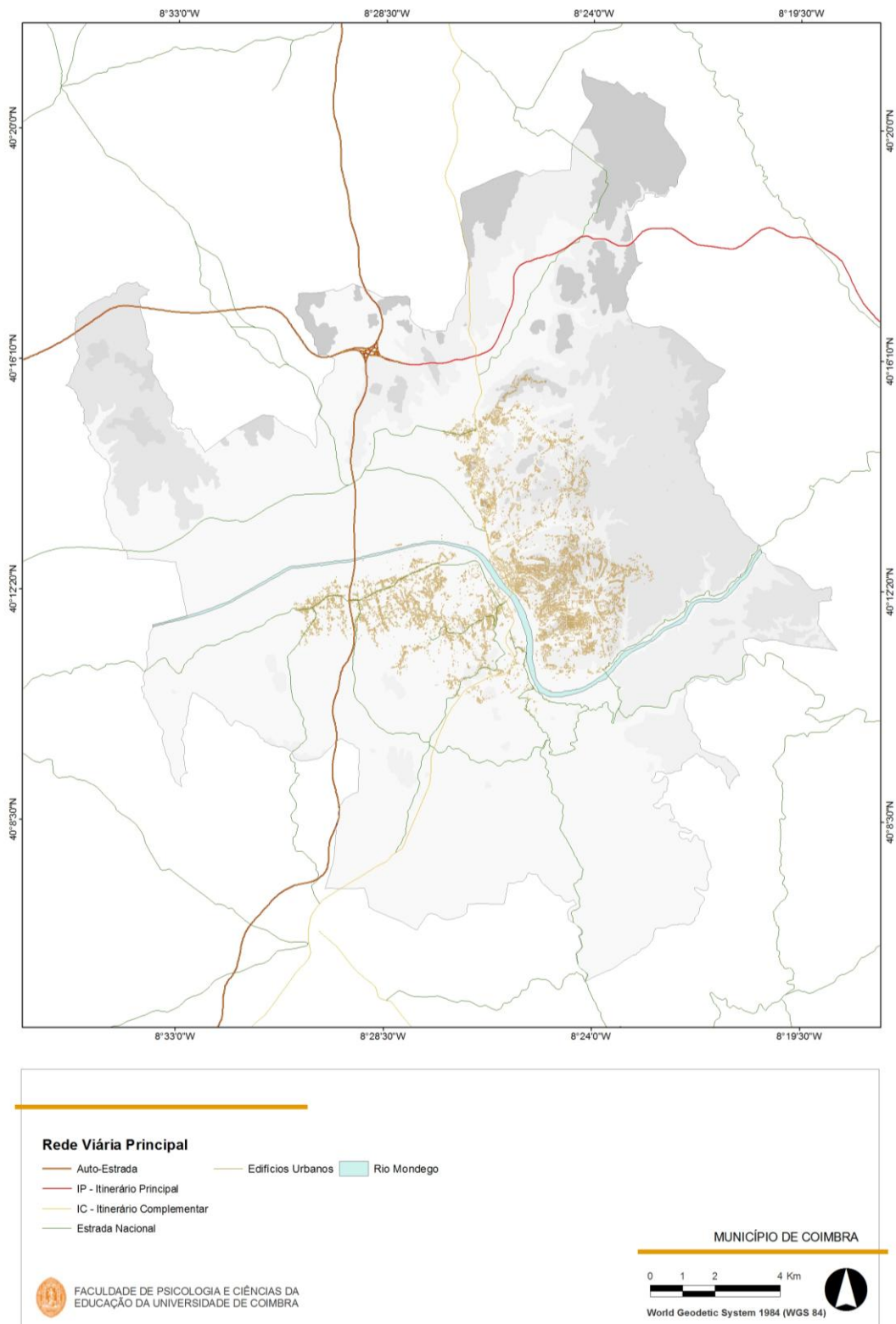
1.2. Caracterização da Rede de Acessibilidades

Assumindo-se como um importante pólo urbano, assente essencialmente no domínio do conhecimento e da inovação, o território concelhio de Coimbra, ocupa uma posição central entre as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, sendo atravessado por algumas das principais vias de comunicação (Figura 5) que se assumem como fundamentais na estruturação do território, de onde se destacam: a A1 (Auto-Estrada do Norte) e o IC2 que fazem a ligação entre Lisboa – Porto, o IP3 que liga o litoral ao interior da Região Centro; e a A14 responsável por uma ligação rápida ao Município da Figueira da Foz, a qual reforçará o eixo urbano constituído entre os pólos urbanos de Coimbra e Figueira da Foz e por outro lado, as vias de importância regional, que se assumem como fundamentais na estruturação da rede viária municipal, com destaques de algumas EN's, para os sectores onde a morfologia já se apresenta como um factor a considerar ao nível das mobilidades.

Assim, a nível municipal, o desenho rodoviário apresenta uma estrutura do tipo rádio-concêntrica, correspondendo os principais eixos radiais às vias pertencentes à rede rodoviária nacional, existindo, em volta da zona urbana central, uma via de circular externa, o que permite solucionar alguns problemas funcionais, designadamente no congestionamento e conflitos entre a função rodoviária e as funções urbanas, invadindo por vezes, um espaço urbano particularmente sensível.

A nível ferroviário Coimbra é atravessada pela Linha do Norte, que faz a ligação entre Lisboa e Porto, permitindo também o acesso ao litoral através do ramal da Figueira da Foz. Por outro lado, importa referir que Coimbra perdeu o Ramal da Lousã que servia essencialmente a Freguesia de Ceira e os Municípios vizinhos de Miranda do Corvo e Lousã, o que irá trazer transformações importantes nas dinâmicas populacionais da região que dificultam a mobilidade e trazem consigo outros custos associados.

De um modo geral, o Município de Coimbra apresenta uma rede de acessibilidades já bastante consolidada e com capacidade razoável, embora apresente ainda algumas deficiências pontuais ao nível funcional.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)
Figura 5 - Rede Viária Principal do Concelho de Coimbra

1.3. Caracterização Demográfica

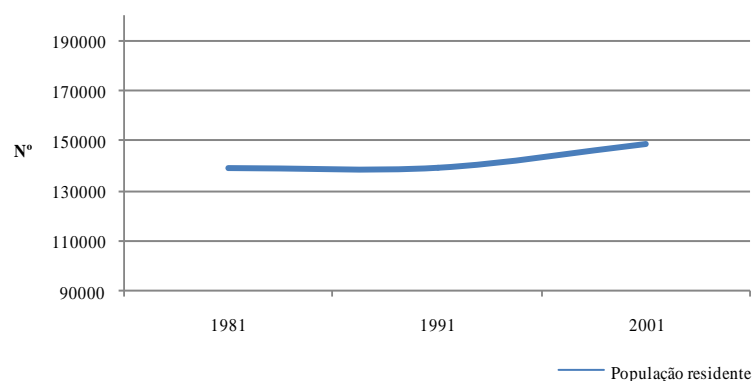
O Município de Coimbra é um dos dez Municípios da sub-região do Baixo Mondego. Apresenta uma localização privilegiada no Centro Litoral, sendo assim, o maior núcleo urbano de referência. Está localizado no Centro de Portugal com mais de dois milhões de habitantes, apresenta-se como o Município mais populoso quer da sub-região do Baixo Mondego, quer da Região Centro.

É considerada uma das mais importantes cidades portuguesas, devido a infra-estruturas, organizações e empresas que detém e que servem toda a população, que a sua importância histórica e privilegiada posição geográfica na região centro, lhe possibilitou centralizar.

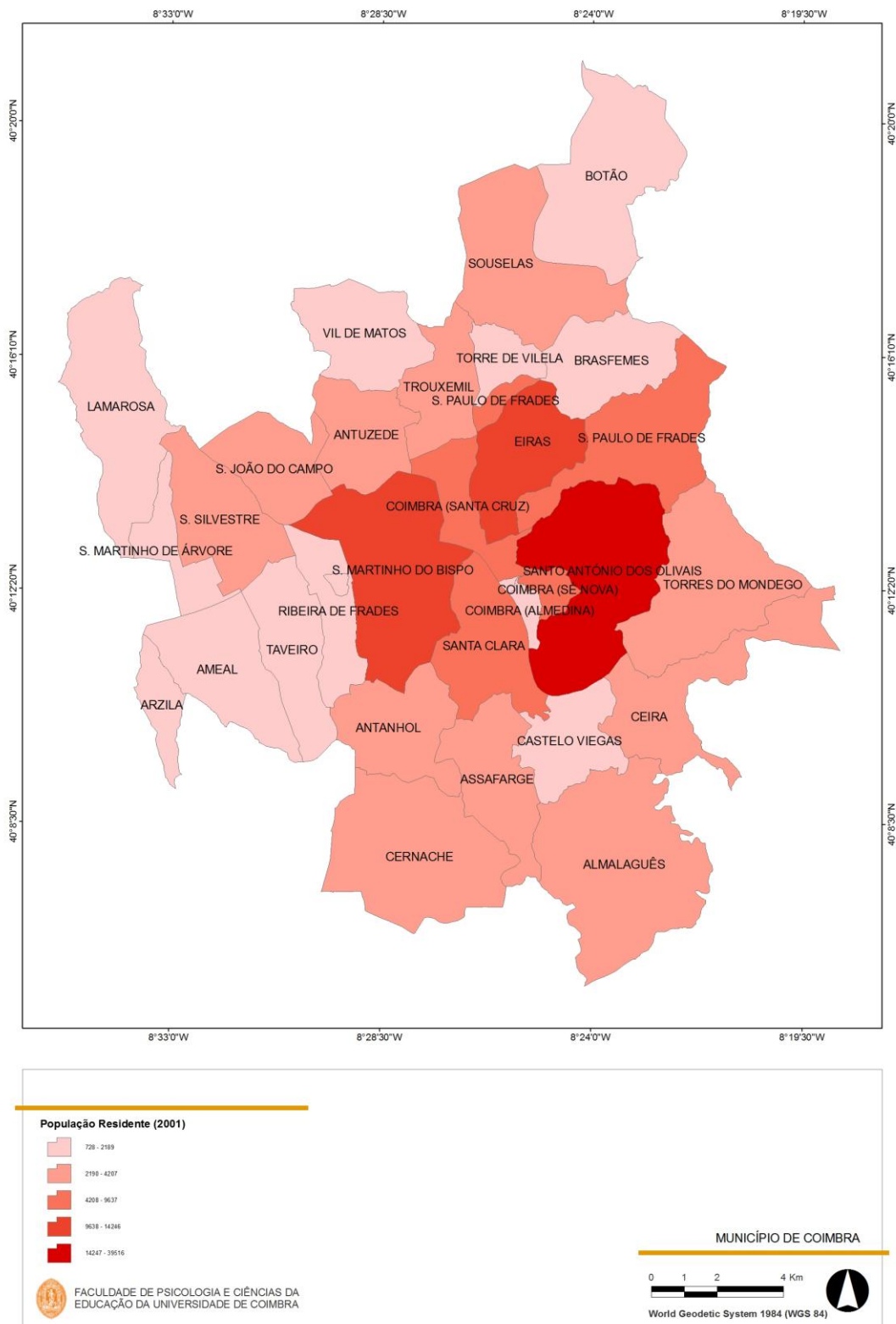
1.3.1. Espacialidade e evolução da população residente

Segundo os censos 2001 a população residente no concelho de Coimbra é de cerca de 148443 hab., mas sendo o número de população presente superior a 175510 habitantes (Figura 6, Tabela 1 e Gráfico 1). A população total a residir no limite urbano é de 101069 hab., correspondendo a 68% da população total do concelho, sendo a sua densidade populacional de 1722 habitantes por Km² (Figura 7).

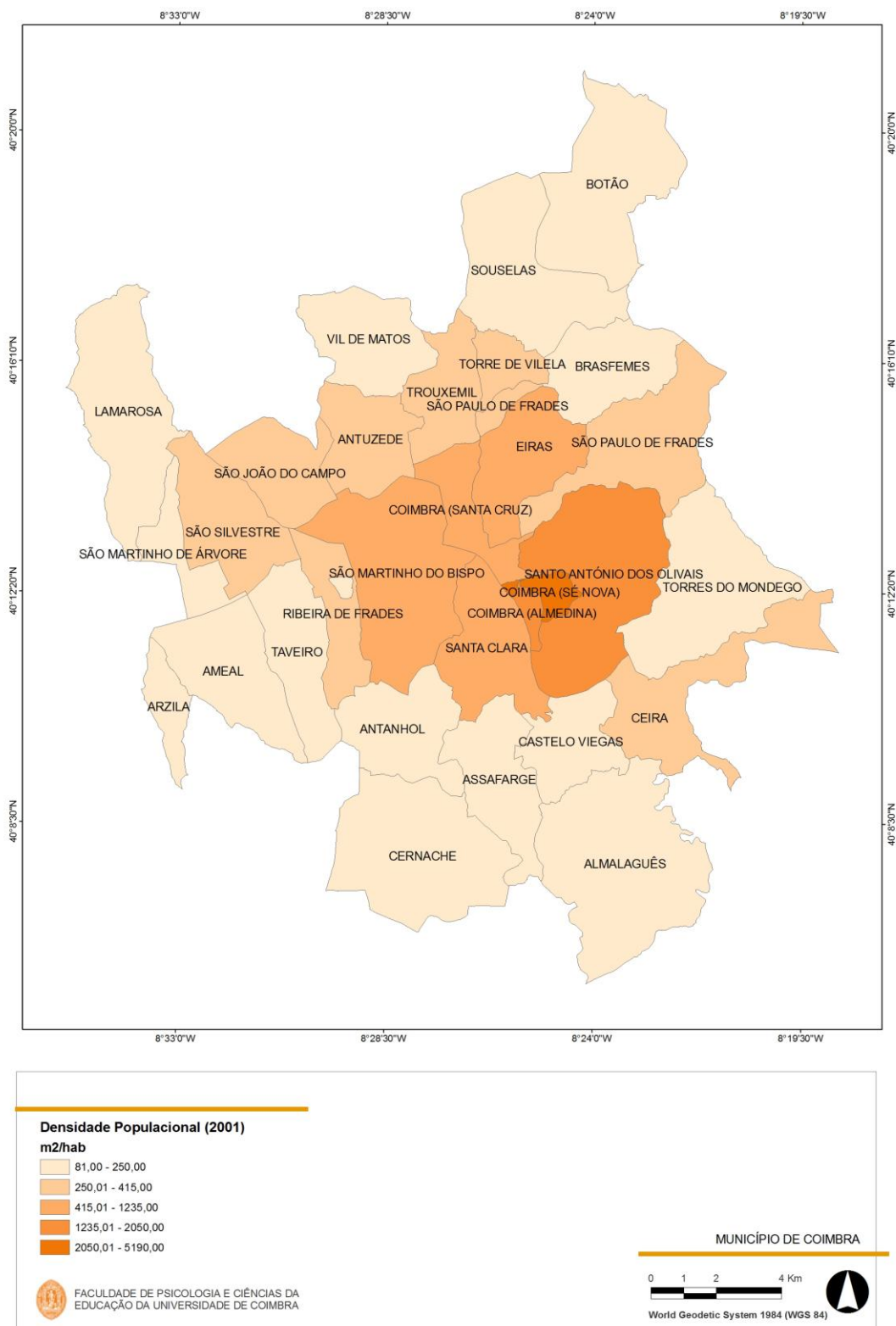
Gráfico 1 - Evolução da População Residente no Concelho de Coimbra de 1981 a 2001



Fonte: INE



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)
 Figura 6 - População Residente do Concelho de Coimbra



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)
Figura 7 - Densidade Populacional do Concelho de Coimbra

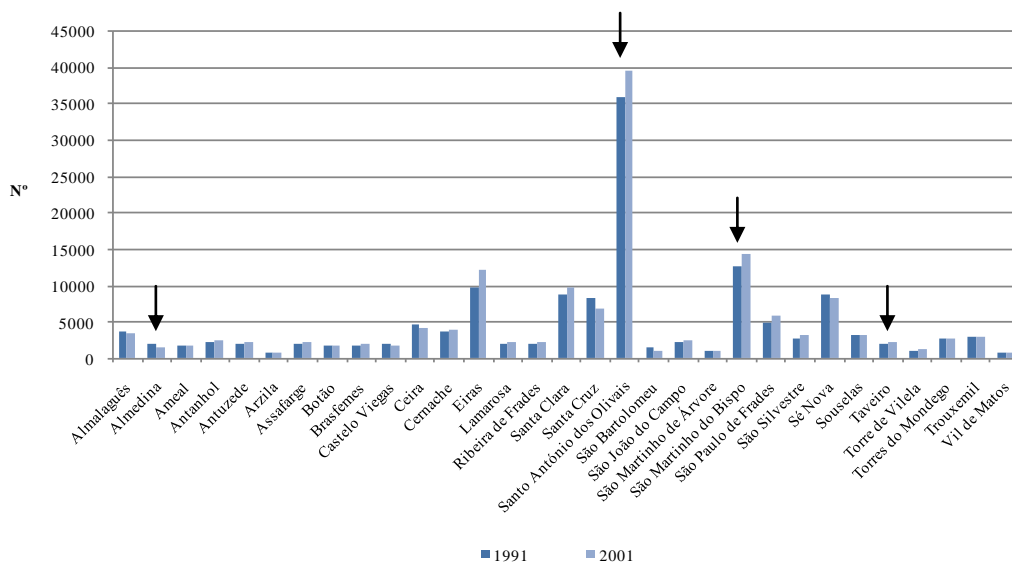
Tabela 1 -População Residente e Variação Populacional no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2001

Anos	População residente	Variação populacional (%)
1991	139052	–
1992	138150	-0,65
1993	138648	0,36
1994	140070	1,03
1995	141630	1,11
1996	143072	1,02
1997	143790	0,50
1998	144609	0,57
1999	145355	0,52
2000	146259	0,62
2001	148443	1,49

Fonte: INE

No gráfico seguinte, as freguesias das escolas em estudo estão assinaladas com uma seta, sendo que a Infanta Dona Maria e o Colégio Rainha Santa pertencem à Freguesia de Stº Antº dos Olivais e Almedina, respectivamente, EB 2, 3 de Taveiro na Freguesia de Taveiro e o Colégio de S. Martinho na Freguesia de S. Martinho, todas elas com crescimento populacional positivo, excepto a Freguesia da Almedina.

Gráfico 2 - População Residente por Freguesia do Concelho de Coimbra de 1991 a 2001



Fonte: INE

A análise da distribuição dos valores de população residente, nas 31 Freguesias que integram na actualidade o Município de Coimbra (Gráfico 2), permite verificar uma evolução positiva a partir de 1993, atingindo um máximo no ano de 2001 com uma percentagem de variação populacional de 1,49% comparativamente com o ano anterior (Tabela 2, Gráfico 3 e Figura 8).

Numa análise mais fina dos valores, a Freguesia mais populosa do Município de Coimbra é Santo António dos Olivais, que se destaca claramente das restantes. Com efeito, apesar de se verificar um acréscimo de população em vinte e uma das trinta e uma Freguesias do Município, a Freguesia de Santo António dos Olivais representa 26,6% da população residente em 2001, o que corresponde a 39515 habitantes.

Um segundo grupo é formado pelas Freguesias de São Martinho do Bispo, Eiras, Santa Clara, Sé Nova e Santa Cruz. Estas Freguesias representam, em 2001, os valores de 9,6%, 8,1%, 6,5%, 5,6% e 4,6%, respectivamente.

Numa análise geral, as Freguesias de Santo António dos Olivais, São Martinho do Bispo, Eiras, Santa Clara, Sé Nova e Santa Cruz representam cerca de 60% da população residente no Município de Coimbra, concentrando cerca de 90612 hab.

Por outro lado, e em termos de valores populacionais reduzidos, observam-se as Freguesias de Arzila, Vil de Matos, São Bartolomeu, São Martinho da Árvore e Torre de Vilela, que constituem um grupo com pesos populacionais relativos semelhantes, representando, em termos de percentagem comparativa, 0,5%, 0,5%, 0,6%, 0,7% e 0,8% dos residentes, a que correspondem respectivamente 728, 775, 856, 1003 e 1146 indivíduos. As restantes freguesias possuem quantitativos populacionais que se situam entre 1678 habitantes (1,1%) na Freguesia de Ameal e 4207 (2,8%) em Ceira. Nesta análise será importante referir que, nas últimas décadas, ocorreram importantes transformações na organização do território nacional e em particular nos núcleos urbanos de maior importância.

No caso de Coimbra, e não sendo uma excepção, assiste-se nos dias de hoje a uma desertificação das Freguesias centrais, como é o caso de São Bartolomeu, Almedina, Santa Cruz e Sé Nova. Uma das maiores descidas registadas acontece na Freguesia de São Bartolomeu, que tinha 2172 habitantes em 1981, valor que decresceu substancialmente para 856 em 2001.

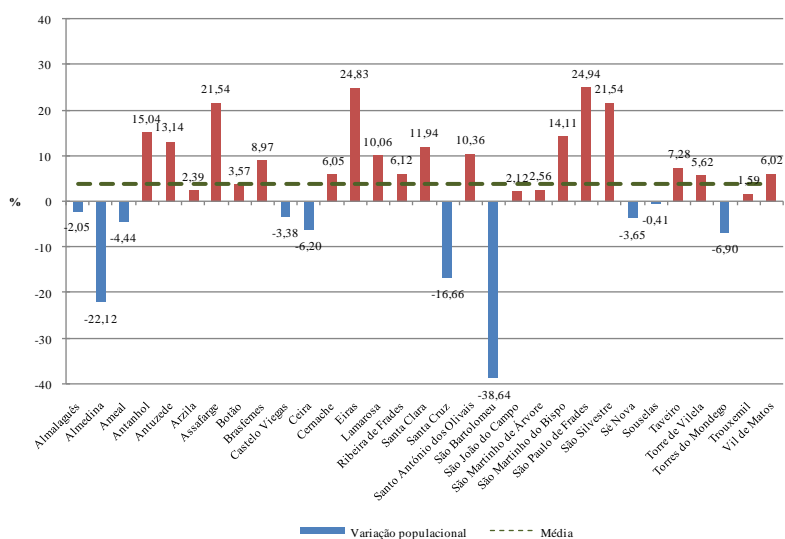
Tabela 2 - População Residente nas Freguesias do Concelho de Coimbra de 1991 a 2001

Freguesias	1981		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Almalaguês	3552	2,6	3512	2,5	3440	2,3
Almedina	2112	1,5	1953	1,4	1521	1,0
Ameal	1722	1,2	1756	1,3	1678	1,1
Antanhol	1831	1,3	2127	1,5	2447	1,6
Antuzede	2256	1,6	2002	1,4	2265	1,5
Arzila	974	0,7	711	0,5	728	0,5
Assafarge	1714	1,2	1866	1,3	2268	1,5
Boião	1721	1,2	1625	1,2	1683	1,1
Brasfemes	1758	1,3	1695	1,2	1847	1,2
Castelo Viegas	1577	1,1	1833	1,3	1771	1,2
Ceira	4293	3,1	4485	3,2	4207	2,8
Cernache	3496	2,5	3650	2,6	3871	2,6
Eiras	8364	6,0	9655	6,9	12052	8,1
Lamarosa	1906	1,4	1989	1,4	2189	1,5
Ribeira de Frades	2068	1,5	1945	1,4	2064	1,4
Santa Clara	9826	7,1	8609	6,2	9637	6,5
Santa Cruz	10890	7,8	8239	5,9	6866	4,6
Santo António dos Olivais	32268	23,2	35807	25,8	39516	26,6
São Bartolomeu	2172	1,6	1395	1,0	856	0,6
São João do Campo	2196	1,6	2261	1,6	2309	1,6
São Martinho de Árvore	922	0,7	978	0,7	1003	0,7
São Martinho do Bispo	12318	8,9	12484	9,0	14246	9,6
São Paulo de Frades	3913	2,8	4732	3,4	5912	4,0
São Silvestre	2541	1,8	2544	1,8	3092	2,1
Sé Nova	10854	7,8	8609	6,2	8295	5,6
Souselas	3058	2,2	3159	2,3	3146	2,1
Taveiro	2152	1,5	1924	1,4	2064	1,4
Torre de Vilela	906	0,7	1085	0,8	1146	0,8
Torres do Mondego	2976	2,1	2739	2,0	2550	1,7
Trouxemil	1864	1,3	2952	2,1	2999	2,0
Vil de Matos	730	0,5	731	0,5	775	0,5
Total	138930	100	139052	100	148443	100

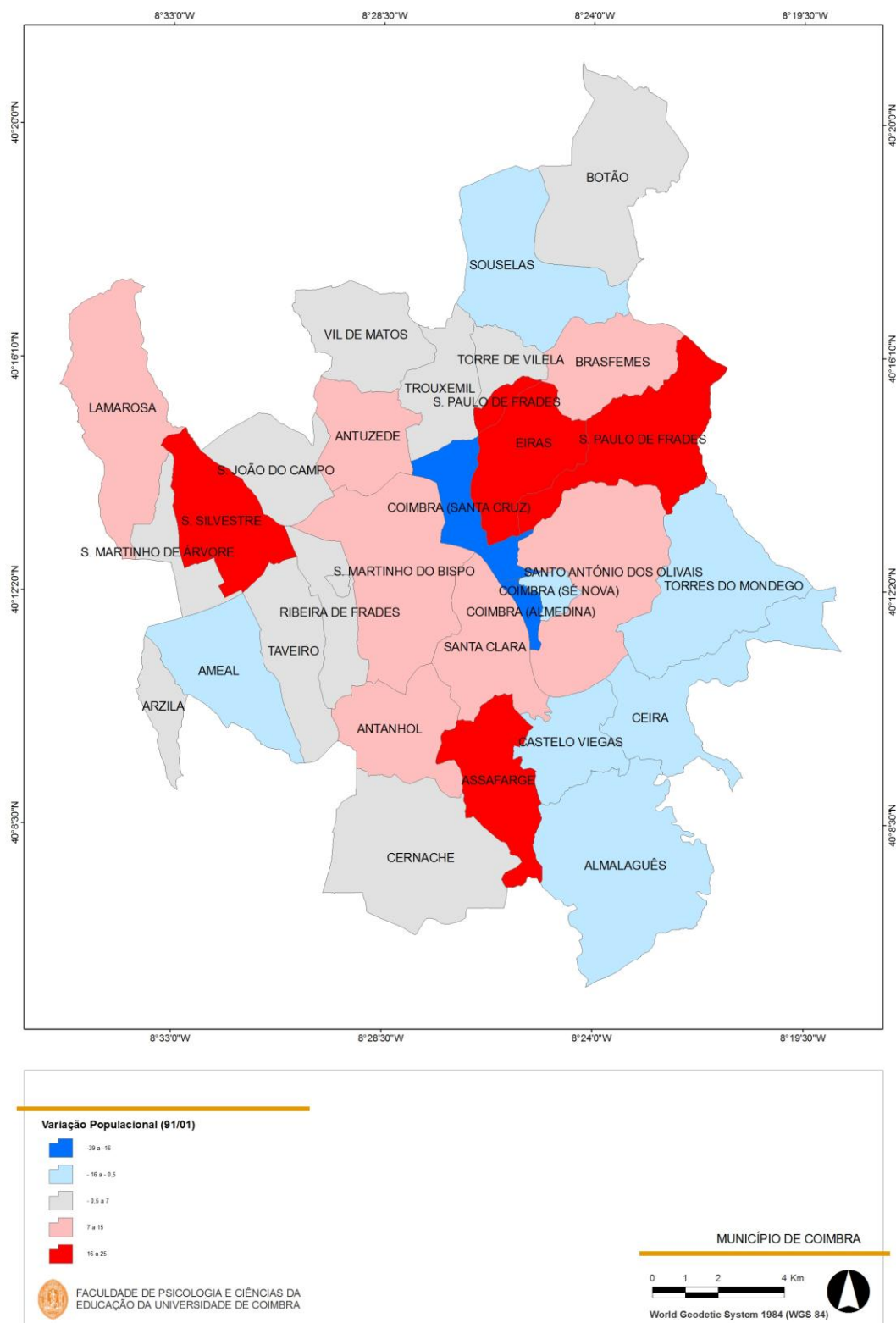
Fonte: INE

Em segundo plano, a Freguesia de Almedina passou de 2112 habitantes em 1981 para 1521 em 2001, a Freguesia de Santa Cruz de 10890 em 1981 para 6866 em 2001 e, finalmente, a Freguesia da Sé Nova, que em 1981 registava 10854 residentes e em 2001 registou 8295. Todas estas freguesias perderam “peso” na distribuição da população residente por freguesias.

Gráfico 3 -Variação da População Residente por Freguesia do Concelho de Coimbra, de 1991 a 2001



Fonte: INE



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)
 Figura 8 - Variação Populacional do Concelho de Coimbra (91/01)

1.3.2. Dinâmicas no crescimento natural e saldo migratório

As dinâmicas observadas na população do Município relacionam-se de forma clara, para o nosso estudo, com um factor importante para o estudo da população. O estudo do crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos escolares se torna elemento fundamenta.

Neste estudo de dinâmicas, a evolução da taxa de natalidade¹ (Tabela 3) mostra uma tendência de oscilação, ora com aumentos ora com decréscimos entre os anos de 1991 e 2007. Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida na década de noventa indica um acréscimo da taxa de natalidade entre 1991 e 1992 (de 1610 para 1713), um decréscimo entre os anos de 1992 e 1994 (de 1713 para 1517), valor que volta logo a aumentar no ano seguinte (1630), decrescendo depois desde 1995 até 1999 (1630 para 1459). De 1999 até 2005 a taxa de natalidade apresenta sucessivas quebras, até ao ano de 2005 (1202). Em 2007 regista-se 1207 nascimentos no Concelho de Coimbra.

Tabela 3 - Natalidade por Freguesia no Concelho de Coimbra de 1991 a 2007

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Almalaguês	30	30	37	37	26	32	31	37	34	35	32	23	24	17	24	21	24	494
Almedina	11	13	11	9	16	7	7	13	9	11	8	13	2	6	4	5	5	150
Ameal	18	10	9	13	17	17	18	15	8	11	6	14	9	14	8	4	12	203
Antanhol	24	26	30	21	25	20	25	24	26	29	16	24	15	18	15	25	25	388
Antuzede	34	35	27	14	32	21	22	36	24	24	26	10	15	22	25	11	10	388
Arzila	11	6	9	8	11	12	12	9	10	7	9	5	9	2	6	11	7	144
Assafarge	15	21	24	17	15	22	15	25	32	21	23	18	20	23	16	18	32	357
Botão	23	17	14	24	18	18	24	22	10	12	17	11	16	15	13	8	17	279
Brasfemes	18	24	19	23	17	15	21	16	12	17	16	14	15	17	17	12	17	290
Castelo Viegas	13	16	10	15	13	14	17	13	12	15	9	16	9	11	12	8	13	216
Ceira	49	53	34	41	33	38	42	27	21	19	34	40	33	28	21	22	17	552
Cernache	34	28	24	35	39	32	44	28	39	19	41	35	38	33	33	44	30	576
Eiras	126	158	115	143	174	145	164	170	180	177	153	158	168	128	145	137	135	2576
Lamarosa	24	21	30	13	26	22	31	24	19	28	17	24	21	19	25	17	16	377
Ribeira de Frades	20	18	20	20	13	13	16	20	13	17	13	12	9	14	14	11	11	254
Santa Clara	120	95	102	110	118	92	101	92	87	87	85	81	85	93	90	97	102	1637
Santa Cruz	90	92	81	85	75	84	77	69	77	59	65	51	46	54	57	39	50	1151
Santo António dos Olivais	459	482	487	416	445	430	442	404	393	385	375	369	353	369	306	307	321	6743
São Bartolomeu	11	16	7	11	4	10	7	5	7	8	10	2	8	4	4	6	5	125
São João do Campo	27	20	21	31	30	25	23	25	20	22	28	14	14	17	21	16	21	375
São Martinho de Arvore	14	9	9	8	6	9	10	9	6	8	15	12	12	9	8	9	7	160
São Martinho do Bispo	160	170	175	132	179	168	145	169	154	149	131	124	138	106	122	122	116	2460
São Paulo de Frades	53	65	56	47	71	67	46	59	58	69	53	50	40	43	36	51	37	901
São Silvestre	27	39	36	24	25	27	37	36	32	33	40	36	27	28	31	32	26	536
Sé Nova	85	112	115	86	88	75	76	87	57	61	62	75	64	56	47	68	47	1261
Souselas	28	26	41	37	29	37	29	39	29	42	26	32	33	43	23	25	19	538
Taveiro	24	24	12	23	17	15	19	16	15	22	22	18	19	15	22	13	17	313
Torre de Vilela	8	15	17	8	12	15	11	12	11	13	17	9	7	17	12	9	15	208
Torres do Mondego	17	21	18	23	13	18	26	18	19	19	10	17	20	16	13	25	19	312
Trouxemil	32	43	54	40	37	37	31	38	30	22	36	40	33	21	21	29	582	
Vil de Matos	5	8	5	3	6	1	4	6	7	6	5	8	15	8	11	7	5	110
Total	1610	1713	1649	1517	1630	1538	1573	1563	1459	1455	1386	1351	1324	1278	1202	1201	1207	24656

Fonte: INE

¹ Número de crianças que nascem anualmente por cada mil habitantes, numa determinada área.

A análise da evolução no mesmo período de tempo do número de óbitos² (Tabela 4) destaca, igualmente, um comportamento irregular, desta forma a taxa de mortalidade apresenta, assim, entre os anos de 1991 e 2007 uma evolução com oscilações, sendo que até 1992 os valores de mortalidade sofreram um ligeiro decréscimo (de 1307 para 1248), um acréscimo em 1997 (1435) e nova diminuição em 2001 para 1332. Esta descrição revela o comportamento irregular da taxa de mortalidade na década de noventa, tendência que também se regista nos restantes anos analisados. A partir do ano de 2001 regista-se um acréscimo até ao ano de 2003 (1425), verificando-se depois uma diminuição no ano seguinte (1295). Até ao ano de 2007 a taxa de mortalidade vai aumentar sucessivamente (1367).

Tabela 4 - Óbitos por Freguesia no Concelho de Coimbra de 1991 a 2007

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Aimalaguês	35	29	33	38	38	31	55	53	35	40	31	42	35	40	35	30	31	631
Almedina	19	25	12	16	19	26	16	17	19	18	19	13	26	17	13	18	12	305
Ameal	20	21	21	13	15	19	17	21	15	15	18	20	21	17	22	19	22	316
Antanhol	14	19	18	21	17	12	21	22	18	15	15	21	22	12	20	25	29	321
Antuzede	14	13	13	15	14	30	17	19	11	23	24	20	14	18	22	8	17	292
Arzila	8	9	5	10	8	12	11	10	14	10	13	6	9	9	11	9	11	165
Assafarge	21	12	15	16	18	24	20	30	22	17	20	19	19	18	11	15	19	316
Botão	19	12	11	18	18	18	21	18	27	19	14	18	15	19	10	19	12	288
Brasfemes	16	12	18	9	9	17	18	15	18	7	17	18	15	19	19	15	11	253
Castelo Viegas	18	21	13	14	17	17	18	21	34	10	18	15	18	18	23	17	14	306
Ceira	47	43	36	43	42	52	44	49	36	49	44	44	46	42	51	37	47	752
Cernache	48	37	40	38	48	46	41	51	47	46	45	48	55	44	47	43	38	762
Eiras	58	68	62	59	61	56	86	71	76	76	76	77	74	67	85	57	93	1202
Lamarosa	17	16	26	14	20	14	27	19	21	18	21	35	22	25	21	30	21	367
Ribeira de Frades	20	10	21	31	25	27	18	26	17	12	24	20	19	22	16	30	17	355
Santa Clara	68	95	86	84	75	88	84	88	99	80	84	99	116	87	75	98	82	1488
Santa Cruz	121	114	118	126	139	114	130	127	104	115	104	119	96	77	82	102	87	1875
Santo António dos Olivais	282	259	282	278	317	318	315	307	329	317	298	326	336	306	330	344	373	5317
São Bartolomeu	27	21	23	26	21	21	24	17	24	17	24	20	25	22	23	14	16	365
São João do Campo	26	17	21	17	22	13	18	22	11	21	19	22	22	19	20	18	16	324
São Martinho de Árvore	9	8	11	9	7	6	8	11	10	4	8	6	5	5	13	6	13	139
São Martinho do Bispo	140	117	132	129	132	130	148	152	138	129	128	160	136	130	128	151	129	2309
São Paulo de Frades	37	48	26	36	35	51	34	36	42	45	38	48	44	31	39	39	35	664
São Silvestre	20	24	17	19	36	28	21	23	20	21	19	18	22	18	19	21	25	371
Sé Nova	80	83	78	103	86	89	95	61	107	101	89	94	88	78	63	84	56	1435
Souselas	29	16	27	20	29	21	25	26	21	33	18	20	21	29	21	41	35	432
Taveiro	38	15	25	27	14	22	26	27	23	20	33	23	25	24	20	26	35	423
Torre de Vilela	5	11	9	5	7	9	12	6	6	10	11	6	7	13	11	5	7	140
Torres do Mondego	29	28	29	27	25	18	25	28	18	17	28	23	36	24	23	30	29	437
Trouxenil	15	32	28	25	26	35	26	30	19	27	27	23	24	36	26	26	27	452
Vil de Matos	7	13	8	12	12	7	10	11	14	5	5	5	12	9	7	4	8	149
Total	1307	1248	1264	1298	1352	1371	1431	1414	1395	1337	1332	1428	1425	1295	1306	1381	1367	22951

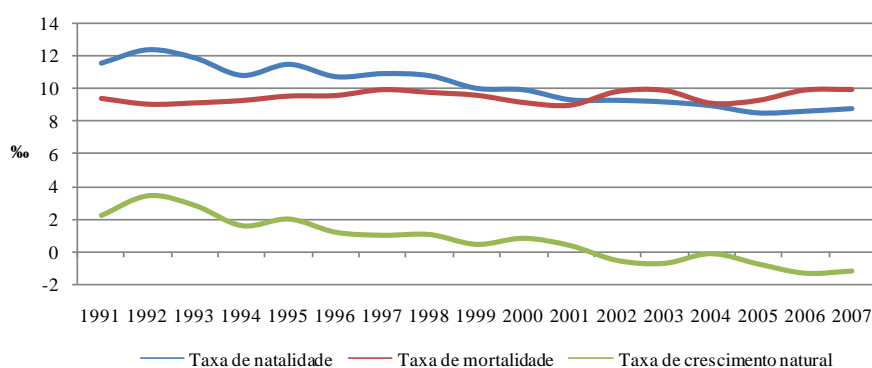
Fonte: INE

O facto de a natalidade apresentar em alguns anos valores inferiores aos registados pela mortalidade, traduz-se num crescimento natural (diferença entre os nascimentos e as mortes, ou seja, entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade) com oscilações no período analisado. No período de anos entre 1991 e 2007 verifica-se

² Número de óbitos registados, em média por mil habitantes, numa dada região num período de tempo.

que o crescimento populacional registou valores positivos, significando assim, que os valores da natalidade foram superiores aos valores dos óbitos (Gráfico 4).

Gráfico 4 -Evolução da Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2007



Fonte: INE

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no Município de Coimbra apontava para estas tendências ao nível da dinâmica natural da população (Tabela 5 e 6), ao mesmo tempo que permite também colocar em questão que algumas Freguesias terão comportamentos diferentes, o que pode ser traduzido no poder de atracção, que estas incutem, sobre populações exógenas.

Tabela 5 -Dinâmica Natural no Concelho de Coimbra entre 1991 a 2007

Anos	Natalidade		Mortalidade		Crescimento Natural	
	Nº	%o	Nº	%o	Nº	%o
1991	1610	11,63	1307	9,44	303	2,19
1992	1713	12,40	1248	9,03	465	3,37
1993	1649	11,89	1264	9,12	385	2,78
1994	1517	10,83	1298	9,27	219	1,56
1995	1630	11,51	1352	9,55	278	1,96
1996	1538	10,75	1371	9,58	167	1,17
1997	1573	10,94	1431	9,95	142	0,99
1998	1563	10,81	1414	9,78	149	1,03
1999	1459	10,04	1395	9,60	64	0,44
2000	1455	9,95	1337	9,14	118	0,81
2001	1386	9,47	1332	9,10	54	0,37
2002	1351	9,31	1428	9,84	-77	-0,53
2003	1324	9,21	1425	9,91	-101	-0,70
2004	1278	8,97	1295	9,09	-17	-0,12
2005	1202	8,53	1306	9,27	-104	-0,74
2006	1201	8,64	1381	9,93	-180	-1,29
2007	1207	8,80	1367	9,96	-160	-1,17

Fonte: INE

Tabela 6 -Dinâmica Natural por Freguesia no Concelho de Coimbra entre 1991 e 2001

Freguesias	1991					2001						
	Natalidade Nº	Taxa de Natalidade ‰	Mortalidade Nº	Taxa de Mortalidade ‰	Crescimento Natural Nº	Taxa de Crescimento Natural ‰	Natalidade Nº	Taxa de Natalidade ‰	Mortalidade Nº	Taxa de Mortalidade ‰	Crescimento Natural Nº	Taxa de Crescimento Natural ‰
Almalagúes	30	8,54	35	9,97	-5	-1,42	32	9,30	31	9,01	1	0,29
Almedina	11	5,63	19	9,73	-8	-4,10	8	5,26	19	12,49	-11	-7,23
Anual	18	10,25	20	11,39	-2	-1,14	6	3,58	18	10,73	-12	-7,15
Antanhol	24	11,28	14	6,58	10	4,70	16	6,54	15	6,13	1	0,41
Antuzede	34	16,98	14	6,99	20	9,99	26	11,48	24	10,60	2	0,88
Arzila	11	15,47	8	11,25	3	4,22	9	12,36	13	17,86	-4	-5,49
Assafarge	15	8,04	21	11,25	-6	-3,22	23	10,14	20	8,82	3	1,32
Boão	23	14,15	19	11,69	4	2,46	17	10,10	14	8,32	3	1,78
Brasfemes	18	10,62	16	9,44	2	1,18	16	8,66	17	9,20	-1	-0,54
Castelo Viegas	13	7,09	18	9,82	-5	-2,73	9	5,08	18	10,16	-9	-5,08
Ceira	49	10,93	47	10,48	2	0,45	34	8,08	44	10,46	-10	-2,38
Cermache	34	9,32	48	13,15	-14	-3,84	41	10,59	45	11,62	-4	-1,03
Eiras	126	13,05	58	6,01	68	7,04	153	12,69	76	6,31	77	6,39
Lamarosa	24	12,07	17	8,55	7	3,52	17	7,77	21	9,59	-4	-1,83
Ribeira de Frades	20	10,28	20	10,28	0	0,00	13	6,30	24	11,63	-11	-5,33
Santa Clara	120	13,94	68	7,90	52	6,04	85	8,82	84	8,72	1,00	0,10
Santa Cruz	90	10,92	121	14,69	-31,00	-3,76	65	9,47	104	15,15	-39,00	-5,68
Santo António dos Olivais	459	12,82	282	7,88	177,00	4,94	375	9,49	298	7,54	77,00	1,95
São Bartolomeu	11	7,89	27	19,35	-16,00	-1,47	10	11,68	24	28,04	-14,00	-16,36
São João do Campo	27	11,94	26	11,50	1,00	0,44	28	12,13	19	8,23	9,00	3,90
São Martinho de Arvore	14	14,31	9	9,20	5,00	5,11	15	14,96	8	7,98	7,00	6,98
São Martinho do Bispo	160	12,82	140	11,21	20,00	1,60	131	9,20	128	8,98	3,00	0,21
São Paulo de Frades	53	11,20	37	7,82	16,00	3,38	53	8,96	38	6,43	15,00	2,54
São Silvestre	27	10,61	20	7,86	7,00	2,75	40	12,94	19	6,14	21,00	6,79
Sé Nova	85	9,87	80	9,29	5,00	0,58	62	7,47	89	10,73	-27,00	-3,25
Souselas	28	8,86	29	9,18	-1,00	-0,32	26	8,26	18	5,72	8,00	2,54
Taveiro	24	12,47	38	19,75	-14,00	-7,28	22	10,66	33	15,99	-11,00	-5,33
Torre de Vilela	8	7,37	5	4,61	3,00	2,76	17	14,83	11	9,60	6,00	5,24
Torres do Mondego	17	6,21	29	10,59	-12,00	-4,38	10	3,92	28	10,98	-18,00	-7,06
Trouxemil	32	10,84	15	5,08	17,00	5,76	22	7,34	27	9,00	-5,00	-1,67
Vil de Matos	5	6,84	7	9,58	-2,00	-2,74	5	6,45	5	6,45	0,00	0,00
Total	1610	11,58	1307	9,40	303,00	2,18	1386	9,34	1332	8,97	54,00	0,36

Fonte: INE

1.3.3. Estrutura da População

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população por escalão etário, das pirâmides etárias relativas a 1991 e 2001 para o Município de Coimbra, parece ser, como acontece na maior parte dos concelhos no nosso país, a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que traduz, de modo bastante claro, a crescente tendência para o envelhecimento da população.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários, verifica-se que no Município a população adulta (40-64 anos) sofreu um aumento desde 1981 (de 27,73% para 32,51%) e a idosa (mais de 65 anos) apresentou um aumento mais assinalado (de 11,01% para 16,53%) – Tabela 7 e Gráfico 5.

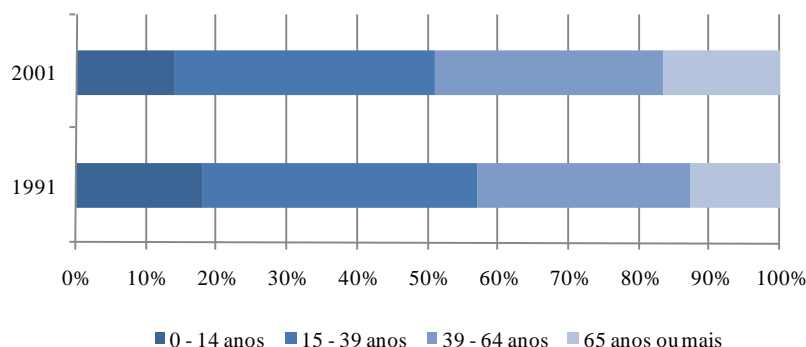
Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) e a população jovem adulta (15-39 anos) apresentaram um decréscimo, no mesmo período, de 23,63% para 13,82% e de 37,63% para 37,13%, respectivamente.

Tabela 7 -Grandes Grupos Etários no Concelho de Coimbra de 1991 e 2001

Grupos etários	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
0 - 14 anos	24824	17,85	20521	13,82
15 - 39 anos	54343	39,08	55124	37,13
39 - 64 anos	41904	30,14	48259	32,51
65 anos ou mais	17981	12,93	24539	16,53
Total	139052	100	148443	100

Fonte: INE

Gráfico 5 -População Residente no Concelho de Coimbra, segundo os Grandes Grupos Etários de 1991 e 2001



Fonte: INE

Analisando os resultados da estrutura etária para o Município de Coimbra, para o último período intercensitário, é de notar uma evolução demográfica no sentido de um rápido envelhecimento da população, encontrando-se aliás em direcção com a evolução registada em Portugal e nos países desenvolvidos. Esta evolução representa, por um lado, uma perda entre 1991 e 2001 de 9,81% de população jovem, e, por outro, um acréscimo de população com 65 e mais anos (6,52%). A estrutura mais jovem da população activa (15 a 39 anos) sofreu um decréscimo de 0,5% e a metade mais idosa (40 a 64) registou um aumento de 4,78%.

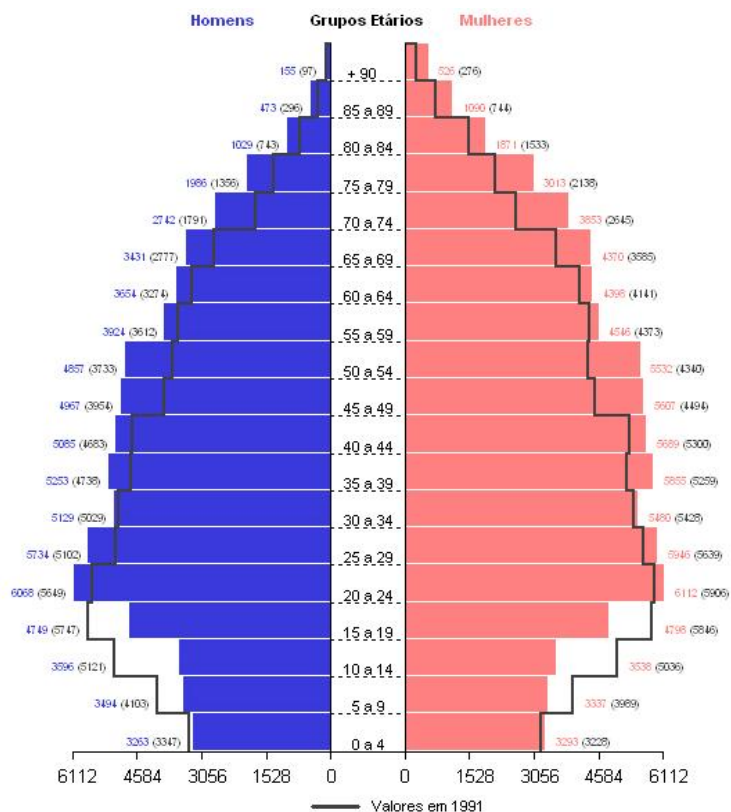
Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, que passa de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 16,53% da população total em 2001).

A análise da evolução da população deve contemplar também o estudo das pirâmides etárias (Gráfico 6). Esse gráfico é constituído por dois conjuntos de barras que representam o sexo e a idade de um determinado grupo populacional e é baseado numa estrutura etária da população, ou seja, a repartição da população por idades. Estas representações gráficas traduzem não apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspectiva histórica dos acontecimentos que marcam a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas.

Mais uma vez, olhando para a pirâmide etária do Município, conseguimos observar um envelhecimento da população, o que se reflecte num estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide. Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens e jovens adultas (até aos 19 anos) corresponde, naturalmente, um aumento da população adulta e idosa (com 35 e mais anos).

O número de indivíduos total e por sexo nestes escalões etários é superior, em 2001 em relação a 1991, não havendo diferenças significativas por sexo. Já para os grupos etários dos idosos (65 e mais anos), como o número é bastante superior em ambos os sexos em 2001, as diferenças não são tão expressivas como nos grupos anteriormente referidos.

Gráfico 6 - Pirâmide Etária da população Residente no Concelho de Coimbra de 1991 e 2001



Fonte: INE

2. Sistema Educativo Municipal

A rede educativa (Tabela 8) do Município de Coimbra, no ano lectivo 2008/2009, era composta por 222 estabelecimentos de ensino, os quais registam uma frequência de 21845 alunos. A este total poderá associar-se, a título meramente indicativo, a população escolar referente a 27 estabelecimentos de Educação Pré-escolar e a dois estabelecimentos de 1º CEB da rede particular que não cederam a informação referente ao ano lectivo em estudo (GEPE).

Tabela 8 - Síntese da oferta e da procura educativa no Município de Coimbra no ano lectivo 2008/2009.

Freguesias	Educação Pré-Escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Ensino Secundário		Ensino Profissional		Ensino Artístico		Total	
	Nº de estabelecimentos	Nº de crianças	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos
Almalaguês	1	...	2	117	1	100	1	115	1	115	-	-	-	-	6	447
Almedina	6	166	4	415	2	332	2	506	2	349	-	-	1	-	17	1768
Ameal	2	25	1	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	53
Antanhol	2	27	2	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	101
Antuzede	1	24	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	74
Arzila	1	16	1	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37
Assafarge	3	37	2	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	124
Botão	1	25	3	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	82
Brasfemes	1	33	1	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	91
Castelo Viegas	1	...	2	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	49
Ceira	1	46	1	80	1	44	1	109	-	-	-	-	-	-	4	279
Cernache	2	77	4	282	1	244	1	298	1	257	-	-	-	-	9	1158
Eiras	5	173	4	286	1	212	2	310	1	339	-	-	1	-	14	1320
Lamarosa	2	35	3	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	97
Frades	2	14	1	93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	107
Santa Clara	3	42	3	242	1	115	1	211	1	533	-	-	1	-	10	1143
Santa Cruz	4	40	3	184	-	-	-	-	1	521	-	-	-	-	8	745
dos Olivais	14	616	15	1935	4	1100	6	1637	3	2405	2	319	-	-	44	8012
Bartolomeu	1	20	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	70
Campo	1	49	1	76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	125
São Martinho do Bispo	1	21	1	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	64
do Bispo	4	101	6	579	3	403	2	539	1	74	-	-	-	-	16	1696
Frades	2	122	5	387	1	241	1	310	-	-	1	-	-	-	10	1060
São Silvestre	1	48	2	100	1	105	1	159	-	-	-	-	-	-	5	412
Sé Nova	7	11	2	168	1	102	2	348	1	600	1	-	-	-	14	1229
Souselas	2	25	3	129	1	186	1	295	1	154	-	-	-	-	8	789
Taveiro	3	112	1	40	1	80	1	166	-	-	-	-	-	-	6	398
Torre de Vilela	1	17	1	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66
Mondego	1	...	2	79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	79
Trouxemil	1	15	2	131	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	146
Vil de Matos	1	17	1	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34
Total	78	1954	83	5968	19	3264	22	5003	13	5347	4	319	3	-	222	21855

Fonte: GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

A Freguesia de Santo António dos Olivais destaca-se por apresentar o maior número de estabelecimentos de ensino, com um total de 44 equipamentos, seguindo-se, com valores bastante inferiores, as Freguesias de Almedina e São Martinho do Bispo, com 17 e 16 estabelecimentos, respectivamente. De igual modo, nestas três freguesias

registra-se, também, o maior número de alunos matriculados, com 8012, 1768 e 1696 alunos, respectivamente (isto não contabilizando as crianças e os alunos inscritos nos equipamentos da rede particular que não cederam a informação, os quais se localizam preferencialmente nas freguesias do centro urbano). Seguem-se as Freguesias de Eiras e Sé Nova, ambas com 14 equipamentos, e as Freguesias de São Paulo de Frades e Santa Clara com dez estabelecimentos de ensino, que, na sua totalidade, apresentam uma população escolar de 4752 alunos.

Das 31 freguesias que constituem o Município de Coimbra são 13 as que apresentam um número de equipamentos educativos inferior ou igual a três, registando-se, na sua totalidade, uma população escolar inferior a 1000 alunos (concretamente 995 alunos). De referir, ainda, que 17 freguesias do Município de Coimbra integram apenas equipamentos afectos à Educação Pré-escolar e ao 1º CEB.

Em termos de enquadramento gerais, e segundo dados da Carta Educativa do Município de Coimbra, podemos retirar alguns dados para ajudar na percepção do sistema educativo da Região do Baixo Mondego e do Município de Coimbra. Referente ao número de estabelecimentos de ensino, segundo o grau de ensino, este número é mais elevado no sector público, quer para a região de Baixo Mondego quer para o concelho de Coimbra (com excepção para o Pré-Escolar, onde os estabelecimentos do ensino privado são em maior número e para o 2.º Ciclo e Secundário onde estes valores são iguais). O número de alunos matriculados segundo o ensino ministrado, é elevado no ensino público, com excepção para o Pré-Escolar.

Também da mesma fonte, a população residente segundo o nível de instrução apresenta valores mais elevados ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, quer em relação à região de Baixo Mondego quer ao nível do concelho de Coimbra. A percentagem de população com este nível de ensino é de aproximadamente 21,8% na região e de 18,7% no concelho. A menor percentagem regista-se ao nível do ensino médio, com os valores de 0,7% para a NUTIII Baixo Mondego e 1,1% para o concelho de Coimbra. De salientar a percentagem de população sem nível de ensino quer no concelho quer na região, no primeiro caso com um valor de 9,4% e no segundo com 12%.

Por fim, a taxa de analfabetismo sofreu um decréscimo de 0,7% entre 1991 e 2001 no concelho de Coimbra e de 1,8% na região de Baixo Mondego. Na População Residente por Qualificação Académica e Sexo, podemos verificar que são as mulheres

quem regista maiores valores, quer no item “sem qualificação académica” quer no item “com qualificação académica”. Ao nível do Ensino Básico, 2.º e 3.º Ciclos os homens detêm maior número de indivíduos, nos restantes graus de ensino regista-se um maior número de mulheres.

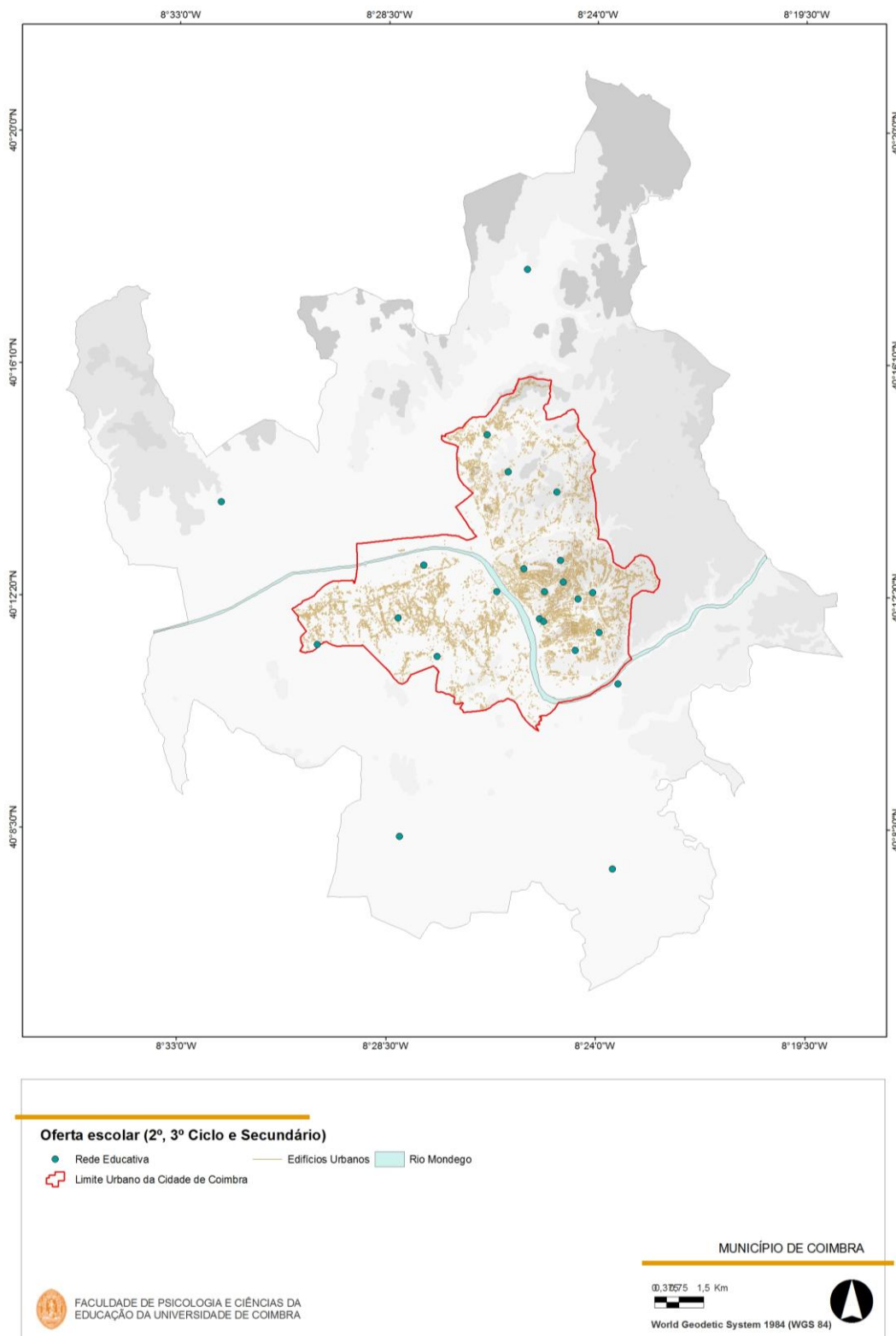
2.1. Análise dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Em termos dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra (Tabela 9), este nível de ensino assume características bastante distintas, consequência da existência de nove estabelecimentos da rede particular, os quais ao terem estabelecido contratos de associação com o Ministério da Educação, introduzem, por este facto, inúmeras alterações nas áreas de influência dos diferentes Agrupamentos de Escolas, com particular ênfase, no sector urbano do Município.

Tabela 9 - Síntese da oferta e da procura educativa dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra no ano lectivo 2008/2009.

Freguesias	Estabelecimentos de ensino
Almalaguês	Instituto de Almalaguês
Almedina	Colégio de São Teotónio
	Colégio da Rainha Stª Isabel
Ceira	EB2,3 Ceira
Cernache	Colégio Apostólico da Imaculada Conceição
Eiras	EBI Rainha Santa Isabel
	ES/3 D. Dinis
Santa Clara	EBI Poeta Manuel Silva Gaio
	EB2,3 Eugénio de Castro
	EB2,3 Martim de Freitas
Santo António dos Olivais	EB2,3 Dra. Maria Alice Gouveia
	ES/3 Infanta D. Maria
	ES/3 Quinta das Flores
	Colégio de São José
São Martinho do Bispo	EB2,3 Inês de Castro
	Colégio de S. Martinho
	Colégio Bissaya Barreto
São Paulo de Frades	Instituto Educativo de Lordemão
São Silvestre	EB2,3 S. Silvestre
	ES/3 José Falcão
Sé Nova	Cooperativa de Ensino de Coimbra
Souselas	Instituto Educativo de Souselas
Taveiro	EB2,3 Taveiro

Fonte: Carta Educativa de Coimbra



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)

Figura 9 - Oferta Escolar (2º, 3º Ciclo e Secundário) do Concelho de Coimbra

De acordo com os dados, provenientes das escolas em análise, conforme atrás já referenciado, para o ano lectivo 2008/2009 estão contabilizados 23 estabelecimentos de ensino dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra (Figura 9 e Tabela 10), repartidos por 13 freguesias do Município de Coimbra. Tal como se observa na figura, a maior parte destes estabelecimentos educativos estão localizados dentro do Limite Urbano da Cidade de Coimbra, havendo uma maior concentração na zona central da Cidade, como seria esperado.

Tabela 10 - Síntese da oferta e da procura educativa dos 2º e 3º CEB no Município de Coimbra, no ano lectivo 2008/2009.

Freguesias	Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos de ensino	População escolar					
			Pública			Particular		
			2º CEB	3º CEB	2º e 3º CEB	2º CEB	3º CEB	2º e 3º CEB
Almalaguês	-	Instituto de Almalaguês	-	-	-	100	115	215
Almedina	-	Colégio de São Teotónio	-	-	-	161	229	390
	-	Colégio da Rainha Sª Isabel	-	-	-	171	277	448
Ceira	Ceira	EB2,3 Ceira	44	109	153	-	-	-
Cernache	-	Colégio Apostólico da Imaculada Conceição	-	-	-	244	298	542
Eiras	Pedrulha	EBI Rainha Santa Isabel	212	261	473	-	-	-
	-	ES/3 D. Dinis	-	49	49	-	-	-
Santa Clara	Silva Gaio	EBI Poeta Manuel Silva Gaio	115	211	326	-	-	-
	Eugénio de Castro	EB2,3 Eugénio de Castro	311	423	734	-	-	-
	Martim de Freitas	EB2,3 Martim de Freitas	413	493	906	-	-	-
Santo António dos Olivais	Alice Gouveia	EB2,3 Dra. Maria Alice Gouveia	320	282	602	-	-	-
	-	ES/3 Infanta D. Maria	-	148	148	-	-	-
	-	ES/3 Quinta das Flores	-	218	218	-	-	-
	-	Colégio de São José	-	-	-	56	73	129
São Martinho do Bispo	Inês de Castro	EB2,3 Inês de Castro	172	253	425	-	-	-
	-	Colégio de S. Martinho	-	-	-	196	286	482
-	-	Colégio Bissaya Barreto	-	-	-	35	-	35
São Paulo de Frades	-	Instituto Educativo de Lordemão	-	-	-	241	310	551
São Silvestre	São Silvestre	EB2,3 S. Silvestre	105	159	264	-	-	-
Sé Nova	-	ES/3 José Falcão	-	207	207	-	-	-
-	-	Cooperativa de Ensino de Coimbra	-	-	-	102	141	243
Souselas	-	Instituto Educativo de Souselas	-	-	-	186	295	481
Taveiro	Taveiro	EB2,3 Taveiro	80	166	246	-	-	-
Total			1772	2979	4751	1492	2024	3516

Fonte: GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

A Freguesia de Santo António dos Olivais destaca-se pelo seu número de equipamentos, com seis equipamentos, mas também pelo maior número de alunos matriculados, num total de 2737 alunos. Localizam-se as EB2,3's sedes dos Agrupamentos de Escolas de Martim de Freitas, com 906 alunos matriculados, Eugénio

de Castro com 734 e Alice Gouveia com 602 alunos. Estes estabelecimentos de ensino registam os maiores quantitativos de alunos do Município. Será importante referir que para as escolas privadas, o Instituto de Lordemão, o Colégio Apostólico da Imaculada Conceição e o Colégio de São Martinho são as escolas com mais alunos matriculados, sendo os valores de 551, 542 e 482 respectivamente.

No que respeita à natureza jurídica observa-se a presença de 13 estabelecimentos da rede pública, estando matriculados 4751 alunos, enquanto que os restantes dez equipamentos educativos são da rede particular e apresentam 3516 alunos matriculados.

Numa análise mais detalhada, observa-se que ao nível da oferta de 2º CEB encontram-se em funcionamento 19 estabelecimentos de ensino, que registam a frequência de 3264 alunos. A rede particular e cooperativa integra dez equipamentos educativos e uma população escolar de 1492 alunos (45,85%), enquanto os nove estabelecimentos da rede pública registam a frequência de 1772 alunos (54,15%). Deve ser referido ainda que o Colégio Bissaya Barreto (localizado na Freguesia de São Martinho do Bispo) disponibiliza apenas o 2º CEB, funcionando este nível de ensino nos restantes equipamentos, em simultâneo, com o 3º CEB.

No 3º CEB encontram-se matriculados um total de 5003 alunos que se distribuem pelos 22 equipamentos educativos que oferecem este nível de ensino no Município. Numa análise mais pormenorizada verifica-se que são 2979 os alunos que frequentam os 13 estabelecimentos de ensino da rede pública, enquanto que 2024 alunos encontram-se matriculados nos nove equipamentos da rede particular. Importa ainda referir que quatro dos 22 equipamentos educativos são Escolas Secundárias que oferecem também o 3º CEB, nos quais se regista a frequência de 622 alunos.

Segundo estes dados, e tendo em consideração as especificidades dos próprios estabelecimentos da rede municipal, esta análise preliminar irá ser fundamental para numa próxima fase, deste trabalho, se conseguir compreender as relações entre instituições privadas e as instituições da rede pública, já que a diminuição da população escolar prevista para as próximas décadas poderá colocar em causa o equilíbrio precário existente entre alguns e por outro lado, fazer surgir as diferenças que podem fazer a diferença, e o seu sucesso, dentro do espaço de influência escolar.

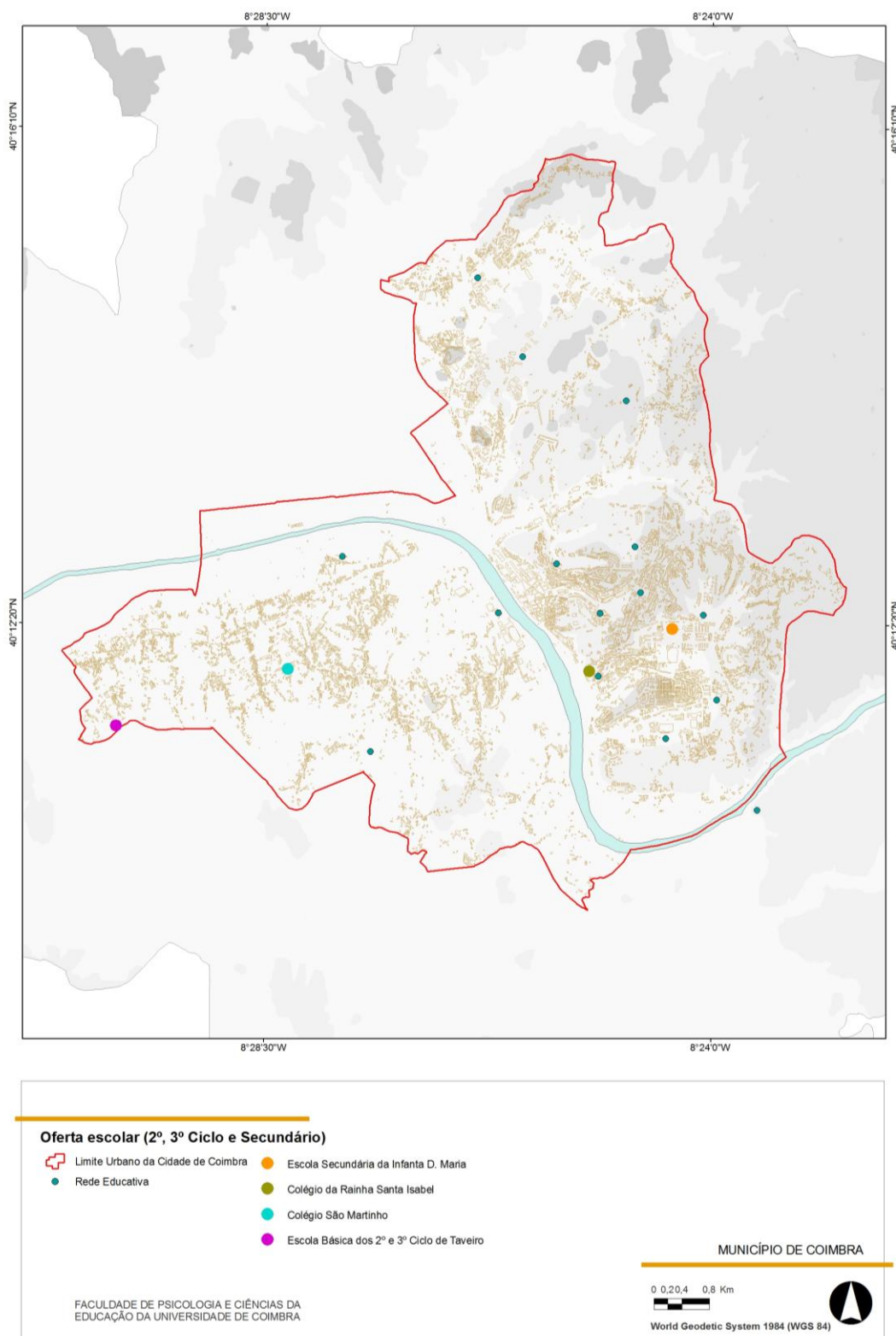
E. IMPLICAÇÕES NAS DINÂMICAS ESPACIAIS

As questões relacionadas com a localização afectam indistintamente as diversas componentes da rede escolar (Figura 10), embora de forma diferente para cada situação identificada. Variações adicionais surgem quando se trata de redes escolares situadas em zonas de carácter distinto como é exemplo as áreas rurais e urbanas. Todavia e como seria de esperar, mesmo dentro de cada uma dessas situações podem ocorrer casos particulares que devem ser analisados naquilo que são as suas particularidades.

De facto, hoje em dia, o modo de organização familiar e alguns aspectos como a segurança, o tempo de deslocação, a comodidade e mesmo as doenças modernas como o stress, associados às deslocações casa-trabalho-casa dos pais, designadas por movimentos pendulares, acabam por influenciar fortemente nas dinâmicas espaciais dos alunos e provocar alterações no desempenho escolar e na produtividade diária. Perante este “*modus operandi*”, as escolas procuram preparar-se e actuar segundo estas situações, com diferentes graus de liberdade que as caracterizam, de maneira a produzir as localizações mais acessíveis, novas formas de actuação, políticas de mobilização dos jovens, entre outras acções que impliquem minorar os custos para as famílias.

Ao nível deste planeamento escolar, será relevante mencionar a importância da acessibilidade, que se torna directamente vinculada à dimensão dos raios de acção da escola. Esta variável apresenta diferentes particularidades para cada nível de ensino, em função da capacidade de locomoção aceitável para cada faixa etária e a possibilidade de utilização de outros meios de transporte.

Por outro lado, as questões relativas à localização afectam de forma directa as diferentes componentes da rede escolar. Estas variações adicionais surgem quando se trata de redes escolares situadas em regiões de carácter distinto, como zonas rurais e urbanas. Mesmo dentro de cada uma dessas situações, podem ocorrer casos particulares que devem ser analisados naquilo que são as suas particularidades.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE)

Figura 10 - Localização das Escolas em Estudo

Desta forma, os alunos compõem a categoria com maior peso entre os participantes no processo educativo, pelo que constituem o elemento mais afectado pela localização dos estabelecimentos. Por um lado, o ponto de vista físico, por obrigar a deslocações a pé, entre casa-escola, que serão tanto maiores quanto mais espacialmente distribuída for a rede escolar e por outro do ponto de vista monetário por exigir deslocações em veículos próprios, transporte escolar ou público. Outras vezes, as grandes distâncias implicam a opção de regime de internato, ou aluguer de casas próximas dos estabelecimentos escolares escolares.

Por tudo o que foi dito anteriormente e recorrendo à observação da posição das escolas no território municipal, podem-se identificar algumas características gerais destes estabelecimentos:

- A oferta educativa distribui-se heterogeneamente pelo território, concentra-se em certas áreas geográficas e atende um público-alvo nelas residentes;
- A mancha de dispersão dos estabelecimentos escolares não é regular, esta varia conforme o nível de ensino;
- A distância afecta o acesso aos estabelecimentos escolares, impondo custos que recaem, ou sobre o sistema de ensino (assumido pelas câmaras municipais), ou nos seus utentes (alunos e famílias);
- A organização espacial dos estabelecimentos de ensino possui um carácter hierárquico, que se manifesta pela quantidade de estabelecimentos escolares, pelo número de indivíduos matriculados, pela diferenciação do seu projecto educativo e pela quantidade/qualidade dos serviços prestados.
- Os estabelecimentos de ensino tendem a localizam-se nos centros mais populosos e junto a outras facilidades materiais e humanas.

1. Dinâmicas Espaciais dos Alunos

Distribuição espacial das escolas e das acessibilidades, são duas variáveis que facilmente se associam. Estas variam segundo a necessidade do bem ou serviço, da sua insuficiência, da sua procura e de certas características dos seus utilizadores.

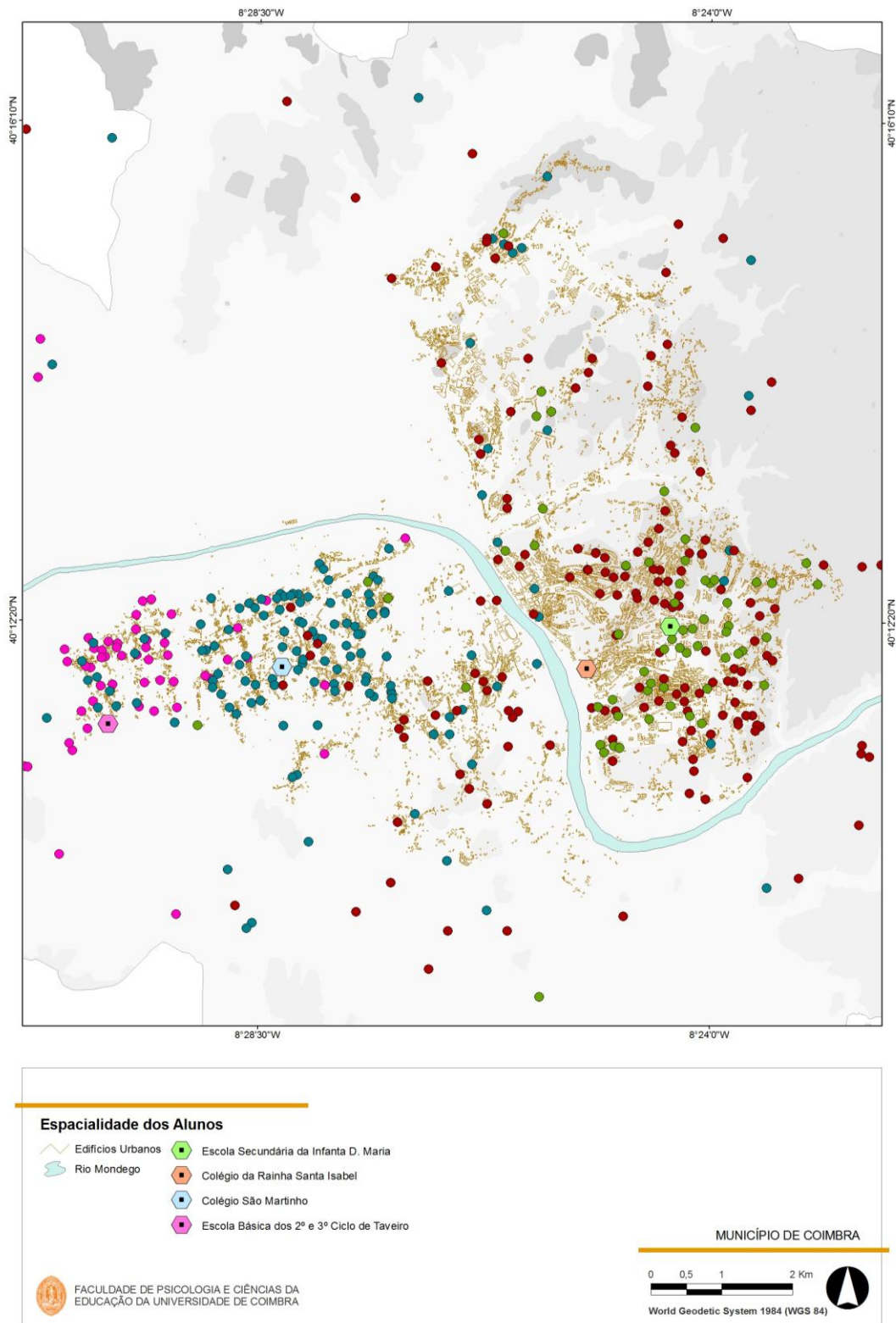
“O ensino básico, por exemplo, é obrigatório para todas as crianças e jovens entre os 6 e os 14 anos, sendo, portanto, o serviço educacional com maior oferta. Dadas as características dos alunos nesta faixa etária e a inviabilidade de uma opção baseada em grandes estabelecimentos escolares, é o serviço educacional que apresenta maior grau de dispersão espacial” (Martins e Pereira, 2005, p.7).

Nestes dois casos os utilizadores diferem claramente. No primeiro, as crianças enfrentam problemas de mobilidade maiores, enquanto que para os adultos a questão apresenta um certo grau de indiferença. Pelos mesmos autores, podem ocorrer *“outras questões como, por exemplo, o rendimento dos consumidores, afecta a acessibilidade, pelas possibilidades de vencer os desgastes causados pela distância através da utilização de meios motorizados de locomoção”*.

A associação das escolas às zonas de residência é importante no sentido de evitar que estes se transformem em meros dormitórios. Por isso existe um grande consenso entre os especialistas de planeamento do território de que as escolas se devem localizar em função das zonas de residência e não das zonas de trabalho.

De acordo com os dados da Carta Educativa do Município de Coimbra, podemos atribuir diferentes critérios na escolha dos pais para a escola dos filhos.

- a proximidade do local de residência;
- a qualidade dos professores;
- o prestígio da escola;
- e o critério de proximidade ao local de trabalho.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 11 - Espacialização dos Alunos das Escolas em Estudo

No sentido de entender os territórios de ocupação humana que é abrangida pela área de influência das escolas, localizamos a Escola Secundária c/ 3º ciclo Infanta Dona Maria e o Colégio Rainha Santa Isabel, na área central da cidade e o Colégio de São Martinho e a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclo de Taveiro na área mais distante do centro urbano. A análise espacial dos dados de código postal (Figura 11), da população estudantil em estudo, irá produzir resultados visuais que se traduzem na recriação dos quotidianos estudantis, salientando as novas formas de mobilidades e modelos tradicionais familiares, através das reconstruções dos espaços vividos pelos alunos e dos seus trajectos escolares.

Numa observação, bastante rudimentar, dos resultados obtidos pelo mapeamento dos códigos postais dos alunos, podemos tirar pequenas conclusões relativas à área de dispersão dos alunos. Observa-se, no caso da Escola Secundária Infanta Dona Maria, uma maior concentração de alunos vindos de focos habitacionais mais próximos da sede escolar, enquanto que o Colégio Rainha Santa produz uma mancha com maior dispersão, tendo mesmo alunos provenientes fora da esfera urbana da cidade.

Noutro contexto, o Colégio de São Martinho, tem uma maior tendência a concentrar os seus alunos na sua área de proximidade, embora se note a capacidade de atracção fora desta contiguidade. Já a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclo de Taveiro tende a uma maior dispersão da sua área de actuação onde se constata uma evidente captação de alunos fora do limite urbano e não tanto na proximidade da sua sede.

2. Competitividades Escolar

Actualmente, a competitividade é uma realidade a que nem a escola escapa. A sua moeda de troca, ditada pelo seu projecto educativo, é o resultado de uma visão clara dos objectivos gerais a atingir, balizada por princípios e valores que contribuem para a sua imagem e força de atractividade junto da população. A abordagem desta vertente, esquecida por um elevado número de escolas, traz um novo referencial para discutir a formação da estratégia no campo da educação, o que permite o uso da vantagem competitiva como estratégia no sector educacional, na busca da liderança de mercado, frente às novas competências geradas pelas mudanças sociais no campo da educação.

Pelo que se tem vindo a observar, a concorrência neste sector intensificou-se, provocando transformações em diversas categorias essenciais ao desenvolvimento e

sustentação das instituições de ensino públicas e privadas. Durante anos a escola viveu numa zona de conforto, no qual prevaleciam as posições de dominação, baixa competitividade e concorrência entre instituições.

Segundo (Manfredini, 2005, p.6), “*a escola consolidou sua competência na visão pedagógica, porém esqueceu-se de uma outra vertente tão importante quanto à primeira – a visão estratégica.*” A Escola que quer garantir o seu sucesso educativo e procura melhorar a relação, qualidade obtida *versus* recursos utilizados, deve procurar melhorar o seu nível de eficácia, de modo garantir a sua competitividade com outras escolas que também actuam na sua área de proximidade e influência.

Nesse sentido, um acompanhamento adequado e ponderado no desenvolvimento das competências dos seus recursos humanos, nos planos de formação, interna e externa, formal ou informal, das apostas curriculares e extra-curriculares e mesmo da sua capacidade de resposta tecnológica perante os novos desafios da sociedade, produzem, de forma quase directa, uma maior capacidade de resposta aos problemas na escolha do melhor ensino e eficácia desejada pelos pais para os seus filhos.

2.1. Escola Secundária Infanta Dona Maria

A Escola Secundária Infanta Dona Maria (Foto 1) situa-se na Cidade de Coimbra, junto ao Complexo Desportivo de Coimbra na Solum, um Bairro da freguesia de Santo António dos Olivais e possui o título da melhor escola secundária pública a nível nacional. Actualmente, o seu edifício encontra-se em remodelação com melhoramentos das infra-estruturas, modernização dos equipamentos escolares, construção de uma nova área desportiva e construção de um novo edifício com oficinas, novo refeitório e mais salas de aula. Ao seu lado, também em remodelação, encontramos a escola secundária de Avelar Brotero e Escola Superior de Educação de Coimbra.

Analisando o Projecto educativo e efectuando uma caracterização superficial sobre a escola em causa, observamos que esta tem uma frequência de cerca de 800 alunos, 600 alunos dos cursos diurnos e 200 nos cursos nocturnos. Conta com 106 professores dos quais 95 pertencem ao quadro da escola, deste conjunto fazem parte quatro professores da Educação Especial, sendo dois professores destacados nesta

Escola integrando a equipa de apoio pedagógico à Deficiência Visual e são auxiliados por um quadro vasto de técnicos com cerca de 40 funcionários.



Foto 1- Fotos Alusivas à Escola Secundária Infanta Dona Maria

Fonte: <http://www.esec-infanta-d-maria.rcts.pt> e http://criarte_esjc.blogs.sapo.p

O seu projecto educativo³ *“alicerça-se na convicção de que o seu território pedagógico é devedor de um “passado” e de uma “circunstância”. A sua constituição será, pois, uma bússola com orientações a exigirem respostas aproximativas e nunca absolutas, às necessidades do seu contexto, quer particular, quer geral, que o sustenta e desafia“*, o que permite a escola manter uma vantagem competitiva de mercado sobre os outros estabelecimentos de ensino.

Será importante referir que a sua localização permite aos alunos usufruírem de uma diversidade de recursos educativos e intelectuais, devido a proximidade à Universidade, a Escola Superior de Educação e mesmo ao Complexo Desportivo que inclui o pavilhão multiusos e as piscinas.

Pode também ler-se no projecto educativo que *“a Escola estabelece com frequência troca de saberes com algumas destas Instituições, nomeadamente com a Universidade, com a qual partilha saberes através de Conferências, Exposições, Visitas de Estudo guiadas, usufruindo também do Protocolo estabelecido com o Ramo de Formação Educacional a nível dos Estágios Pedagógicos”*. Por outro lado, o aspecto físico é também contemplado, com a assinatura de protocolos entre as Direcções dos Pavilhões Multiusos e Piscinas Municipais no sentido da utilização daqueles

³ <http://esidm.ccems.pt/images/stories/documentos/pe20082009.pdf> - (Site acedido a 21 de Julho de 2011)

espaços/recursos pelos discentes da escola em aulas de Educação Física, proporcionando uma maior qualidade e diversidade de práticas desportivas nestas áreas.

Pode-se mesmo afirmar que esta vontade está expressa na visão da escola e nos seus objectivos educativos, que colocaram, uma vez mais, a Infanta Dona Maria a destacar-se no panorama nacional, ao figurar como o melhor estabelecimento de ensino público no ranking elaborado pela agência Lusa com base nos exames nacionais, o que desde já demonstra uma grande vantagem competitiva neste sector educacional.

Convertendo os códigos postais dos alunos matriculados e o número de alunos dessa mesma área postal, podemos perceber pela mancha de dispersão na figura 12, que se verifica um maior número de alunos provenientes de áreas próximas à escola, não se afastando muito dos principais focos habitacionais da área geográfica onde a escola se insere. Também se pode retirar desta particularidade algumas ideias relativas ao seu meio de deslocação, por transporte público ou mesmo a pé, visto o trajecto casa-escola ser feito numa área relativamente curta e de baixo tempo de deslocação, o que pode confirma a proximidade à população e a importância da escola no meio envolvente.

Apresenta, em especial, alunos provenientes das freguesias que integram o centro urbano do Município de Coimbra, sendo a sua capacidade de atracção significativa, verificando-se assim a frequência de 66 alunos do 3º ciclo residentes noutros Municípios vizinhos.

2.2. Colégio da Rainha Santa Isabel

O Colégio da Rainha Santa Isabel (Foto 2) é uma Escola Católica, que participa na missão educativa da Igreja, em termos de apostolado e é uma das melhores a nível nacional no ensino privado. O seu “complexo educativo” encontra-se modernizado, bem equipado e com infra-estruturas de qualidade na área desportiva. É também neste espaço que se efectuam os Grandes Festivais Artísticos que o Colégio promove, quer a nível interno, quer a nível Europeu, nomeadamente na altura da Semana Cultural. Ao seu lado, encontramos o Colégio de São Teotónio (ensino privado católico).

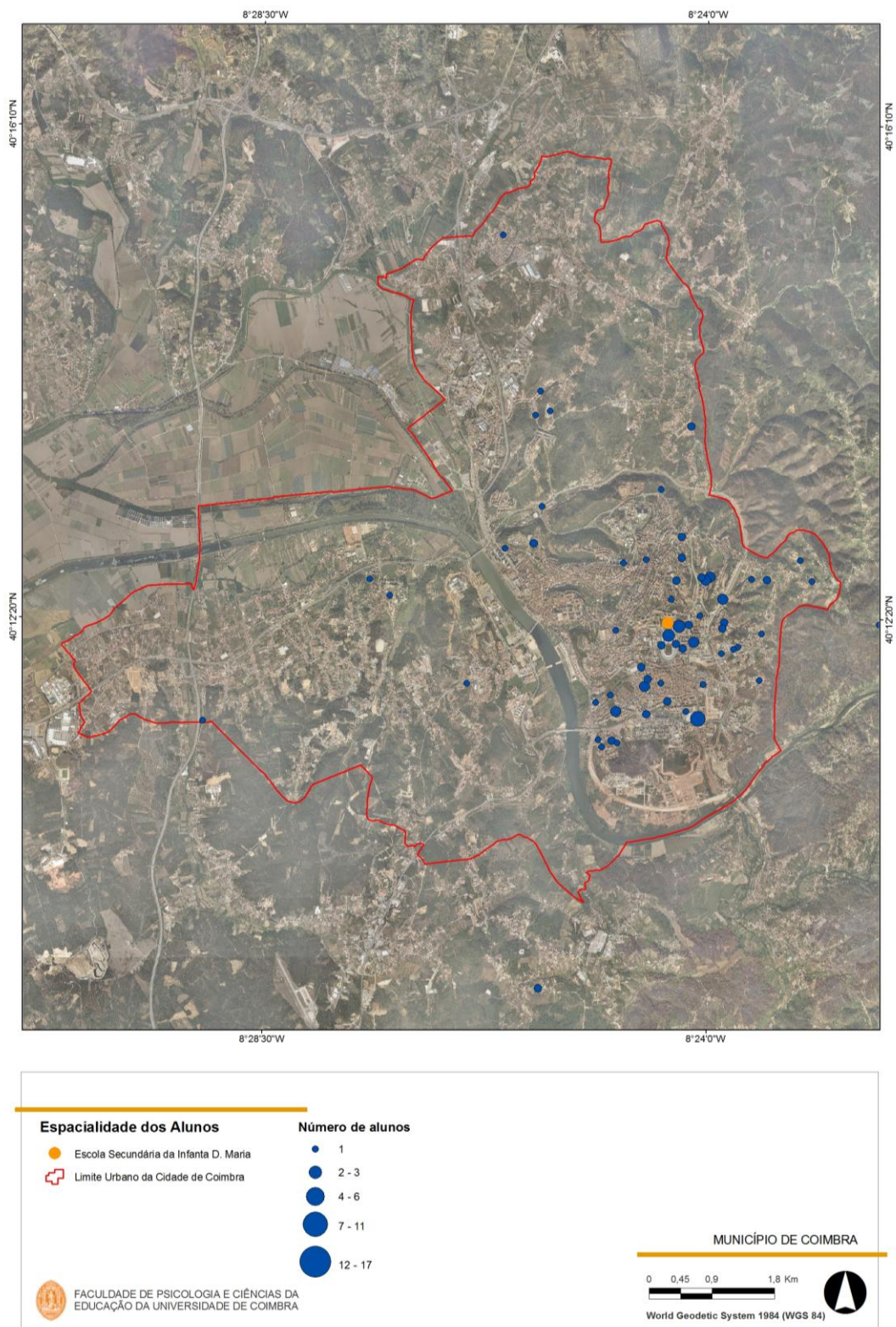


Figura 12 - Espacialidade dos Alunos da Escola Secundária D. Maria

Conhecendo também o projecto educativo do Colégio da Rainha Santa Isabel⁴ e a sua história secular na Congregação de S. José de Cluny, temos desde já um aspecto bastante importante a ter em consideração no contexto das escolas em estudo, com a *“interligação e o comprometimento entre a cultura humana e a mensagem cristã, apresentando caminhos de crescimento global para a pessoa nas dimensões, pessoal, social, religiosa, artística e académica, para que, optando e comprometendo-se com os princípios da visão cristã do mundo e da vida, chegue à realização plena e à felicidade.”*



Foto 2 - Fotos Alusivas ao Colégio Rainha Santa Isabel

Fonte: <http://www.cnoticias.net>

Esta forma de organização proporciona aos alunos uma aprendizagem essencialmente religiosa, como se pode ler no projecto educativo, *“Deus é o fundamento da construção do edifício pedagógico e humanista uma vez que aposta no homem e nas suas múltiplas possibilidades de manifestação e de acção.”* A pedagogia Cluny é normativa e hierarquizada, desta forma todos os intervenientes no acto educativo estão sujeitos a regras, que ditam a ordem e o método. Nesta fundação verifica-se um conjunto de normas no regulamento interno que se traduz numa educação bastante rígida e controlada pelos educadores institucionais, o que, tal como na escola anterior, premeia esta organização como sendo uma das melhores a nível nacional no ensino privado. Uma instituição hierarquizada dá mais garantias de sucesso.

⁴ http://www.crsi.pt/site_1011/pdf/crsi_ri.pdf - (Site acedido a 21de Julho de 2011)

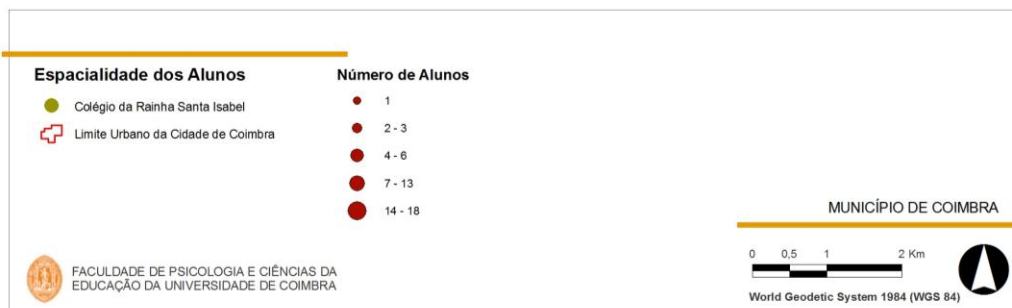
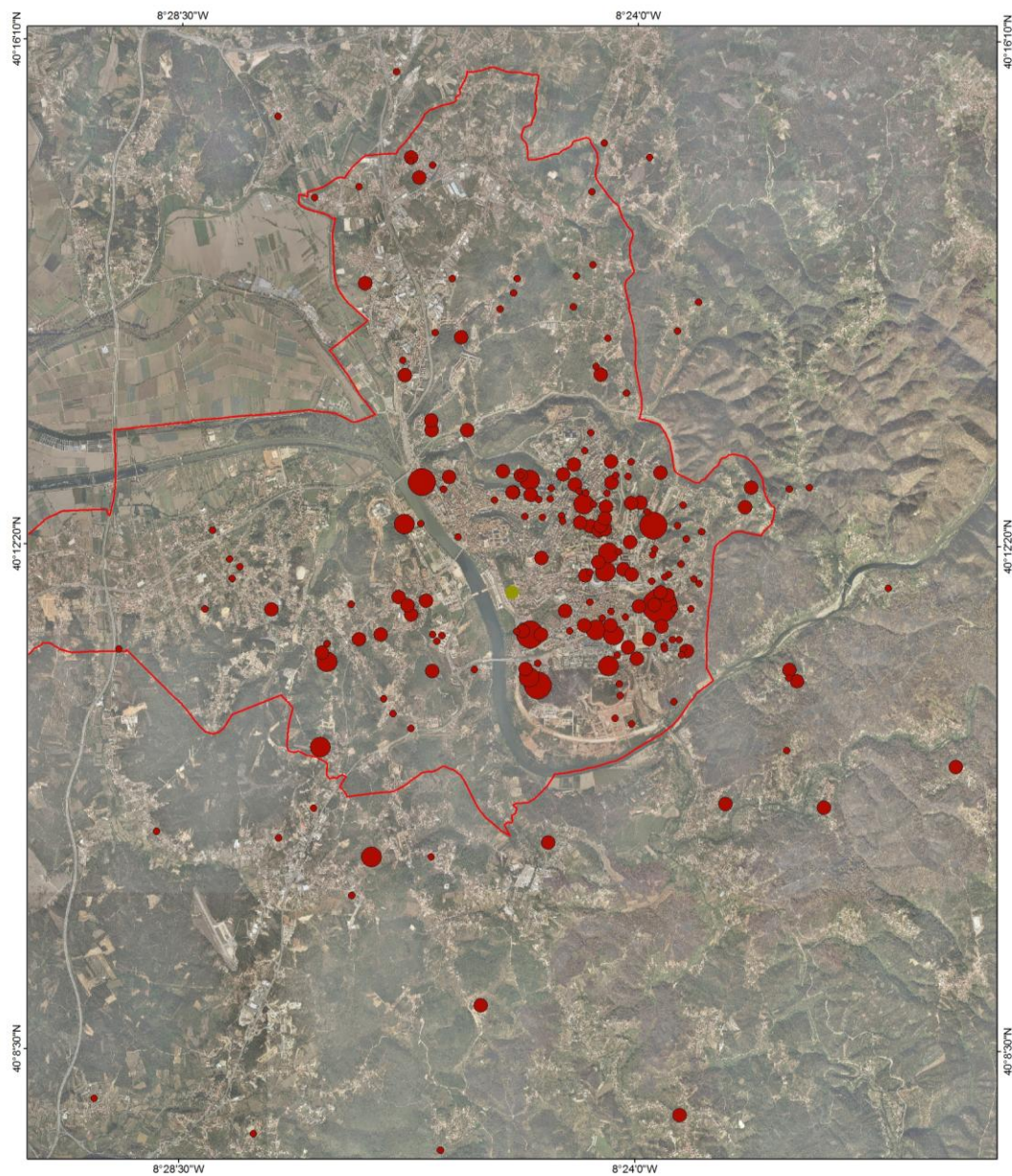
Ao contrário do que acontece com outros estabelecimentos de ensino públicos os dados gerais do Colégio não são disponibilizados na sua página nem no seu projecto educativo, embora com os dados fornecidos para a execução deste estudo se possam confirmar a matrícula de cerca de 1000 alunos e conta com uma lista de espera que pode chegar a três anos, com um processo de admissão bastante longo e criterioso.

Para além dos percursos escolares normais o Colégio oferece diversas actividades extracurriculares de enriquecimento e formação global, distribuídas por diferentes áreas, como exemplo, nas áreas Curricular, Católica e Cultural com particular relevo na Actividade Pastoral e nas Actividades Extra-Curriculares - Piano, órgão, flauta, guitarra, bateria, Coros, línguas, Ballet, judo, ginástica rítmica, desporto, patinagem artística, informática entre outros. Neste contexto também se pode perceber o valor médio da mensalidade, que no ensino básico oscila entre os 330 e os 360 euros e no ensino secundário, a mensalidade ronda os 400 euros.

Numa análise superficial, o Colégio Rainha Santa não apresenta uma área tão concentrada quando se analisam os dados referentes aos alunos (Figura 13). Desta forma, pela figura, conseguimos notar desde logo uma maior dispersão da mancha de atractividade da escola, não só na área envolvente mas também fora dos limites urbanos da cidade.

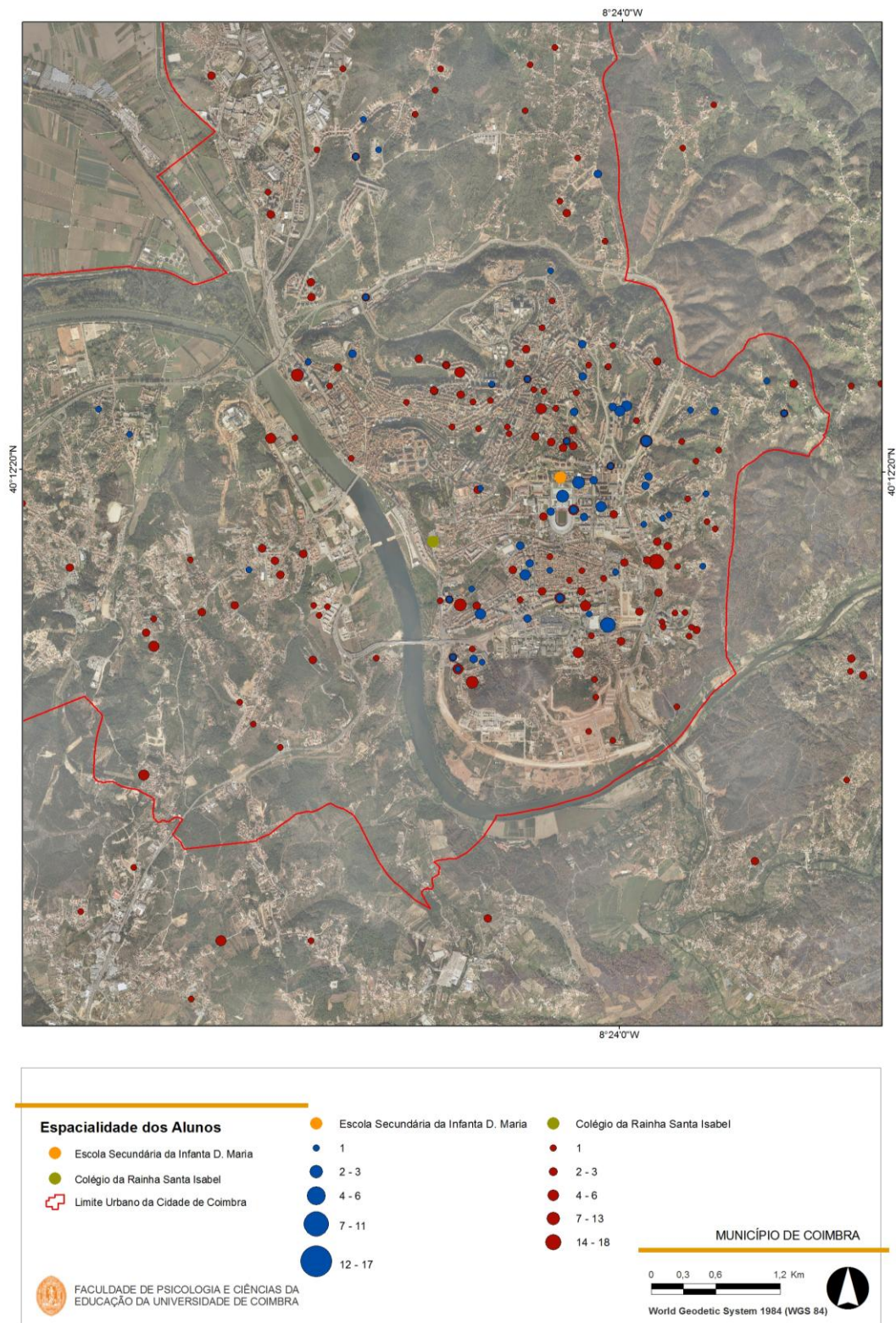
Tal no caso anterior, também aqui se pode retirar algumas observações relativas ao meio de deslocação dos alunos, por transporte público ou por meio de transporte particular, este último mais utilizado, tal como se pode observar todos os dias da semana, com uma quantidade significativa de carros estacionados para levar e buscar os alunos à escola. O Colégio Rainha Santa Isabel apresenta alunos matriculados provenientes dos mais diversos sectores do Município, evidenciando a sua elevada capacidade de atracção de alunos. Esta capacidade estende-se para além do Município de Coimbra, traduzida na frequência de 36 alunos no que concerne ao Colégio Rainha Santa Isabel.

É de notar que no estudo deste colégio, só foram feitas as análises para o 3º ciclo, para assim se poder comparar com a escola anterior – Infanta Dona Maria – visto esta só ter alunos do 3º ciclo e secundário.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 13 - Espacialidade dos Alunos do Colégio Rainha Santa Isabel



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 14 - Espacialidade da Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel

2.3. Colégio de São Martinho

O Colégio de São Martinho (Foto 3) situa-se na Freguesia de São Martinho do Bispo, a cerca de 3,5 km de Coimbra. Nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma evolução do contexto sócio económico/cultural na Freguesia, decorrente do crescimento demográfico e do crescimento urbanístico. Estes foram impulsionados pelo crescimento do ensino superior, com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e a Escola Superior Agrária de Coimbra, e pela criação de serviços na área da saúde com o Hospital Geral de Coimbra e o Centro Cirúrgico de Coimbra, onde também pondera a influência do Colégio.

Analisando todos estes pressupostos, no projecto educativo⁵, o colégio, pretende “*ser uma instituição complementar da família, numa linha educativa facilitadora do desenvolvimento da personalidade que estimula dons e aptidões intelectuais, morais e físicas*”. Por sua vez, tem como bandeira a oportunidade de ensino gratuito e transporte próprio, o que proporciona uma forte estratégia de captação e fidelização de alunos.



Foto 3 - Foto alusiva ao Colégio de São Martinho

Fonte: <http://colegiosaomartinho.net>

Retirando alguns dados do seu Projecto educativo, o Colégio de São Martinho conta com a frequência de cerca de 500 alunos e com 50 professores, dos quais 27 pertencem ao quadro da escola, e são auxiliados por um quadro de Corpo não Docente com cerca de 14 funcionários.

⁵ <http://colegiosaomartinho.net/ficheiros/pe.pdf> - (Site acedido a 21 de Julho de 2011)

Nas linhas orientadoras do documento podemos ler que “*o Colégio São Martinho norteia-se por uma cultura humanista alicerçada no respeito pela singularidade do indivíduo, aliada ao rigor e à exigência na formação e na educação. O nosso Projecto Educativo perfilha uma visão de futuro e desenvolve-se em torno de importantes eixos que estruturam e dão sentido à nossa acção educativa: a dimensão académica, a dimensão humana e a dimensão cultural.*”

É de notar que no Colégio de São Martinho a procura é realizada, no essencial, por alunos residentes na Freguesia de São Martinho do Bispo, sendo de destacar a frequência de um número significativo de alunos provenientes do sector Sul e Sudoeste deste Município. Importa ainda referir a presença de 31 alunos oriundos de outros Municípios, o que demonstra também alguma capacidade de atracção (Figura 15).

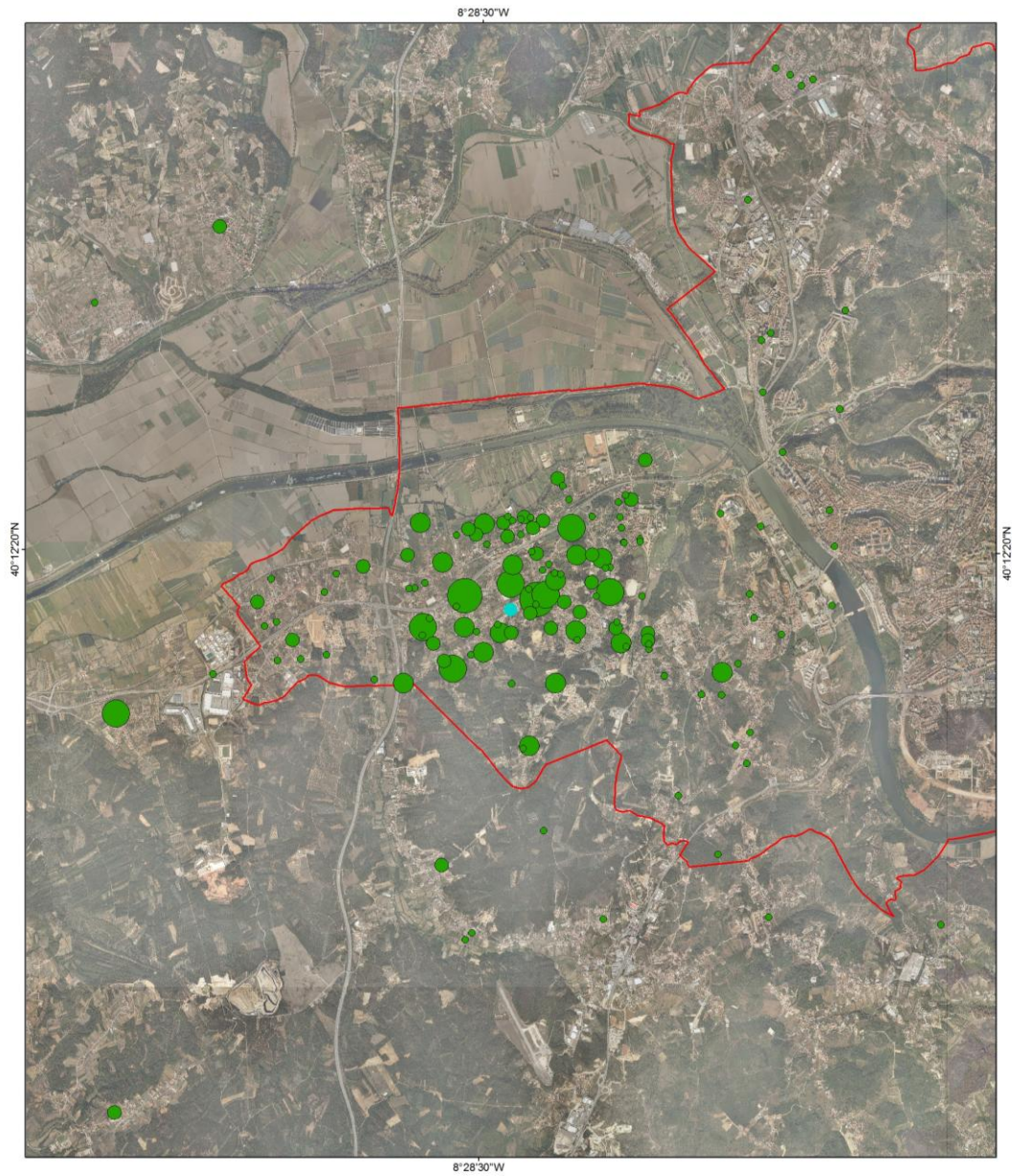
2.4. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro

A Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro (Foto 4) é uma instituição de ensino público, situa-se na Freguesia de Taveiro, a cerca de 9 km de Coimbra, com boas acessibilidades, servida por rede viária diversificada e pelos SMTUC. Integra-se num meio suburbano nos arredores da cidade, numa área em expansão e com importantes pólos industriais e comerciais.



Foto 4 – Foto alusiva à Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro

Fonte: <http://www.eb23-taveiro.rcts.pt>



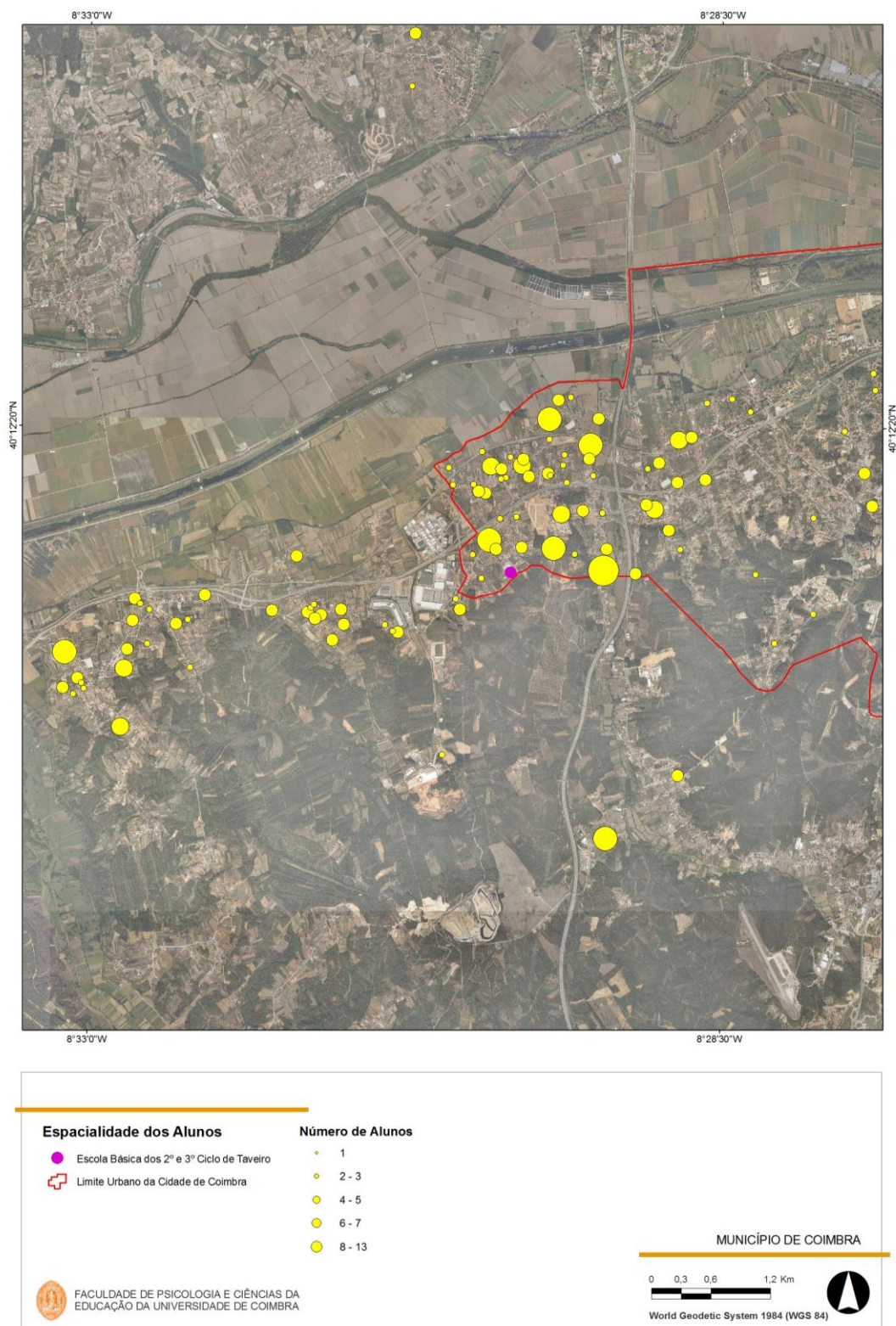
Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 15 - Espacialidade dos Alunos do Colégio de São Martinho

Estando o Agrupamento inserido neste contexto, é frequentado por crianças e jovens de famílias quer da classe média, quer de meios sociais mais desfavorecidos, sendo estes marcados por instabilidade de emprego ou desemprego dos pais e encarregados de educação. Neste caso, verifica-se a existência de um número significativo de agregados familiares que apresentam situações de carência traduzidas na existência de habitações degradadas, carências alimentares, higiene e saúde precárias. Esta situação potencia o aparecimento de casos de exclusão social, favorece o desequilíbrio em termos de desenvolvimento sócio-afectivo e propicia o abandono escolar precoce.

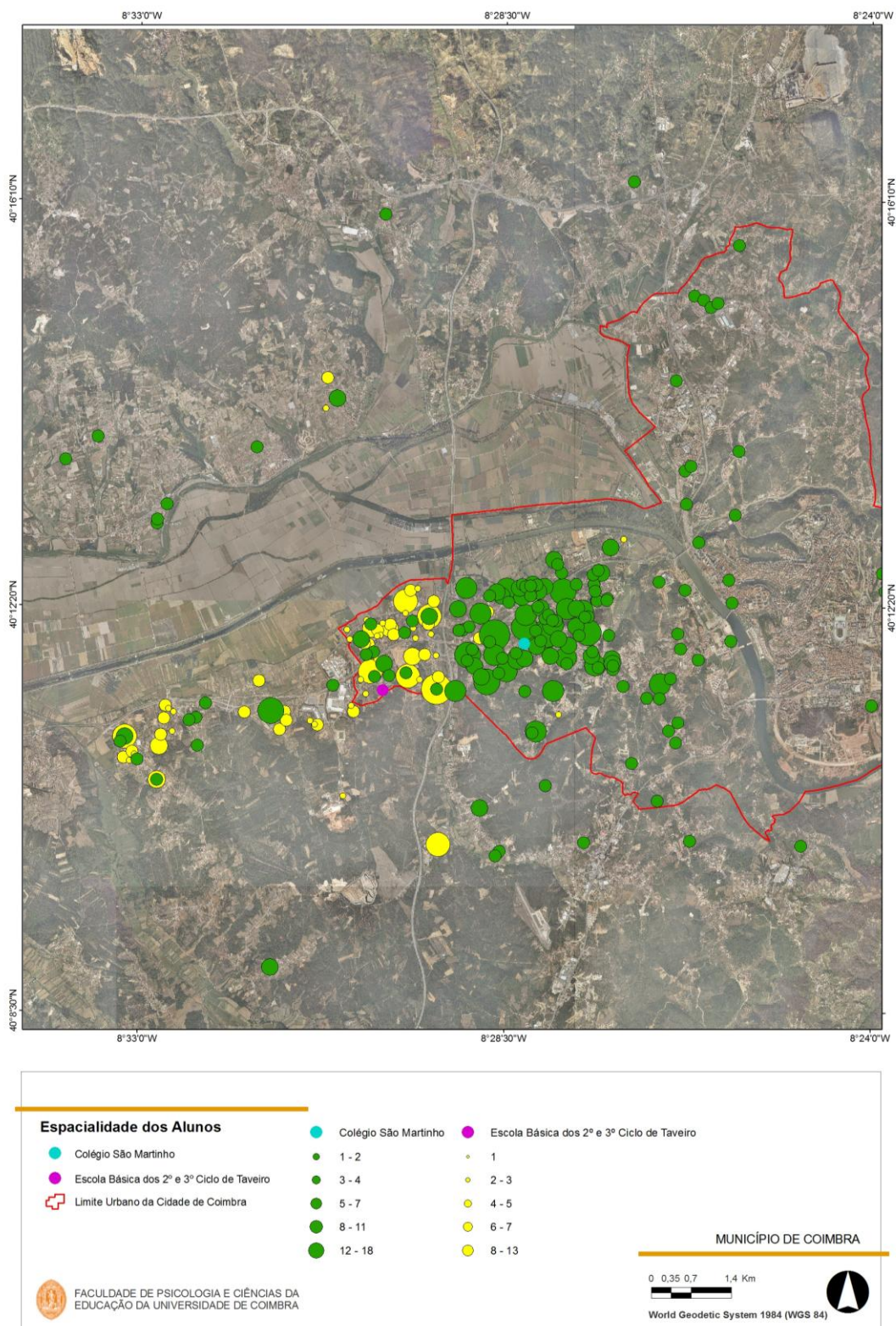
Assim, as relações que as famílias estabelecem com a escola são diferentes. Os pais da classe média têm maiores aspirações e expectativas quanto ao futuro dos filhos, enquanto as famílias mais desfavorecidas revelam sentimentos contraditórios: por um lado, algum alheamento e desconfiança face à escola, nomeadamente a partir do 2º ciclo, por outro esperança na capacidade que a escola poderá ter em proporcionar uma futura promoção social.

A Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro apresenta uma reduzida capacidade de atracção, observando-se a frequência de 11 alunos residentes na área de influência de outros equipamentos educativos. Deste modo, a população escolar distribui-se pelo sector Sudoeste do Município, mais concretamente pelas Freguesias de Taveiro, Ameal, Arzila, Ribeira de Frades, bem como pela Freguesia de São Martinho do Bispo (Figura 16).



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 16 - Espacialidade dos Alunos da Escola dos 2º e 3º Ciclo de Taveiro



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 17 - Espacialidade do Colégio de São Martinho Vs Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Taveiro

F. ESPAÇOS VIVIDOS PELOS ALUNOS

Para além dos espaços dominantes, a acessibilidade torna-se a questão central das teorias locativas. Esta é entendida como a possibilidade de deslocamento de pessoas, bens e informações entre dois ou mais pontos distribuídos pelo espaço, implicando: meio de transporte, tempo e custo de deslocação.

Todavia, não podemos deixar de referir que para compreender as relações entre os fenómenos de mobilidade escolar e as transformações induzidas no sistema, é necessário estudar as relações de interdependência entre estabelecimentos que possuem recursos desiguais e que umas vezes se associam e outras concorrem entre si, no seio de um mesmo mercado educativo.

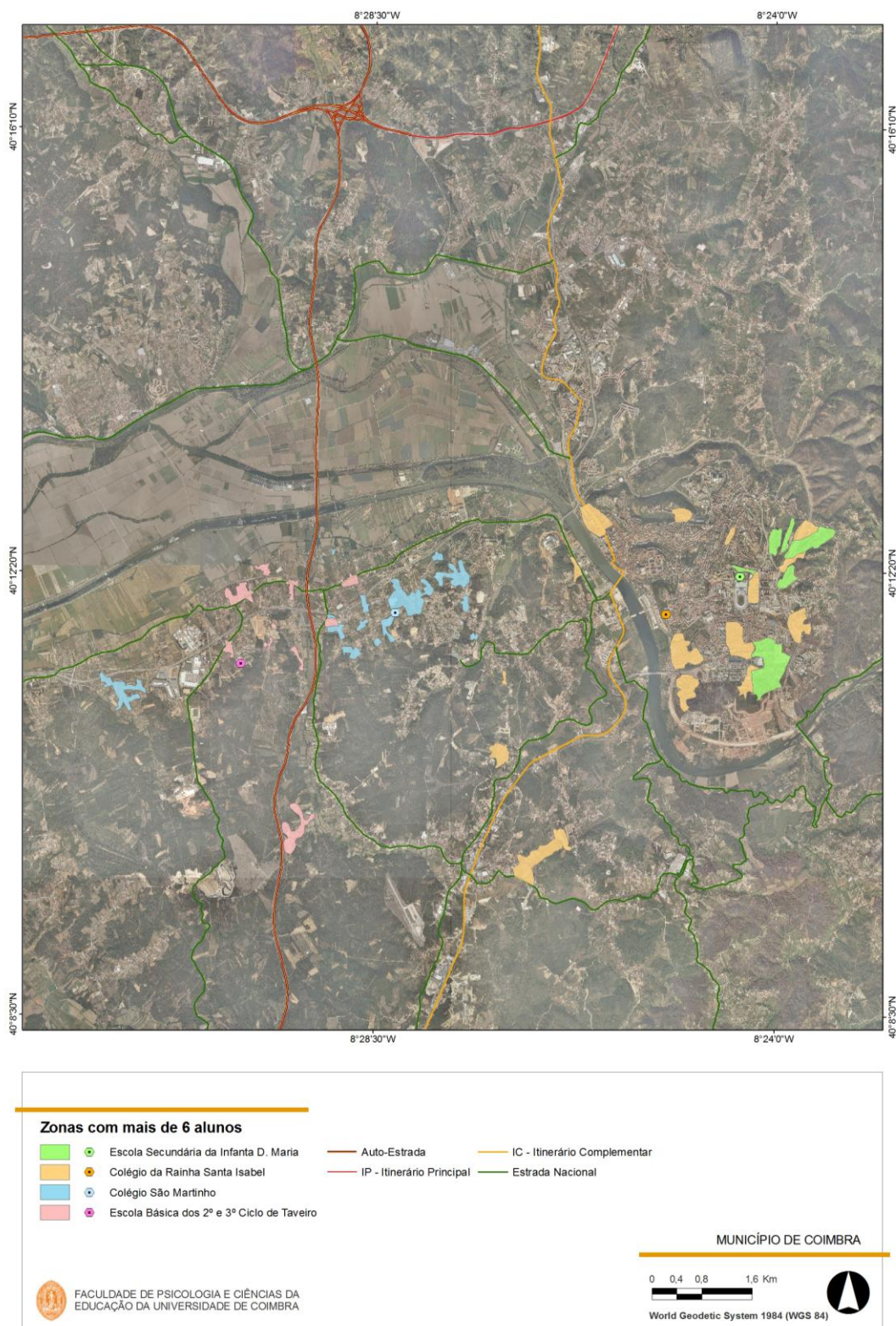
O factor distância e as diferentes variáveis, causados pelo espaço que separa dois ou mais pontos, podem ser modificados pela política de localização dos estabelecimentos escolares, de forma a reduzir ao mínimo os custos da acessibilidade. Em situações de restrição no atendimento escolar, como nas áreas rurais e mesmo áreas urbanas mais pobres, as áreas de recrutamento tendem a ter dimensões que extrapolam limites municipais e regionais.

Ao analisarmos as figuras verificamos que as vias de comunicação se encontram directamente ligada à dimensão do raio de influência e apresenta particularidades em função da capacidade de locomoção admissível e a possibilidade de utilização de outros meios de transporte pelos alunos (Figura 18).

Em termos concretos, pode-se estabelecer diferentes graus de acessibilidade, dependendo da distância que separa os pontos, dos obstáculos e barreiras que entre eles se interpõem, dos meios de transporte utilizados e do tempo despendido na deslocação.

Neste estudo de caso podemos observar (adaptada de Lencastre, 2006):

- uma mobilidade de adaptação ou de precariedade social, que atinge fundamentalmente os alunos provenientes das famílias de menores recursos;
- uma mobilidade geográfica, profissional ou de outro tipo e que implicam a mudança de escola ou local de trabalho;
- uma mobilidade de ancoragem, onde os alunos vivem perto da escola, que muitas das vezes também foram frequentadas por familiares;
- ou, por ultimo, uma mobilidade de conduta, que remete a escolha da escola para as expectativas que os pais criam para o futuro educativo dos filhos.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 18 – Zonamentos (locais com mais de 6 alunos) e Rede de Acessibilidades

Nesta relação, o tempo de deslocamento pode ter reflexos monetários, pois pode ser despendido em actividades remuneradas (transporte escolar) ou na adopção de qualquer meio de transportes em custos de vias e veículos.

Na tentativa de recriar os espaços vividos pelos alunos e obter uma visão geral da realidade escolar, efectuou-se um zonamento de onde são proveniente um maior número de alunos. Para este efeito foram agrupados *focus* populacionais de alunos com um número superior a seis, originando manchas de concentração, como pode ser visto nas figuras. Por outro lado, recorreu-se ao cruzamento entre os dados obtidos e uma variável que possa medir, de uma forma exequível, a provável condição económica dos grupos provenientes dos zonamentos que foram gerados. Para este efeito foi escolhida o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – que segundo a Direcção Geral dos Impostos, “*é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em Portugal.*”⁶.

Esta variável vai dar ao estudo um importante contributo, pois desta forma podemos verificar factores determinantes na avaliação do valor de mercado do preço do solo. Este factor verifica-se com maior influência no solo urbano, que representa um recurso com pouca flexibilidade e por isso, objecto de competição de uso e oferta entre os diferentes grupos de interesse. Entre os diferentes factores que podem transformar esta variável estão as condições de acessibilidade aos pólos de atracção e às zonas de empregos e serviços à população, que geram diferentes fluxos de circulação.

Existem assim factores ligados ao crescimento urbano da cidade e da sua evolução demográfica, social e económica, que condicionam fortemente o seu processo de urbanização, reflectindo as condições pontuais do mercado fundiário (a relação entre a oferta e a procura) e outros factores, tal como a componente cultural, com grande influência na conduta de todos os actores e “geradores” de mercado, incluindo as próprias instituições educativas públicas ou privadas em estudo.

Observando as figuras e analisando os dados recolhidos, conseguimos obter uma leitura superficial, embora viável, dos grupos económicos que se moldam na malha urbana de Coimbra. Deste modo, com valores de maior amplitude temos grupos de

⁶ info.portaldasfinancas.gov.pt – (Site acedido a 12 de Março de 2011)

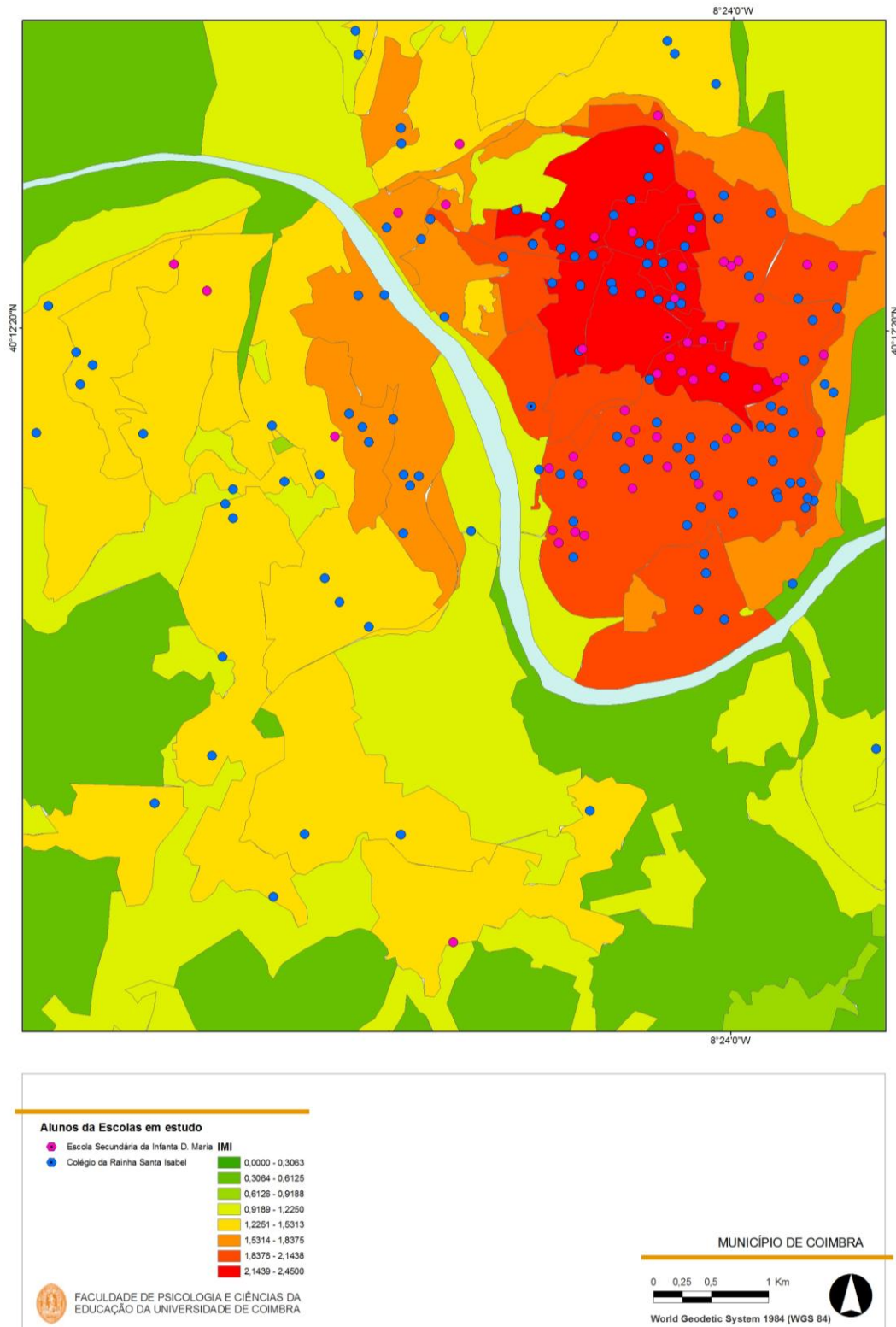
melhor estabilidade económica enquanto que valores mais baixos podem explicar a fixação de grupos económicos mais frágeis e com menor poder de compra.

Todavia convém referir que nem toda a informação se processa de modo tão linear e podemos correr o risco de fazer algumas suposições que não traduzem o grupo familiar que habita nesses locais devido a outras condicionantes.

1. Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel

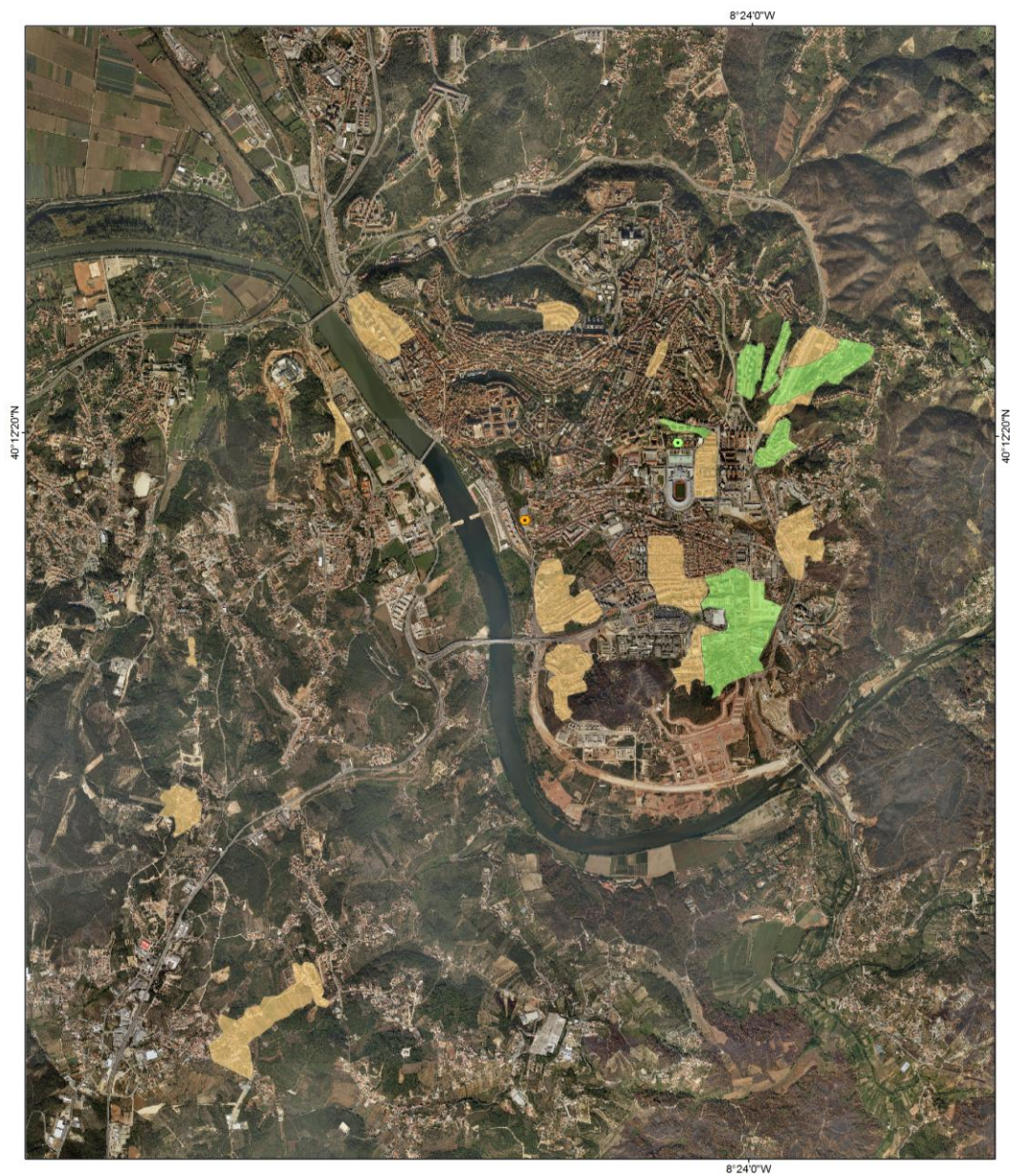
Do que conseguimos observar na mancha que foi criada (Figuras 19 e 20) pelo cruzamento de dados do software, o espaço vivido pelos dos alunos da Escola Secundária Infanta Dona Maria é constituído por uma área residencial de classe média/média alta e de importantes investimentos privados em residências. Tal particularidade também se verifica com o Colégio Rainha Santa, devido às características de localização, acessibilidade e imagem, destes novos espaços, os preços dos imóveis serão bastantes elevados, sendo preferencialmente ocupados por classes média-altas e altas, todavia observamos uma maior dispersão relativamente a residência dos alunos, que pode ser explicada uma mobilidade geográfica, profissional ou de outro tipo e que implicam a mudança de escola ou local de trabalho. Já para a Infanta Dona Maria pode entender-se como uma mobilidade de ancoragem, onde os alunos vivem perto da escola, que muitas das vezes também foram frequentadas por familiares e por outro lado, de conduta, que remete a escolha da escola para as expectativas que os pais criam para o futuro educativo dos filhos ou mesmo de factores externos de classificação.

Quando se verifica ao pormenor o mapa resultante, conseguimos perceber que muitos dos alunos, das duas escolas, residem perto de locais orientados para o sector terciário e para o comércio, muito por causa da sua ligação contígua com o centro da cidade e às novas rodovias estruturantes que foram construídas nesta área. Trata-se assim de uma superfície com grande acessibilidade urbana e extra-urbana e a população escolar dos dois estabelecimentos é proveniente de uma classe social de nível médio/médio alta cujos Pais e Encarregados de Educação são possuidores de habilitação académica, na generalidade, superior, tal como se pode ler no projecto curricular e nas estatísticas nos inquéritos escolares efectuado pela direcção das escolas em estudo.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 19 - Estudo do IMI - Escola Secundária Dona Maria Vs Colégio Rainha Santa Isabel



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)
Figura 20 - Zonamento dos Alunos da Escola Secundária Infanta Dona Maria Vs Colégio da Rainha Santa Isabel

2. Colégio de São Martinho Vs Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro

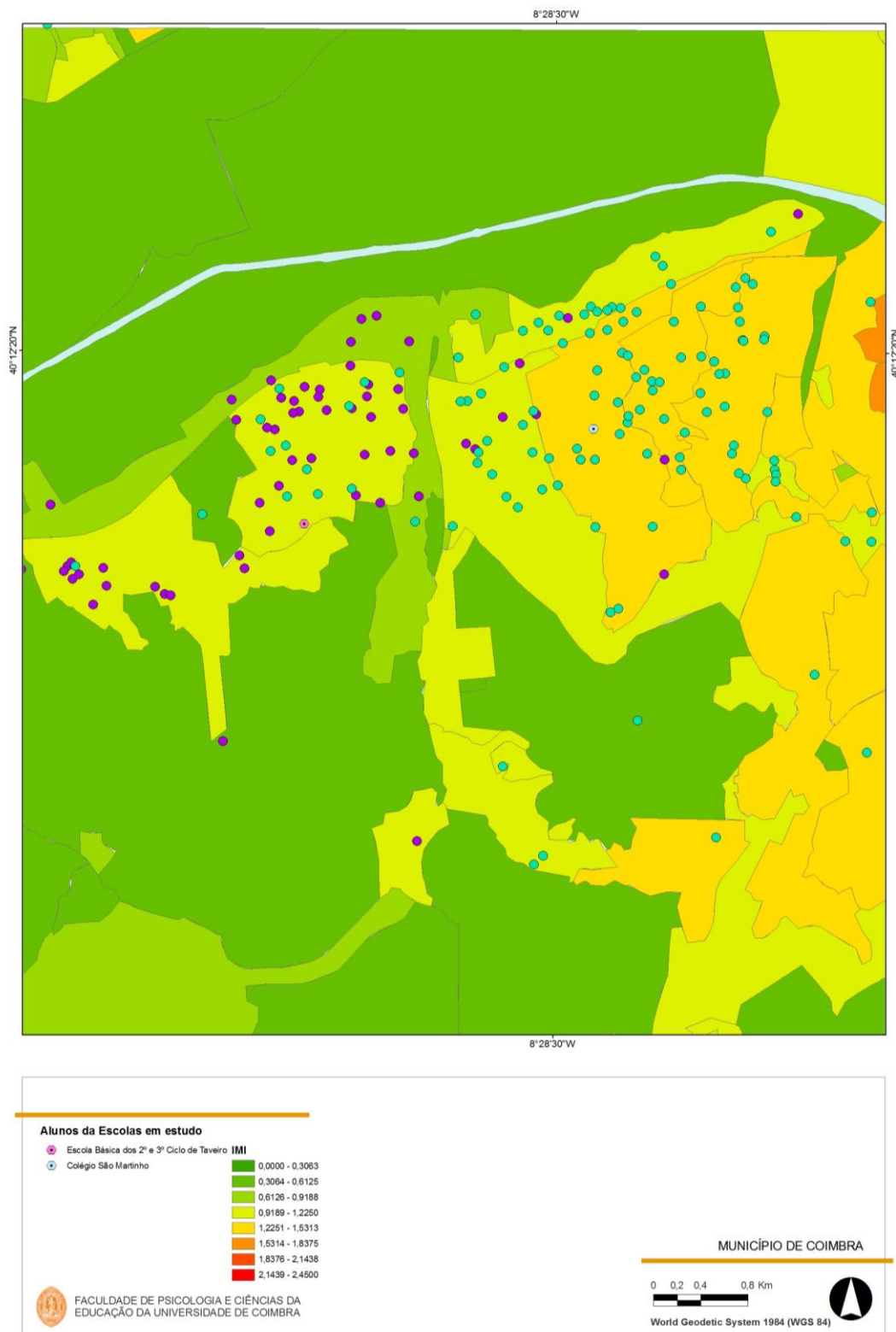
Para a interpretação dos dados observados (Figuras 21 e 22), importa entendermos as características do espaço analisado, bem distintas das observadas nas escolas anteriores, visto estarmos presente de uma área que se localiza para além dos subúrbios da cidade de Coimbra, que corresponde a um espaço onde as actividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais do espaço urbano e do rural.

Devido a esta dificuldade, também conseguimos compreender a elevada dispersão do povoamento urbano em meio rural, pois o tecido urbano surge de forma descontínua, por outro lado, a actividade agrícola é instável e assiste-se à implantação de indústrias e de alguns serviços, ao longo das principais vias de comunicação.

Reconhecendo algumas destas particularidades, retiramos que o Colégio de São Martinho partilha com a Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro uma frequência de crianças e jovens provenientes de famílias de classe média e média-baixa, sendo estes marcados por agregados familiares que apresentam situações de carência traduzidas na existência de habitações degradadas e com carências de higiene e saúde, como se pode verificar nas características da população escolar presente no Projecto Educativo destes estabelecimentos.

Neste sentido conseguimos perceber que os alunos da Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro têm uma mobilidade de adaptação ou de precariedade social, que atinge fundamentalmente os alunos provenientes das famílias de menores recursos. Por outro lado, o Colégio de São Martinho detém uma mobilidade de ancoragem, como pode ser facilmente observado na figura, onde os alunos vivem perto da escola.

Outra forma de conseguirmos explicar estas tendências é na observação de uma mobilidade geográfica, profissional ou de outro tipo e que implicam a mudança de escola ou local de trabalho, visto que, a cidade de Coimbra oferece um quadro de utilizações de bens e serviços, estrutura comercial e de locais de trabalho que condicionem as mobilidades dos pais e as suas escolhas profissionais.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 21 - Estudo do IMI - Colégio de São Martinho Vs Escola Básica dos 2º e 3º ciclo de Taveiro



Fonte: Instituto Geográfico do Exército (IGEOE) e Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE)

Figura 22 - Zonamento dos Alunos do Colégio de São Martinho Vs Escola dos 2º e 3º ciclo de Taveiro

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o planeamento da rede escolar deve ser construído de maneira a produzir as localizações mais acessíveis e que impliquem menores custos. Todavia a distribuição espacial e acessibilidade são questões interdependentes, variando segundo a indispensabilidade do bem ou serviço, da sua escassez, da sua procura e características dos utilizadores ou consumidores e também na utilização de estratégias por parte dos estabelecimentos de ensino no sentido de atrair e fidelizar os alunos.

Com este trabalho, verificou-se nas escolas urbanas (E. S. Infanta Dona Maria e C. Rainha Santa) uma maior concentração de alunos junto à sede escolar, constituída principalmente por uma área residencial de classe média/média alta e de importantes investimentos privados em residências. Já noutra contexto, as escolas peri-urbanas (C. de São Martinho e a EB 2, 3 de Taveiro) que mesmo com uma tendência a concentrar os seus alunos na sua área de proximidade, nota-se uma capacidade de atracção fora desta contiguidade, onde se constata uma evidente captação de alunos fora do limite urbano, muito por causa de uma mobilidade de adaptação ou de precariedade social, que atinge os alunos provenientes das famílias de menores recursos.

Desta forma, o estudo realizado, com base na descrição e análise dos fluxos escolares dos alunos do 2º e 3º ciclo de escolaridade, das escolas escolhidas, veio demonstrar que existem influências significativas entre as áreas de influência das escolas, dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino e as diferentes variáveis estudadas, tal como a acessibilidade e o IMI.

Será assim prioritária a necessidade de diminuir as desigualdades sociais e promover a igualdade de acesso a um ensino de qualidade, em que os agentes educativos têm o dever de proporcionar às crianças e jovens as mesmas condições, as mesmas oportunidades e uma qualidade de ensino singular, direccionada para uma educação formal, com o objectivo de preparar estes sujeitos para os novos desafios da sociedade moderna.

Embora exista toda uma boa vontade e aposta nesse sentido, muitas das escolas portuguesas, na sua maioria pertencentes à rede pública nacional, não estimulam o ensino nem apostam na qualidade. Na maioria dos casos a oferta educativa é limitada, não direccionada ao mercado de trabalho, nem à procura dos jovens no sentido de orientar a sua formação futura. Com efeito, estes processos determinam a existência de um novo espaço de influência entre as escolas, que contrasta com uma situação fruto da

regulamentação rígida das condições de afectação dos alunos, a uma determinada escola, e de uma interdependência entre as escolas, no sentido da cooperação, de concorrência de mercado e disputa de uma ‘clientela’, numa verdadeira lógica de mercado, no sentido de atrair os bons alunos.

As estratégias e medidas adoptadas pelas escolas, com vista à construção da sua oferta, surgem no sentido de melhorar as condições de funcionamento e de melhorar a posição relativa que o estabelecimento de ensino tem no território, fruto de um contexto de concorrência entre escolas, numa tentativa de melhorar o seu funcionamento e as suas condições de oferta educativa, numa lógica de serviço público.

No que respeita às escolhas por parte dos alunos e de suas famílias, verifica-se que estas decorrem, essencialmente, devido a motivos domésticos, associados a questões de proximidade, segurança e facilidades de acesso, outras vezes, por motivos profissional, com a deslocação casa-trabalho-casa, a escolha do projecto educativo e serviços complementares que as escolas oferecem ao seu público-alvo. Por outro lado, também se pode justificar a escolha associada à reputação e/ou imagem do estabelecimento de ensino e por motivos familiares de “passagem de testemunho” entre gerações, com escolas de qualidade, bons recursos educativos e professores bem qualificados que privilegiam actividades que estimulam a curiosidade, o gosto pelo saber, a cidadania e o pensamento crítico das crianças e dos jovens.

Assim, quando falamos na maioria dos portugueses, estes não podem escolher nem dar aos seus filhos as oportunidades educativas de um ensino privado quando comparado com a oferta do serviço de ensino público, que se caracteriza por ser pouco orientado, ultrapassado e determinado pelas políticas educacionais do país, que acabam por enfatizar o verdadeiro sentido de educar os jovens para a sociedade. Deste modo, importa garantir que as escolas pertencentes à rede pública ofereçam as mesmas condições que as privadas, para que o acesso a um ensino de qualidade não esteja dependente das condições económicas das famílias, contribuindo dessa forma, para o acentuar das assimetrias existentes no território nacional.

Quando analisamos as duas escolas urbanas, verificamos a existência de uma superfície com grande acessibilidade urbana e extra-urbana, sendo a maioria dos alunos proveniente de uma classe social de nível médio/médio alta cujos Pais e Encarregados de Educação são possuidores de habilitação académica, na generalidade, superior. Já

para as escolas peri-urbanas, verifica-se uma superfície de maior dispersão, onde os alunos vivem perto da escola ou os mais distantes, junto às principais vias de comunicação (casa-escola-trabalho) com a cidade, e com uma frequência de crianças e jovens provenientes de famílias de classe média e média-baixa.

Porém, esta a lógica faz surgir uma outra situação, a diferença de atractividade entre as várias escolas que partilham espaços contíguos de território. Estas disparidades na competitividade escolar ocorrem principalmente devido à constituição social da população escolar, mas também da forma como as escolas reagem e agem no sentido de melhorar ou mesmo de manter a imagem que detêm no “seu” território escolar.

Se pensarmos numa escala a nível nacional, são muitos os casos em que as escolas não privilegiam a abertura ao exterior do espaço escolar, com a participação, muitas vezes qualificada, de agentes da comunidade local e em particular, da família, o que poderia acarretar importantes interesses de desenvolvimento local e oportunidades de formação escolar, assentes no princípio da responsabilidade educativa da rede pública nacional e por seque, são facilmente ultrapassadas pelas novas metodologias pedagógicas de escolas mais abertas à sociedade.

A territorialização educativa no nosso país atribuiu à escola, e não à comunidade, o papel de centralidade das políticas educativas. É neste contexto que vemos a necessidade de intervenção e adequação da participação, na definição e implementação de políticas educativas locais, desenvolvidas pelas Câmaras Municipais em parceria com os Agrupamentos de Escolas e demais associações locais.

Neste processo haverá a necessidade de um maior envolvimento e participação efectiva, através de um papel mais interveniente de todos os agentes educativos - nas políticas educativas - articuladas com Carta Educativa, nomeadamente no que se refere à reconfiguração e reorganização da rede educativa, pois este importante documento irá estabelecer as grandes linhas orientadoras que guiarão a intervenção na área educativa municipal nos próximos anos.

Por fim, não deixa de ser importante referir algumas dificuldades que foram sucedendo ao longo deste projecto. Entre os quais, o de obter dados das escolas, relativamente ao projecto educativo e dados estatísticos da população educativa, sendo o caso mais significativo o da Escola dos 2º e 3º CEB de Taveiro, que devido a problemas do site não foi possível retirar nenhuma informação, posteriormente, foram feitos alguns

contactos para a escola mas também não foi resolvido o problema. Em termos metodológicos também a dificuldade em encontrar bibliografia aplicada aos temas da educação, hábitos sociais dos alunos e famílias.

Também surgiram alguns períodos de maior dificuldade ao nível de desenvolvimento das pesquisas e da velocidade do seu avanço, que levaram a um desajustamento da linha orientadora do trabalho de investigação.

A ajuda de estudos prévios, foi sem dúvida a base fundamental para iniciar a discussão e contextualização do tema central da tese e da respectiva área do conhecimento em que ele se iria enquadrar.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

ALMEIDA, Ana (2005) - “Os fluxos escolares dos alunos como analisadores dos modos de regulação local do sistema educativo: um estudo de caso”. Faculdade de Psicologia e Ciências Da Educação da Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado. Lisboa.

BAPTISTA, Isabel (2003) – “Ética e organização escolar: Pensar a relação entre ética e educação significa valorizar a centralidade do humano em todas as dimensões do processo pedagógico, incluindo entre estas as que se referem aos aspectos organizacionais e administrativos.”. Universidade Católica, A Página da Educação, Edição n.º 121 Ano 12, Março 2003, 6, Porto.

BARROSO, João e VISEU, Sofia (2003) - “A emergência de um mercado educativo no planeamento da rede escolar: de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura.” In: Educação & Sociedade. Revista de Ciências da Educação. Vol. 24, nº 84 – Setembro de 2003. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) – Brasil, Campinas.

BARROSO, João e VISEU, Sofia (2003) - “Áreas de interdependência local entre escolas: um estudo de caso em Portugal”. Lisboa: Centro de Estudos da Escola, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

BARROSO, João e VISEU, Sofia (2007) - “A interdependência entre escolas: um espaço de regulação. A Regulação das políticas públicas de educação - espaços, dinâmicas e actores”. Lisboa: Educa e UI&CE, pp. 129- 162.

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA (1993) - “Urbanismo: Coimbra Anos 90”, Ed. Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

DOLLFUS, Oliver (1991) – “O espaço geográfico”, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 5.^a Edição, Brasil.

ETIZIONI, Amitai (1980) - “Organizações Modernas”. Pioneira, 6.^a Edição, São Paulo.

FERREIRA, D. de Brum (2005), “O Ambiente Climático. Geografia de Portugal”, vol.1 Ambiente Físico, dir. Carlos Alberto Medeiros, coord. António de Brum Ferreira, Círculo de Leitores, Lisboa.

FORTUNA, Carlos (1995) - “Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência”. CES-FEUC, Oficina do CES 62, Coimbra.

GEPE (2008) – “Educação em Números” – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação, Lisboa.

GUIMARÃES, Nathália Arruda (2004) – “O direito urbanístico e a disciplina da propriedade”⁽²⁾. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 235, 28 Fevereiro de 2004.

LEMA, Paula Bordalo e REBELO, Fernando (1997) - “Geografia de Portugal. Meio Físico e Recursos Naturais”, Universidade Aberta, Lisboa.

LENCASTRE, José et al (2006) – “Estudo sobre as Modalidades Distribuídas e Flexíveis de Trabalho no Contexto Empresarial Português – O Telet rabalho”, 2ª Edição, Lisboa.

LOBO, Manuel da Costa (2001) - “Como planear e gerir as áreas centrais das cidades: o caso de Coimbra”. Palestra proferida pelo autor no Rotary Club de Coimbra, em Abril de 2001.

LOURENÇO, Luciano (2004) – “Riscos Naturais e Protecção do Ambiente” – Universidade de Coimbra, Coimbra

MANFREDINI, Célio João (2005) - “Fatores de Vantagem Competitiva em uma Escola Técnica de 2º Grau: um estudo de caso” - Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração. Universidade de Taubaté, Taubaté.

MARTINS, Édio e PEREIRA, Pedro (2005) - “A Influência da Organização do Sistema de Deslocações Casa-Escola-Casa sobre os resultados Académicos dos Estudantes do Ensino Básico”, artigo do X Colóquio Ibérico de Geografia, "A Geografia Ibérica no Contexto Europeu" na Universidade de Évora - 22 a 24 de Setembro de 2005, Évora.

PAIVA, Isabel (2006) – “Inundações na cidade de Coimbra. Aspectos físicos e acção antrópica” in Geomorfologia: Ciência e Sociedade, Publicação da Sociedade Portuguesa de Geomorfólogos, Vol. III, Lisboa.

RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane (1994) - “A cidade: rumo a uma nova definição?”, Ed. Afrontamento, Porto.

RIBEIRO, Orlando, 1987 (1968) – “Mediterrâneo: Ambiente e tradição”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) - “A cidade em Portugal: uma geografia urbana”. Afrontamento, Porto.

SANTOS, Norberto Nuno Pinto dos (2001) - “A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias: a dualidade dos espaços, a "turbulência" dos percursos e a identidade social”. Edições Colibri: Centro de Estudos Geográficos de Coimbra, Lisboa.

VISEU, Sofia (2003) - “Modos de regulação e relações de interdependência entre escolas: análise dos fluxos de alunos”. 2º Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional, “A escola entre o estado e o mercado: o público e o privado na regulação da educação”, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

ENDEREÇOS DE INTERNET

1. info.portaldasfinancas.gov.pt – (Site acedido a 12 de Março de 2011)
2. <http://jus.com.br/revista/texto/4884>.- (Site acedido a: 9 Maio 2011)
3. http://www.crsi.pt/site_1011/pdf/crsi_ri.pdf - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
4. <http://colegiosaomartinho.net/ficheiros/pe.pdf> - (Site acedido a 21 de Julho de 2011)
5. <http://esidm.ccems.pt/images/stories/documentos/pe20082009.pdf> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
6. <http://www.esec-infanta-d-maria.rcts.pt> e http://criarte_esjc.blogs.sapo.pt - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
7. <http://www.crsi.pt> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
8. <http://esidm.ccems.pt> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
9. <http://www.cnoticias.net> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
10. <http://colegiosaomartinho.net> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
11. <http://www.eb23-taveiro.rcts.pt> - (Site acedido a 21de Julho de 2011)
12. http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=520&fileName=GEPE_Setembro.pdf
(Site acedido a 3 de Agosto de 2011)

**ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS ESCOLAS: DINÂMICAS DOS
ALUNOS NA CIDADE DE COIMBRA**
TERRITORIAL SCHOOLS ORGANIZATION: STUDENTS DYNAMICS IN THE CITY OF COIMBRA

JOÃO NUNO DA C. M. NOGUEIRA

Licenciado em Geografia com especialização em ensino

Joanogueira82@gmail.com

Palavras-chave: Território educativo, fluxos escolares, competitividade, mobilidade.

Resumo: Este trabalho de investigação apresenta uma reflexão sobre a existência de assimetrias no território educativo da cidade de Coimbra, que tem vindo a sustentar uma distinção algo negativa entre os colégios privados e as escolas públicas.

A par destas assimetrias, as transformações na mobilidade e da rede de acessibilidades, alteram por completo a relação espaço-tempo, encurtando as distâncias e provocando importantes alterações dos padrões de mobilidade dos alunos, nas transformações demográficas e muitas das vezes na capacidade sócio-económica das famílias.

Com estas dinâmicas constantes da população, surgem novas formas de competitividade entre as escolas, nos seus espaços de actuação e mesmo de algumas práticas de fidelização, originando implicações nos padrões de mobilidade dos alunos e a uma transformação dos fluxos laborais dos pais como dos fluxos escolares dos alunos, provocando desta forma alterações drásticas das áreas de influência e dos fluxos associados a cada estabelecimento de ensino.

Por tudo isto impõe-se, naturalmente, um processo de reorganização do parque escolar nacional, no sentido de o tornar consentâneo, não só com a realidade actual, mas fundamentalmente com a prevista para as próximas décadas no nosso país.

Key-Words: Educational territory, school flows, competitiveness, mobility.

Abstract: This paper reflects on the differences within Coimbra's educational territory, between private and public schools, that has been associated with a negative connotation.

Along with these asymmetries, the relationship between space-time, due to changes in mobility and network access, changed completely, shortening distances and causing significant changes in patterns of student mobility, demographic changes and often, in families socio-economic capacity.

These population dynamics, promotes new forms of competition between schools either in their performance or even by some students loyalty practices, making some changes in students mobility patterns and also their parents work flows, determining drastic changes within each school prompt area or flow.

For all this, the national school system requires reorganization, in order to make it consistent, not only with its present reality, but mainly, for the coming decades in our country.